

M I N I S T É R I O D A C U L T U R A		 <b>IPHAN</b> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	Parecer nº:	Data:
			01/2018/DEPAM	02/04/2018

Ao Procurador Chefe, Sr. Heliomar

### Parecer Técnico

**Assunto: Proposta de tombamento do “centro histórico da cidade de Pelotas”, em Pelotas/RS (Processo de Tombamento nº 1.512-T-03)**

A partir do material recebido, instruído e encaminhado pela Superintendência Estadual do Iphan no Rio Grande do Sul, e com o objetivo de garantir uma leitura mais abrangente do território em questão, este Parecer analisa, conjuntamente, as seguintes propostas de Tombamento Federal:

- A. Processo nº 830-T-70, “**castelo da baronesa**”, Pelotas/RS;
- B. Processo nº 1.433-T-98, “**ruínas da ponte dos arcos**”, Pelotas/RS;
- C. Processo nº 1.512-T-03, “**centro histórico da cidade de Pelotas**”, Pelotas/RS;
- D. Processo nº 1.556-T-08, “**sítio charqueador pelotense**”, Pelotas/RS.

Cabe mencionar que o Parecer também considera as informações contidas no “**Dossiê de Registro da Região doceira de Pelotas e antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu)**”. Tratando-se, portanto, de mais um reposicionamento institucional no sentido de compreender, simultaneamente, as manifestações materiais e imateriais do patrimônio cultural, no caso específico, do rico patrimônio cultural da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.

#### Análise do(s) processo(s):

Os quatro processos de tombamento acima mencionados apresentam semelhanças:

- Todos contemplam bens localizados no atual município de Pelotas, ou seja, no mesmo território;
- Todos compartilham uma história comum, em maior ou menor grau, relacionada com o chamado “ciclo do charque”;



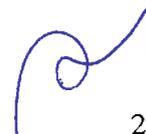
- Todos resultam de solicitações originalmente elaboradas por cidadãos pelotenses, respectivamente: Francisco Alves da Fonseca; Zênia de Leon; Andrey Rosenthal Schlee e Ester J. B. Gutierrez; e
- Todos apresentam instrução processual “irregular”, ou seja, com determinadas falhas que, quando tratados e analisados em conjunto são complementadas e superadas.

Assim, a partir do material disponibilizado nos quatro processos, optou-se por construir e apresentar narrativa unificada – preliminarmente intitulada de “**centro histórico da cidade de Pelotas**” – capaz de dar conta do conjunto de bens indicados para tombamento, incluindo a justificativa, a atribuição de valores e a indicação de inscrição no(s) Livro(s) do Tombo.

### **Sobre o bem proposto para tombamento:**

As informações foram consolidadas e organizadas conforme a seguinte estrutura:

1. A ocupação do território
2. A distribuição de sesmarias
3. O rincão de Pelotas
4. O sítio charqueador pelotense
5. As charqueadas
  - A charqueada São João
6. A malha urbana
7. O Primeiro Loteamento de Pelotas
  - A Praça José Bonifácio
  - A Catedral de São Francisco de Paula
8. O Segundo Loteamento de Pelotas
  - A Praça Coronal Pedro Osório
  - A Biblioteca Pública
  - A Praça Sete de Julho
  - O Mercado Central
9. O Bairro do Areal
  - A Chácara da Baronesa
10. O Bairro do Fragata



- A Praça Cipriano Rodrigues Barcelos

#### 11. O abastecimento de Pelotas (Século XIX)

- A Praça Piratinino de Almeida
- Os Chafarizes

#### 12. O Saneamento de Pelotas (Século XX)

- O Canaleta
- O Parque Dom Antônio Zattera

### 1. A ocupação do território

Não há dúvidas quanto à importância da carne e, especialmente, do churrasco na vida dos gaúchos. No entanto, a cidade de Pelotas, uma das mais importantes do Rio Grande do Sul, é conhecida e reconhecida por seus doces — tradicionalmente considerados os mais saborosos doces de todo o Brasil; mas nem sempre foi assim...

A “cidade dos doces”, no “Estado do churrasco”, cresceu e se desenvolveu graças ao charque: pedaços de carne salgada secos ao sol — rústico alimento, cujo aroma não chega a despertar nossa gula como o churrasco e cujo aspecto não enche nossos olhos, como os doces; porém, foi capaz de muito mais...

Foi com o charque que a economia regional prosperou e o Rio Grande do Sul pôde integrar-se, efetivamente, ao mercado nacional. Foi com o charque que a atual cidade de Pelotas se desenvolveu e se projetou, tornando-se uma das mais importantes do interior do país durante o século XIX. Foi com o charque que o negro escravizado se estabeleceu, de maneira significativa, no atual território gaúcho, consolidando o sistema escravista no Brasil Meridional. E foi com o charque que se produziu uma arquitetura diferenciada, capaz de chamar a atenção de viajantes e forasteiros.

Da separação das duas Coroas Ibéricas, em 1640, à Independência da República Oriental do Uruguai, em 1828, correram exatos cento e oitenta e oito anos. Neste período, o vasto “território indiviso” da Região Platina<sup>1</sup>, onde tudo faltava e que chegou a ser chamado de “terra de muitos” em decorrência da quantidade de problemas que deveriam ser enfrentados pelos colonizadores, foi, de fato, dividido. Repartido não apenas entre os reinos de Portugal e

---

<sup>1</sup> Adotando os critérios estabelecidos por Heloisa Reichel e Ieda Gutfreind, chamamos de Região Platina o espaço geográfico — geralmente denominado Pampa — no qual se desenvolveu a criação de gado e a exploração pastoril extensiva, a partir do século XVII, compreendendo as atuais províncias de Buenos Aires, Entre-Rios e Corrientes, na Argentina; todo o Uruguai; e parte do Rio Grande do Sul. Esse território tem como limites físicos predominantes o sistema fluvial do Prata e o Atlântico; a sudoeste o rio Salado (na Argentina); e ao norte o rio Jacuí (no Rio Grande do Sul), até se defrontar “com outras formas de organização social que se desenvolviam junto aos territórios jesuíticos e às áreas centrais da dominação portuguesa” (REICHEL & GUTFREIND, 1996).

Espanha, mas principalmente entre aqueles que, como súditos, nem sempre leais, prestaram-se para uma verdadeira epopeia de conquista.

A “terra de ninguém” — como convinha ser chamada segundo os interesses portugueses — começou a ser disputada, diplomática e militarmente, a partir da fundação, bem defronte de Buenos Aires, da Colônia do Santíssimo Sacramento (1680). Embora tantas vezes atacada, arrasada e reconstruída, a luso-espanhola Sacramento constituiu-se em um dos fundamentos da Região Platina, e de uma cultura comum que lhe deu unidade. Uma cultura, antes de mais nada, rural.

Para garantir a posse da terra foi necessário colonizá-la, tornou-se imperativo conhecê-la para melhor explorá-la. A região passou, então, a ser mapeada, caminhos foram abertos, novas rotas comerciais estabelecidas, povoados fundados e várias opções econômicas estudadas. A Portugal e a Espanha interessava, estrategicamente, o domínio sobre a Região do Prata e o controle sobre as terras e seus imensos rebanhos de gado. Cada coroa tratou de estabelecer processos de expansão e apropriação — econômica e militar — da terra. Vários núcleos populacionais e defensivos foram fundados, sendo os principais Montevidéu (1723) e Rio Grande (1737). Os campos foram parcelados e distribuídos na forma de solares, sesmarias, datas ou estâncias, com o objetivo de fixar o homem. Uma hierarquia social foi estabelecida.

Paralelamente, desenvolveram-se vários processos de aproveitamento e conservação da carne, especialmente, o charque. Que logo tornou-se o principal produto de exportação de toda a Região Platina. É a idade da carne salgada na Banda Oriental (1780-1870), dos *saladeros bonairenses* (1810-1860) e do charque gaúcho (1800-1900).

Segundo o historiador argentino Fernando O. Assunção<sup>2</sup> seis fatores particulares regionais influenciaram claramente na formação de uma cultura rural na Região Platina. Estes fatores relacionaram-se, diretamente, com a produção do charque:

- a) A difusão de rebanhos de gado mesmo antes do estabelecimento dos europeus em povoações organizadas. Causa primeira, e fundamental, para a formação de uma cultura regional com características bastante próprias, a cultura do gado, à qual se incorporará a cultura do charque.
- b) A tardia colonização humana do território, o que ocorreu através da fundação de cidades-porto, de personalidade castrense e mercantil, e que gerou um grande vazio interiorano. Espaço propício para o latifúndio e para a divisão das terras em estâncias criatórias, e que forneceriam gado para as charqueadas;
- c) A dualidade de origem — hispano e lusitana — que repercutiu em duras lutas militares pela fixação de limites e direitos entre ambas potências conquistadoras, e que gerou um caráter eminentemente fronteiriço no território e na população, marcado por interpolações idiomáticas e arquitetônicas, entre outros fenômenos de interpolação cultural característicos;

---

<sup>2</sup> ASSUNÇÃO, 1991.

- d) A proximidade das missões jesuíticas, agrupando índios da cultura guarani e desenvolvendo outras formas de organização social;
- e) O desenvolvimento de uma sociedade e população majoritariamente masculina, não apenas em número, mas em caráter. Fato acentuado na campanha, apenas transitada — no começo da época colonial — por homens soltos dedicados à prea de gado, cavalos e mulas. Homens sem lar e sem família ou, como registraram documentos coetâneos, “sem lei e sem Deus”.
- f) A pobreza original da população, sempre agravada no meio rural.

Todas essas características foram comprovadas (ou testemunhadas) pelos mais diferentes observadores (militares, tropeiros, comerciante, naturalistas, curiosos), que transitaram pela região até o início do século XIX.

Nas palavras de Caio Prado Jr., aos poucos foi-se organizando aquele caos. É quando surge uma indústria que livraria o Rio Grande do Sul do ônus que lhe conferia sua posição excêntrica relativamente aos mercados consumidores de carne do país. É a do charque(...) Excluindo o rush do ouro, não se assistiria ainda na colônia a tamanho desdobramento de atividade<sup>3</sup>.

## 2. Distribuição de sesmarias

A expansão portuguesa rumo ao sul se estruturou em dois processos concomitantes e interagentes: um de apropriação econômica da terra, baseado na distribuição de sesmarias; e outro de apropriação militar, baseado na fundação de fortes e presídios.

Entre 1732 e 1733 foram concedidas as primeiras sesmarias no atual Rio Grande do Sul, na região do rio Tramandaí (Campos de Tramandaí), em um momento em que o futuro Estado se iniciava como economia subsidiária, fornecendo muares e, principalmente gado à zona mineradora; integrando-se, portanto, ao recém formado mercado interno brasileiro.

A distribuição das sesmarias deveria cumprir ainda um papel, sem dúvida alguma, “civilizatório”: o de fixar o homem em um chão, e de construir uma rede espacial, de certa forma organizada, na qual fosse possível se desenvolver alguma hierarquia social e de poder. A fixação do homem em solo gaúcho iniciou um processo de transformação das áreas incultas (sesmarias) em áreas com alguma produção (fazendas ou estâncias), e que pretendia pôr fim à “barbárie” reinante, identificada pelas arreadas, pelas califórnias, pelas razias, e pelo regime de currais (o que só vai efetivamente ocorrer a partir dos primeiros anos do século XIX).

Cristóvão Pereira de Abreu — bandeirante e contratador de couros, feito coronel de um Regimento de Milícias de Curitiba, e que desde 1702 desfrutava do monopólio da caça e exportação de couros pela Colônia de Sacramento — recebeu, em 1736, a missão de preparar a infraestrutura militar para o desembarque da expedição do Brigadeiro José da Silva Pais —

<sup>3</sup> PRADO JR., 1981: 205.

encarregado de desalojar os espanhóis de Montevideu, levantar o bloqueio de Sacramento e edificar uma fortificação no Rio Grande.

Através de correspondência<sup>4</sup> de 1737, enviada ao General Gomes Freire de Andrada, Abreu relatou suas providências e a facilidade com que arrebanhou cavalos e gado das estâncias dos padres jesuítas. Um ano antes, havia reconhecido o sítio de Charqueada, na região do Quintão (no atual Rio Grande do Sul). Finalmente, em 19 de fevereiro de 1737, Silva Pais (depois de uma frustrada missão em Montevideu) desembarcou com mais 260 pessoas, além dos escravos, junto ao canal que liga a Lagoa dos Patos ao Oceano Atlântico, onde hoje está a cidade de Rio Grande, edificando o forte de Jesus-Maria-José. Ainda em 1737, informou a Gomes Freire de Andrada que um dos pontos de interesse das terras conquistadas (Rio Grande) seria a produção do charque.

A construção da fortaleza de Jesus-Maria-José garantiu a apropriação militar de parte do atual solo rio-grandense, e permitiu o estabelecimento de um sistema defensivo complexo que reunia um bom número de fortalezas, fortes, redutos e guardas. Ao governo português, no entanto, interessava ainda garantir a permanência, no território conquistado, de uma população mais concentrada (se comparada com a dispersão causada pela distribuição de sesmarias) e dedicada à policultura de bens de subsistência.

### 3. O rincão de Pelotas

O Padre Manuel Aires de Casal, em sua obra *Corografia Brasilica*, publicada em 1817, registrou a seguinte descrição da Província do Rio Grande do Sul:

Nesta Província não há serras, nem montes de altura considerável: os maiores ficariam em silêncio em outras províncias, ainda que não fossem montanhosas... A chamada Serra dos Tapes, não passando dum terreno pouco levantado corre paralela com a Lagoa dos Patos... Chamam-se Serros as porções mais elevadas das serras, e coxilhas de forma circular, pontudas, e destituídas de vegetais... Os principais são: Serro Largo(...); Serro Pelado, sobre a margem setentrional do Piratini... Quase todas as torrentes desta província saem dela por dois canais: o Rio Grande de S. Pedro, que deságua no meio da costa oriental, e o Rio Uruguai, que desemboca no Paraguai (...) O Rio Piratini, que tem sua origem na vizinhança da Lagoa Formosa, desemboca no meio do de S. Gonçalo (...) O Rio de Pelotas nasce na Serra dos Tapes, une-se ao de S. Gonçalo junto à sua embocadura, e dá navegação a iates... Passando a boca do rio de S. Gonçalo, o primeiro que se encontra é o Contagem(...); o segundo é o Correntes(...); o terceiro o Canguçu(...); o quarto corre com o nome de S. Lourenço; o quinto Boqueirão, menor que todos, vem como eles da Serra dos Tapes<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> CESAR, 1998.

<sup>5</sup> CASAL, 1817.



O chamado “Rincão das Pelotas”, possuía cinco léguas de comprimento por uma de largura (33 x 6,6 km); e era delimitado pela Lagoa dos Patos, pelo sangradouro da Mirim (canal São Gonçalo), e pelos arroios Pelotas e Corrientes.

Durante o período que vai de 1763 a 1777, a Capitania do Rio Grande de São Pedro<sup>7</sup> esteve envolvida em três intensos conflitos com os espanhóis do Prata. Como consequência direta desses períodos de luta, ocorreu a transferência da capital de Rio Grande para Viamão, e se estabeleceu uma forte migração da população da região em conflito, na busca de locais mais seguros. Os “Campos das Pelotas” destacaram-se como uma das opções, tendo muitos moradores de Rio Grande, bem como alguns antigos moradores de Sacramento, ali procurado alguma segurança.

Depois da conquista militar do Rio Grande, em 1763, muitos ilhéus açorianos e madeirenses procuraram refúgio nessa faixa oriental do território gaúcho. Protegidos pela serra e pelos banhados do São Gonçalo, distribuíram-se por toda a região(...) construíram habitações de ambas as margens do arroio Pelotas<sup>8</sup>.

Já a partir da doação de 1758, as terras vizinhas e originárias do município de Pelotas foram sucessivamente subdivididas em porções menores, em estâncias, em rincões, em datas, sendo “vendidas” ou repassadas a outros concessionários, apossadas ou novamente concedidas e doadas pela Coroa a novos “proprietários”.

Os anos de guerra contra os espanhóis foram decisivos para a desorganização do sistema de concessão de terras e, principalmente, para a proliferação dos posseiros. Em 1780, o governador Sebastião Xavier da Veiga, sob o pretexto de regularizar as apropriações de fato, que ocorreram durante os treze anos de luta na região, determinou a repartição dos campos da fronteira e estipulou um tamanho máximo de uma légua de largura, por três de comprimento (6,6 x 19,8 km), para as novas concessões.

As terras onde se encontra a sede do município de Pelotas faziam parte da sesmaria do Monte Bonito, e foram doadas pelo governador José Marcelino de Figueiredo, em 1779, a Manoel Carvalho de Souza que, um ano depois, repassou-as a Pedro Pires da Silveira — vigário da Freguesia de Viamão — e este ao alferes Inácio Antônio da Silveira Casado, em 1781.

Por ordem do mesmo governador Sebastião Xavier, por volta de 1781, após medição judicial, foram retiradas duas léguas e um terço do terreno do alferes e redistribuídas entre, pelo menos, dezenove pessoas.

Os novos donatários receberam “datas de terra” com mais ou menos 660 x 4136 m, junto ao arroio Pelotas ou ao canal São Gonçalo. Configurando-se, dessa maneira, o tipo de parcela do

---

<sup>7</sup> A Capitania do Rio Grande de São Pedro foi criada em 1760, com sede na Vila de Rio Grande. Em 1763, com a invasão espanhola, a “capital” foi transferida para Viamão (antiga freguesia, desmembrada de Laguna, em 1747). A partir de 1773, Porto Alegre (Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, de 1772) tornou-se a sede do poder político da Capitania.

<sup>8</sup> MAGALHÃES, 1981.

terreno — retangular e à margem d'água — que viria a caracterizar o maior número de charqueadas pelotenses.

As datas foram demarcadas uma ao lado da outra, entre 1779 e 1784, coincidindo, portanto, com o momento imediatamente anterior à instalação das primeiras charqueadas industriais. Esse padrão peculiar de parcelamento de solo levou, entre outras coisas, a densa concentração de charqueadas e de escravos numa área relativamente pequena<sup>9</sup>.

Aos poucos, a indústria saladeiril foi se afirmando nos arredores de Pelotas (nas margens do arroio Pelotas, do São Gonçalo e do Santa Bárbara) de maneira que atraiu significativo número de novos habitantes.

O crescimento econômico da região em virtude das primeiras charqueadas foi tanto que, em 1793, a capitania já exportava 13.000 arrobas de charque<sup>10</sup>; entre 1805 e 1810 oscilou entre 750.000 e 1.000.000 arrobas, aumentando gradativamente entre 1811 e 1816, atingindo quase 2.000.000 arrobas<sup>11</sup>.

A indústria do charque, as 'charqueadas', localizaram-se num ponto ideal: entre os rios Pelotas e São Gonçalo, nas proximidades ao mesmo tempo dos centros criatórios da 'fronteira', e do porto para o comércio exterior da capitania, o Rio Grande, que embora muito deficiente, é o único possível. Esta localização da indústria dará origem ao centro urbano que seria o primeiro da província depois da capital; mas primeiro absoluto em riqueza e prestígio social, Pelotas<sup>12</sup>.

#### 4. O sítio charqueador pelotense

O chamado ciclo do charque, que implicou na produção, a nível comercial, de carne salgada seca ao sol, teve início a partir dos últimos anos do século XVIII e durou até às primeiras décadas do XX. A região escolhida para sediar tal produção foi, preferencialmente, a localizada entre o arroio Pelotas e o canal São Gonçalo, de maneira a permitir um fácil escoamento da produção, via fluvial, até o porto de Rio Grande; e uma proximidade, mais que razoável, dos centros criatórios de gado — inclusive da fronteira com o Uruguai.

Como citado, o atual município veio a se desenvolver em terras que pertenciam a sete propriedades diferentes. Na sesmaria do Monte Bonito, ao longo do século XIX, consolidou-se o núcleo urbano (Freguesia de São Francisco de Paula em 1812, Vila de São Francisco de Paula em 1830 e Cidade de Pelotas em 1835), um núcleo charqueador (com mais de trinta

<sup>9</sup> Emília Viotti da Costa, estudando a rebelião dos escravos de Demerara (Guiana) em 1823, aponta este padrão peculiar de colonização como um dos fatores que facilitaram o contato entre os escravos e permitiram a rebelião. (COSTA, 1998).

<sup>10</sup> PRADO JR., 1986: 97.

<sup>11</sup> SINGER, 1974: 150.

<sup>12</sup> PRADO JR., 1986: 98.



Cada charqueada equivalia a uma unidade de produção de carne salgada que podia, ou não, estar associada à criação de gado e/ou a uma olaria. Os charqueadores, em sua maioria, eram portugueses ou descendentes destes; e suas charqueadas correspondiam a empresas privadas de caráter familiar, que tinham como mão-de-obra principal o escravo.

A charqueada é uma indústria de transformação de um produto da pecuária, caracterizada por desenvolver a produção de um gênero comercial destinado, principalmente, ao mercado nacional; por buscar uma produção em grande escala com trabalhos em equipe, supervisionados por um comando unitário; e por adotar uma divisão qualitativa do trabalho.

Seu processo produtivo é razoavelmente simples e pode ser subdividido em quatro etapas: a do abate, a do esartejamento, a da salgação e a da secagem das mantas de charque ao sol. Na maioria das charqueadas pelotenses, a cada uma dessas etapas, ou operações, correspondia um espaço específico. A forma de abate dos animais acabou criando uma classificação das charqueadas em “primitivas” — onde o abate ocorria a campo aberto; ou “modernas” — ocorria em bretes e apoiado na utilização de zorras ou guindastes.

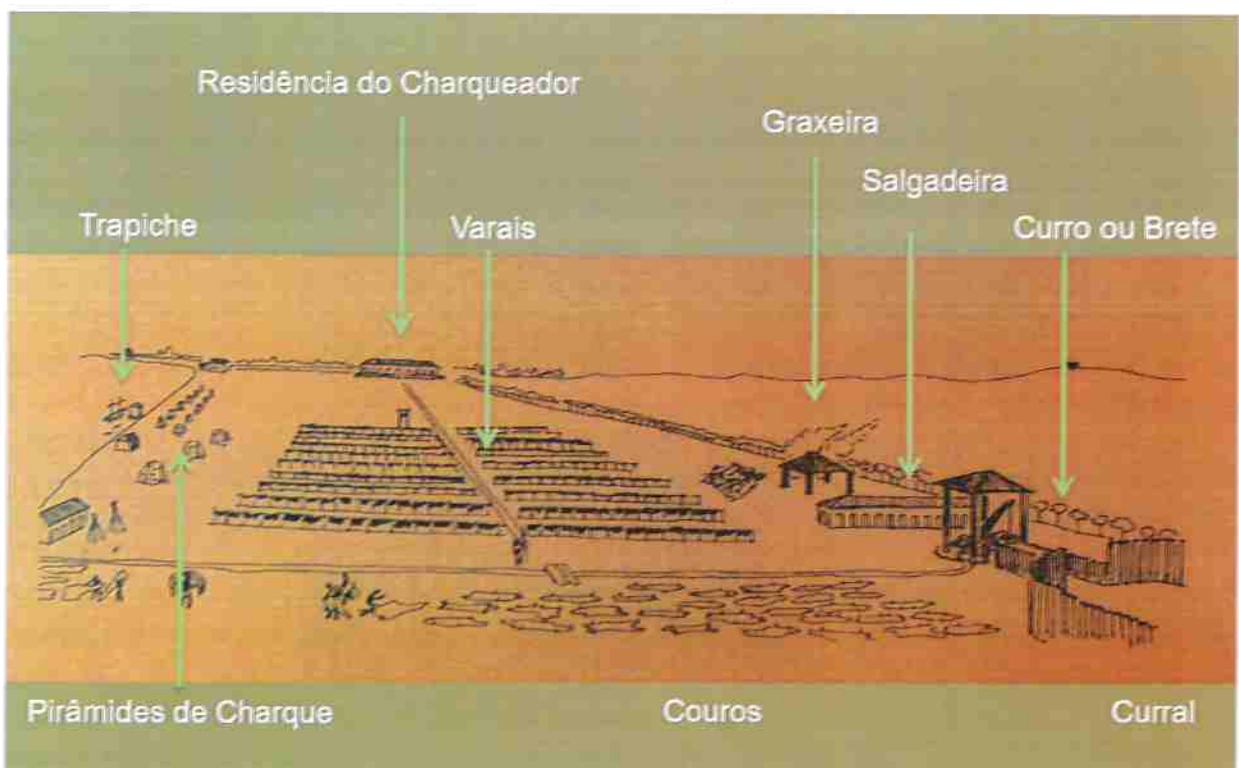


Ilustração 3. Esquema de uma charqueada “moderna”, com suas “unidades primárias” (curral, brete, cancha, galpão de salga e varais) e “unidades secundárias” (espaços identificados com os subprodutos: graxeira e terreiro para secagem de couros).

O negro escravizado foi a principal (quando não a única) força de trabalho das charqueadas. Cada uma possuía, em média, 80 escravos e, como já disse Lucio Costa, havia negro para

tudo... Em 1858, 25% da população da província era escrava. Trabalhavam duro e recebiam toda a carga de violência inerente às relações escravistas de produção.

## 5. As charqueadas

Nas charqueadas pelotenses predominou o partido arquitetônico aberto, aquele que busca hierarquizar, distribuir e afastar os vários elementos do programa de necessidades (apenas funções semelhantes coabitavam em um mesmo espaço).

De um modo geral, as construções principais (residências e armazéns) eram construídas de tijolos e cobertas de telhas, e as construções secundárias (ranchos e galpões), de pau-a-pique ou tijolo e cobertas de capim.

O clima gerou dois tipos de edificações: construções abertas, utilizadas apenas no período da safra (meses quentes), e construções fechadas e mais elaboradas do ponto de vista do conforto ambiental, como as residências (utilizadas durante todo o ano). A localização em terrenos planos e à beira de cursos d'água facilitou a dispersão das várias unidades construídas. Unidades que podem ser classificadas em “elementos fundamentais” (residência-sede e a charqueada propriamente dita) e “unidades complementares” (construções não envolvidas no processo de produção). Por sua vez, a charqueada em si pode ser dividida em “unidades primárias” (brete, cancha, galpão de salga e varais) e “unidades secundárias” (espaços identificados com os subprodutos).

Os altos custos de produção, as constantes variações dos preços do produto, e quantidade de gado ofertada fizeram com que todo o ciclo do charque fosse marcado por uma série de pequenas crises econômicas. Fizeram, também, com que os charqueadores mantivessem nas charqueadas um certo padrão de simplicidade e rusticidade, e que suas residências rurais fossem sendo construídas por partes, num processo de ampliações sucessivas. Tal fato não ocorreu na cidade, onde a necessidade de *status* e projeção social forçou a uma arquitetura mais elaborada e requintada.

A residência-sede típica — ou primitiva — de uma charqueada era a térrea, e que recebia acréscimos ao longo dos tempos, inclusive no número de pavimentos. Foram construídas de tijolos e cobertas de telhas de barro, dentro de uma linguagem tipicamente colonial luso-brasileira. É uma arquitetura artesanal, ou seja, construída *in-loco*, dependendo diretamente das possibilidades e recursos locais. Não busca a afirmação através da novidade ou da ousadia; ao contrário, trabalha com materiais simples e disponíveis, com elementos e técnicas tradicionais. Apresenta partidos e volumes retangulares, puros e simples, definidos pela número de pavimentos, pela condição econômica do charqueador e pelas possibilidades da técnica adotada. É uma arquitetura de clareza perfeita e “limpa” (sem decoração anexa), na qual cada elemento tem uma justificativa funcional (socos, cunhais, beirais etc.), e cada fachada reflete a ocupação interior.

O programa de necessidades residencial envolvia uma série de espaços divididos em áreas funcionais, mais ou menos, rígidas: a social (com salão e quarto de hóspedes), a íntima (com os dormitórios e alcovas), a de serviços internos (cozinha, depósitos e quartos de escravos

domésticos), e a de serviços externos (espaços relacionados com a administração da charqueada). Em algumas residências, em um dormitório ou alcova, localizavam o oratório.

Cada residência possuía, ainda, um pátio interno ou anexo. Esta característica, fortemente influenciada pela arquitetura de origem espanhola, além de articular os espaços construídos e receber o “algibe”, assumiu ou recuperou uma antiga função dos pátios existentes nas estâncias gaúchas: o de garantir a defesa e segurança da família do proprietário contra o inimigo externo (os escravos).

As senzalas, parece, seguiam a dois tipos distintos: do “tipo-salão” (grandes construções longitudinais ou alas de uma residência) e do “tipo-corredor” (conjunto linear de pequenas celas construídas uma no lado da outra). A grande maioria foi construída de tijolos e coberta com telhas de barro.

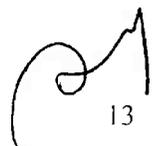
Os ranchos e os galpões eram as moradias dos trabalhadores livres. Edificações marcadas pela grande rusticidade e pobreza dos materiais construtivos (palha e barro), até hoje utilizadas na zona rural do Rio Grande do Sul.

Nenhuma das charqueadas pelotenses ainda existentes preservou uma de suas unidades principais: a mangueira de matança, a cancha, o galpão da salga e os varais. Destes, apenas a salgadeira correspondia, de fato, a uma edificação. Era o espaço no qual a carne era uniformizada em pedaços padronizados (mantas) e salgada. Como estava diretamente ligada à cancha e aos outros espaços de produção, possuía várias aberturas (o que facilitava o acesso dos trabalhadores), era coberta de telhas de barro ou palha, e no seu interior existiam apenas mesas para as operações.

Em várias inventários de charqueadores foram listadas olarias que permitiam um melhor aproveitamento do plantel de escravos no período de entressafras, consumiam os ossos dos animais abatidos e garantiam uma alternativa economicamente viável para os períodos de baixa.

Atualmente resta muito pouco daquilo que um dia representou a pujança da cidade de Pelotas. Das charqueadas, persistem apenas algumas residências, na sua maioria descaracterizadas, num triste e melancólico retrato, que só nos faz comprovar a decadência da própria cidade. As charqueadas já não mais existem. Restam apenas suas sedes.

O Processo de tombamento nº 1.556-T-08 informa que das trinta charqueadas identificadas “documentalmente”, pelo menos, “treze ainda guardam resquícios originais”, a saber:



13

<b>Primeiro proprietário</b>	<b>Denominação atual/uso</b>	<b>Localização</b>	<b>Imagem/sede</b>
Barão de Arroio Grande, Francisco Gomes da Costa	Charqueada “Boa Vista”. Atual espaço de eventos	Estrada da Costa, 1352, margem direita do arroio Pelotas	
Boaventura Rodrigues Barcelos	Charqueada “Costa do Abolengo”. Atual espaço de eventos	Estrada da Costa, 1320, margem direita do arroio Pelotas	
Bernardino Rodrigues Barcelos	Charqueada “Mazza”. Atual espaço de eventos	Rua Capitão Nelson Pereira, 3800, margem direita do arroio Pelotas	
Antônio José Gonçalves Chaves	Charqueada “São João”. Atual espaço de eventos	Estrada da Costa, 500, margem direita do arroio Pelotas	
Inácio Rodrigues Barcelos	Charqueada “Santa Rita”. Atual pousada.	Estrada da Costa, 200, margem direita do arroio Pelotas	
Antônio José Oliveira Castro	Parte do Clube Centro Português	Rua Cidade Aveiro, 500, margem esquerda do arroio Pelotas	

Visconde de Jaguari, Domingos José de Castro Antieira	Charqueada do "Cascalho". Atual residência	Margem direita do arroio Pelotas	
Visconde da Graça, João Simões Lopes	Estância da Graça. Atual residência	Rua Posto Branco, 3046, margem esquerda do arroio Pelotas	
Barão de Butuí, José Antônio Moreira	(desocupada)	Avenida Adolfo Fetter, s/nº, margem esquerda do arroio Pelotas	
Barão de Jarau, Joaquim José Assumpção	Atual residência	Avenida Adolfo Fetter, s/nº, margem esquerda do arroio Pelotas	
Barão Santa Tecla, Joaquim da Silva Tavares	(sem indicação)	Rua Cidade de Rio Grande, 1742, margem norte do canal São Gonçalo	
José Inácio Xavier	(sem indicação)	Rua Cidade de Rio Grande, 1302, margem norte do canal São Gonçalo	

<p>José Gonçalves da Silveira Calheca</p>	<p>“Charqueadinha”, atual Escola Municipal Ferreira Vianna</p>	<p>Rua Tomas Munhoz, 86, margem norte do canal São Gonçalo</p>	
---	--	--	---

### 5.1. A charqueada São João

Das sedes de charqueadas remanescentes, a mais representativa é a São João. Tal afirmação está baseada nas seguintes justificativas:

- a) A sede apresenta bom estado de conservação, com intervenções contemporâneas facilmente identificáveis;
- b) É a única propriedade onde “permanecem aparentes estruturas da área de produção, a chaminé e a caixa d’água” (Processo nº 1.556-T-08);
- c) O complexo foi detalhadamente levantado e estudado pela arquiteta Ester J. B. Gutierrez em 1993, e divulgado nas diferentes edições do livro “Negros, Charqueadas e Olarias – Um estudo sobre o espaço pelotense”;
- d) O complexo foi igualmente estudado pelo arqueólogo Victor Gomes Monteiro na dissertação “Uma arqueologia das paisagens da escravidão na cidade de Pelotas (1832-1850), com destaque para o estudo da construção identificada como “senzala”;
- e) A charqueada foi visitada e descrita pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, quando de sua viagem ao Rio Grande do Sul em 1820;
- f) A charqueada pertenceu ao comerciante Antônio José Gonçalves Chaves, autor do importante livro “Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil (1817-1822)”;
- g) Atualmente, a propriedade está voltada para as atividades de turismo e eventos, com o objetivo de “Restaurar a casa, aumentar o seu patrimônio cultural e econômico, e ser referência pró-ativa para o crescimento de nossa região”.

A charqueada São João foi mandada construir por Antônio José Gonçalves Chaves (?-1887), natural de Vila Verde do Ouro (Portugal). Veio para o Rio Grande do Sul em 1805 para trabalhar como caixeiro, fazendo rápida fortuna, a ponto de, dez anos mais tarde, ser considerado um dos homens mais ricos da Província. Foi representante dos interesses da Vila de São Francisco de Paula na Câmara de Rio Grande, membro do Conselho Geral da Província (1828), vereador da primeira Câmara Municipal de Pelotas (1832), e membro da Assembleia Legislativa Provincial (eleito em 1835). Autor do clássico “Memórias econômico-

políticas sobre a administração pública do Brasil (1817-1822). Juntamente com Domingos José de Almeida, José Vieira Viana e Bernardino José Marques Canarim, importou dos Estados Unidos, em 1832, uma máquina à vapor que permitiu o estabelecimento da navegação entre Pelotas e Rio Grande. Em 1837, durante a Revolução Farroupilha, estabeleceu uma charqueada em Montevidéu e, nesse mesmo ano faleceu vítima de um naufrágio.

Gonçalves Chaves casou, em 1811, com Maria do Carmo Secco (filha de charqueador), e deixou dez filhos quando faleceu. A propriedade, erguida em 1810, passou a ser administrada pelos filhos, Antônio Gonçalves Chaves e João Maria Chaves.

A charqueada está localizada à margem direita do arroio Pelotas e dela resta apenas a residência-sede e algumas ruínas da área de produção.

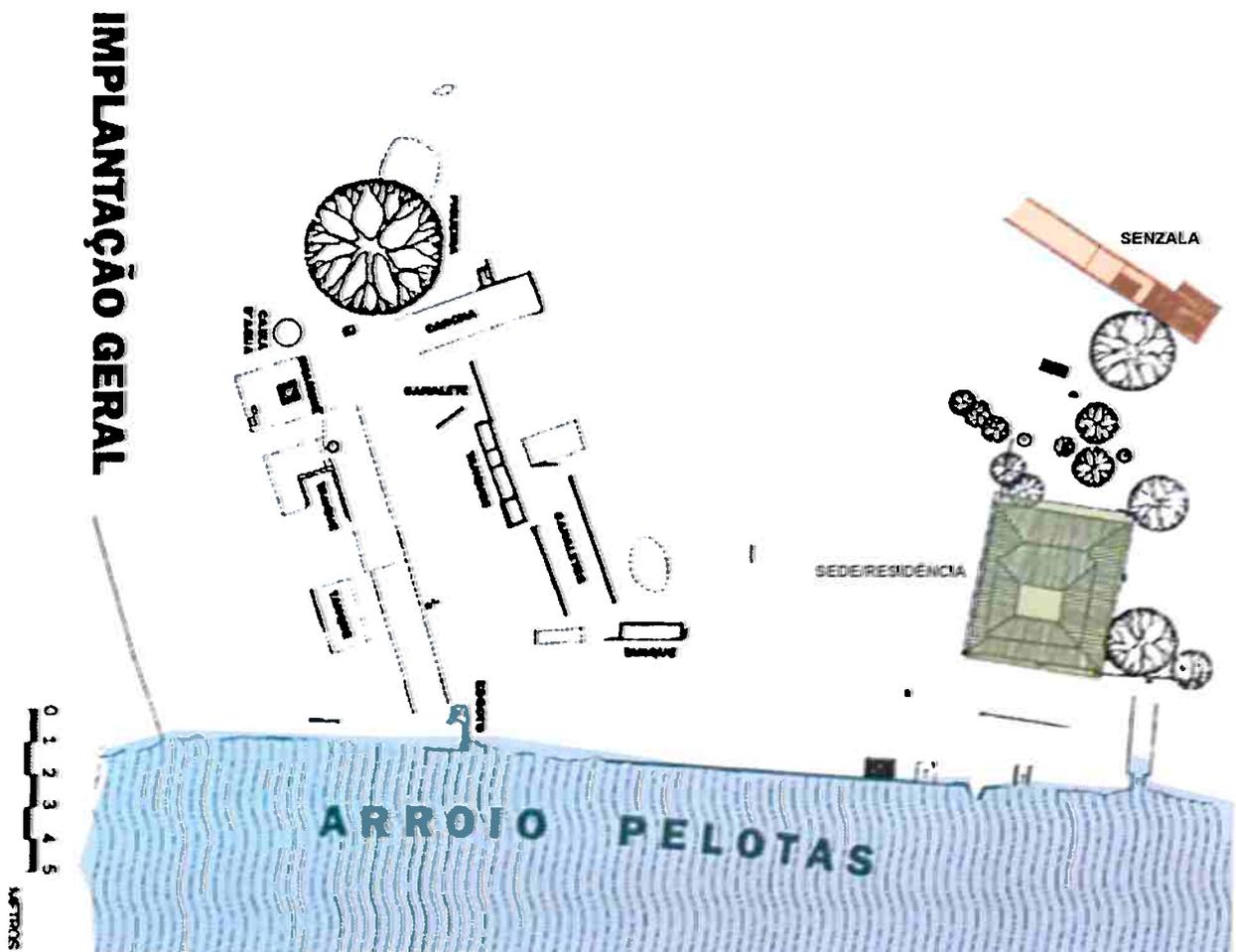
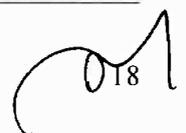


Ilustração 4. Implantação da Charqueada São João. Levantamento elaborado por Ester J. B. Gutierrez (1993). Em verde a residência/sede e em laranja a edificação identificada como senzala.

Devido a importância do testemunho e a relevância das personagens, inicialmente, cabe transcrever o relato da visita de Auguste de Saint-Hilaire à charqueada São João:

Margens do Rio Pelotas, 5 de setembro de 1820 – Estive ontem, à tarde, em casa do Sr. Chaves, que me disse que partiria esta manhã. De fato, embarcamos às 10 horas em uma lancha que nos conduziu ao iate do Sr. Chaves, ancorado à pequena distância do Rio Grande (...). Dirigimo-nos, a princípio, para o norte, depois para o noroeste, seguindo sempre a mesma rota das embarcações que se destinam a Porto Alegre. Até Itapeva o canal de navegação é muito estreito e as águas pouco profundas; o que não é de admirar, porque seu volume quase não aumenta entre Itapuã e Rio Grande ao mesmo tempo que ao sul de Itapeva, elas se espalham sobre uma superfície mais considerável do que as de maré alta. Resulta daí ser muito difícil a navegação na lagoa e, durante as tempestades, muito frequentes os naufrágios. Hoje, o tempo está muito calmo; navegamos lentamente e não sentíamos o mínimo balanço. Temos, de início, à nossa direita, as costas vizinhas do Rio Grande e, à esquerda, a Ilha dos Marinheiros. Passamos em seguida, defronte à Ilha de Torotoma, que fica abaixo da dos Marinheiros. Nela há madeiras; disseram-me que também algumas casas. À margem oriental da lagoa, deixamos para trás montículos de areia, chamados areias gordas e ainda vimos desse lado uma ilhota conhecida como Ilha dos Ovos, porque, dizem, um número prodigioso de diferentes espécies de aves vão ali pôr seus ovos. Entretanto uma chuva muito forte obrigou-nos a descer do convés do iate, privando-nos do prazer de observar os lugares por onde passávamos. Apenas subi ao convés à entrada do Rio São Gonçalo, que não é propriamente um rio, mas um canal estreito, ligando as Lagoas dos Patos e Mirim. Disse-me o Sr. Chaves que a corrente do Rio São Gonçalo se dirige, conforme os ventos, ora para a Lagoa dos Patos, ora para a Mirim, mas que nas enchentes é na direção da Lagoa dos Patos que ele corre. À embocadura do Rio São Gonçalo, a Lagoa dos Patos tem, segundo dizem, duas léguas. Aí deixamos a rota de Porto Alegre e entramos no rio que pode ter a largura do Loire defronte a Orléans. As margens, muito planas, são cobertas das pastagens entremeadas de algumas árvores. A noite nos surpreendeu cedo, impossibilitando-me de distinguir as coisas. De Porto Alegre à entrada do Rio São Gonçalo contam-se sete léguas; fizemos até agora duas léguas e, em seguida, passamos a um outro rio chamado Pelotas, em cujas margens está situada a residência do Sr. Chaves, onde chegamos após meia légua de viagem. O Rio Pelotas, disseram-me, tem doze léguas de curso e apenas é navegável pelos iates numa extensão de meia légua, pois é obstruído por troncos e galhos de árvores. A viagem de hoje foi muito agradável. O Sr. Chaves é um homem culto, que sabe latim, francês, com leitura de História Natural e conversa muito bem. Pertence à classe dos charqueadores, fabricantes de carne seca. Os charqueadores compram o gado dos estancieiros; mandam matá-lo e retalhá-lo; a carne é salgada e, depois de seca, vendida aos comerciantes. As marés se fazem sentir no Rio Grande, mas com irregularidade. Os ventos mantêm sobre ela grande influência.

Margem do Rio Pelotas, 6 de setembro de 1820 – Como fosse muito tarde quando chegamos ontem à residência do Sr. Chaves, nada pude dizer, ainda, a respeito. Está situada num ponto extremamente favorável, pois que os iates podem chegar junto dela e mesmo muito além. A residência do proprietário só tem um



018

pavimento, mas é muito grande, coberta de telhas e um pouco elevada do solo. O interior é dividido em grandes peças, que se comunicam uma com as outras, e ao mesmo tempo, se abrem para fora. Instalei-me num quarto escuro, que dá para uma sala de jantar, gênero de distribuição adotado em todo o Brasil. Mesas, cadeiras e canapés constituem o mobiliário do Sr. Chaves; as cômodas e as secretárias são móveis inteiramente novos no Brasil e somente se encontram m um restrito número de casas. O Rio Pelotas, quase da largura do Essone, em Pithiviers, passa ao lado da habitação. Serpenteia numa vasta planície, tendo ao lado oposto, uma pequena elevação com algumas casas cobertas de telhas. Diante da residência do Sr. Chaves, um belo gramado e, mais longe, várias fileiras compridas de grossos moirões cravados na terra. Têm cerca de 4 pés, terminado, cada um, por uma pequena forquilha. Estas forquilhas recebem varas grandes transversais para sobre elas se fazer secar a carne no tempo das charqueadas. Ao lado desses secadouros, a casa onde se Salga a carne e onde está construído o reservatório, chamado tanque. Quando se abate o animal, retalha-se os pedaços e colocam-se, uns sobre os outros, no tanque, em que se impregnam de salmoura. No fim de vinte e quatro horas são retirados, e é, então, que se estendem sobre os secadouros, onde ficam oito dias, quando há bom tempo. A carne seca não pode ser conservada mais de um ano. Desta região é exportada principalmente para o Rio de Janeiro, Bahia e Havana, servindo aí de alimento aos negros. O gado emagrece no inverno, mas engorda logo que o solo de cobre de pastagem nova. Em novembro, quando já se acham regularmente gordos, começam as charqueadas, as quais duram até abril ou maio. Mais além do secadouro, de que acabo de falar, Sr. Chaves tem um pomar rodeado de fossos e mimosos espinheiros, atualmente desprovidos de folhas. É p maior pomar que tenho visto desde que estou no Brasil, excetuadas algumas quintas dos arredores de São Paulo. Compõe-se de extensas alamedas oblíquas de pessegueiros, entremeados de laranjeiras. Essas alamedas convergem para um centro comum, e entre elas canteiros de hortaliças, tais como: couves, favas, alfaces e ervilhas. Vi, também, neste pomar, macieiras, pereiras, ameixeiras, cerejeiras e parreiras, que se elevam a apreciável altura. O Sr. Chaves queixa-se de que todas as espécies de árvores frutíferas, introduzidas no país, são de qualidade inferior. O pomar do Sr. Chaves foi novamente todo plantado: admirei pessegueiros de três anos apenas e laranjeiras de quatro anos, com doze a quinze pés de altura. Choveu todo o dia, impedindo-me passear no campo.

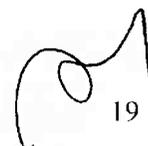




Ilustração 5. Fotografia da charqueada São João, conforme descrita por Auguste de Saint-Hilaire.



Ilustração 6. Vista da sede da charqueada São João. Fonte:  
<http://naopiradesopila.com/2016/09/pelotas-o-que-fazer-onde-comer-ficar-e.html>

Trata-se de uma residência térrea com pátio interno, formada a partir de ampliações sucessivas e que configura um retângulo de 32.20 x 26.90m. Em 1810, foi mandado construir uma primeira residência com cozinha em anexo. Em uma segunda etapa, teriam sido construídas as alas leste e sul, desenhando uma espécie de “C”, com pátio de serviço aberto ao centro. Por

fim, em uma última ampliação serviu para fechar o pátio central, através da construção de um depósito.

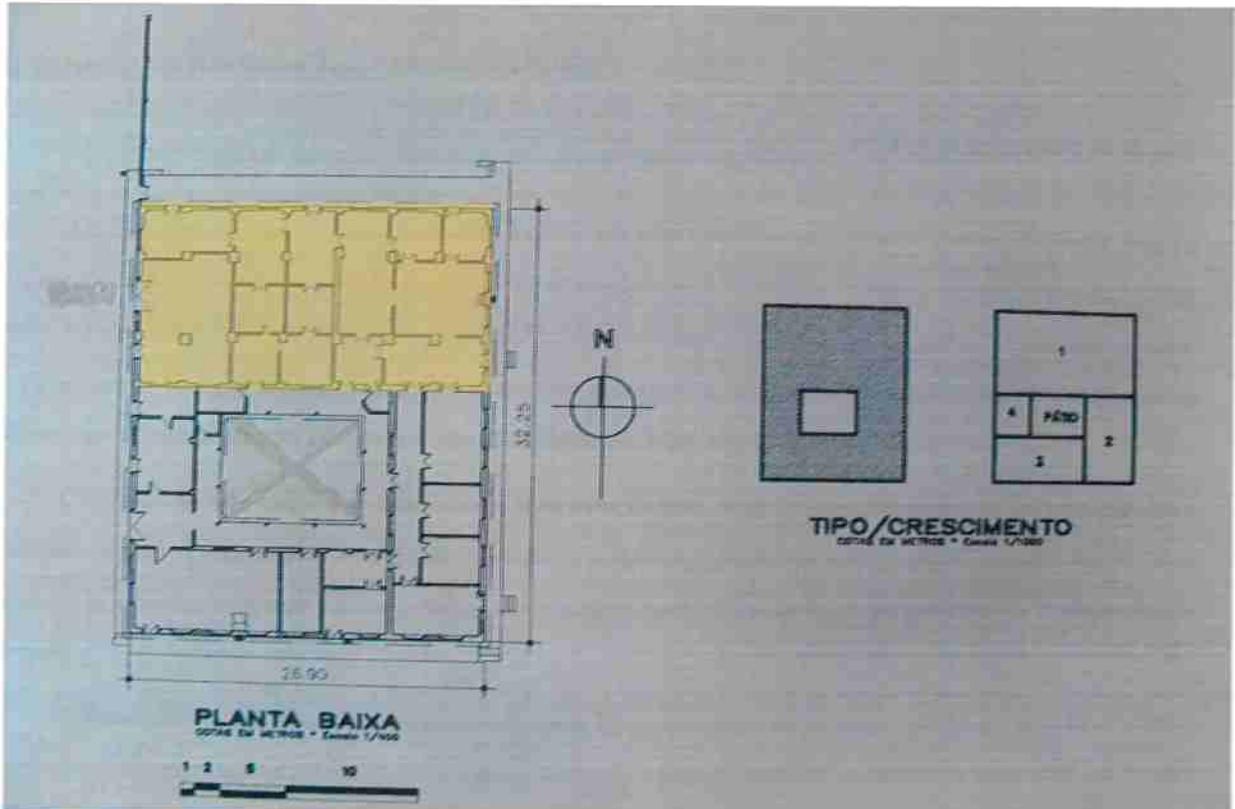


Ilustração 7. Planta baixa da sede da charqueada São João. Levantamento elaborado por Ester J. B. Gutierrez (1993). Em amarelo o núcleo original da residência. Ao lado, esquema tipológico com as quatro fases de crescimento da construção.

Ao contrário das outras residências de charqueadas, o interior mantém-se em ótimo estado de conservação (apenas três banheiros foram instalados). A fachada principal (norte e de costas para o arroio) apresenta sete aberturas (três portas e quatro janelas), cunhais, soco, beiral com cimalha e calçada. As janelas são do tipo guilhotina, em arco abatido, com caixilharia de 30 vidros.

A residência pode ser dividida em quatro zonas funcionais básicas: a social, a íntima, a de serviços internos, e a de serviços externos.

- A zona social englobava os espaços de convívio familiar e de receber, como as diversas salas de estar e a de jantar. Incluía também o quarto de hóspedes e o local onde, provavelmente, estava localizada a biblioteca de Gonçalves Chaves.
- A zona íntima englobava unicamente dormitórios e alcovas (já que não existiam banheiros internos).

- A zona de serviços internos compreendia uma sequência de compartimentos organizados a partir da cozinha (depósitos, comedor, dormitórios de empregados ou escravos domésticos etc.).
- A zona de serviços externos compreendia uma sequência de compartimentos relacionados com a administração do estabelecimento e/ou com a produção e comercialização do charque.

Através da análise da organização interna da residência, e da sua comparação com outras charqueadas, moradas de fazendas ou “casas grandes” (de outras regiões do país), é possível montar um hipótese de ocupação dos diversos ambientes. A fachada social (com orientação norte e voltada para um jardim) possui três portas: a central dá acesso a uma primeira saleta, que faz a transição (ligação) entre as alcovas (à direita) e as salas de visita (à esquerda). A separação entre o íntimo e o social fica clara, inclusive, pelo aumento da espessura da parede que separa as duas áreas — a saleta faz parte, ainda, da área íntima, pois é para ela que se abrem as portas das alcovas e de um dormitório. As outras duas portas da fachada norte indicam os acessos particulares para o quarto de hóspedes (à extrema esquerda) e para o escritório (à extrema direita).

Embora Saint-Hilaire afirme que fora instalado em um quarto escuro, que dava para a sala de jantar, “gênero de distribuição adotado em todo o Brasil”<sup>14</sup>, o quarto onde teria pernoitado tem uma porta e uma janela, ambas abrindo para o exterior, e uma segunda porta, efetivamente abrindo para a sala de jantar. A respeito de uma outra habitação, o viajante comentou ser “mal repartida, como todas as casas portuguesas. Os quartos de dormir são sempre pequenos compartimentos escuros que se comunicam com grandes salas”<sup>15</sup>.

A área social da residência se completava com as duas salas de estar, com a sala de jantar, e com outra pequena peça (3.55 x 3.75m), localizada entre o quarto de hóspedes e a sala de estar, cuja antiga utilização não é clara — podendo ter sido um dormitório de uso transitório ou a famosa biblioteca de Gonçalves Chaves.

A área íntima familiar compunha-se de um conjunto de duas alcovas e três dormitórios interligados entre si (outra solução encontrada em todo o país). A falta de janelas nas alcovas fez com que a tradição as “identificassem como o lugar ideal de dormir, onde o recato e a segurança se aliavam salvaguardando a intimidade”<sup>16</sup>.

Ao que tudo indica, na Charqueada São João, não existiu uma capela e, se existiu um oratório, estava muito bem resguardado na área íntima da habitação, de maneira a não ter sido percebido por Saint-Hilaire, que registrou que os oratórios eram colocados no “quarto de dormir dos proprietários, onde o estranho nunca entra”<sup>17</sup>.

O escritório, de onde a charqueada era administrada, ficava na esquina nordeste da residência, de maneira a intermediar a fachada social (norte) com a voltada para a zona de produção

---

<sup>14</sup> SAINT-HILAIRE, 1987: 79.

<sup>15</sup> SAINT-HILAIRE, 1987: 93.

<sup>16</sup> LEMOS, 1969: 38.

<sup>17</sup> SAINT-HILAIRE, 1987: 111.

(oeste). Era o principal compartimento dos que configuravam a zona de serviços externos, como o depósito de veículos e o de produtos utilizados no estabelecimento — zona que acabava em um grande salão, provavelmente outro espaço de apoio, mas que não terá sido espaço de reuniões sociais, como afirma Riopardense de Macedo<sup>18</sup>.

Ao lado deste último depósito, já na zona de serviços internos (fachada sul, voltada para o arroio Pelotas), ficava a grande cozinha, hoje subdividida e incluindo despensa e copa. Esse compartimento, atualmente, está ligado, através de um passa-pratos, à sala de almoço (refeitório).

Entre a sala de almoço e a de jantar existe uma sucessão de três dormitórios (com janelas para leste), ligados por um corredor. As dimensões desses quartos são maiores do que as das alcovas e, provavelmente, tenham sido ocupados por agregados da família ou pelos próprios descendentes de Gonçalves Chaves.

Ainda no campo da análise e da hipótese, é possível afirmar que a residência, da maneira como a conhecemos hoje, não foi construída em uma única vez, sofrendo ao que parece, pelo menos, três intervenções de aumento importantes.

Numa primeira etapa (1810), teria sido construída a ala norte, com cozinha isolada. Essa construção é caracterizada por paredes exteriores, em alvenaria de tijolos, com 40 a 43 cm de espessura, e por uma rede de pilares internos, também de tijolos, que configuram uma malha estrutural e modular. Os pilares se distribuem em fileiras paralelas, afastadas aproximadamente a cada três metros, no sentido leste-oeste; e com afastamento de 2.70, 5.45 e 2.70, no sentido norte-sul. A malha permitiu total liberdade na disposição das paredes internas: alvenaria de até 20 cm ou divisórias de estuque de 10 cm.

Numa segunda etapa teriam sido construídas as alas leste e sul, configurando o “C”, com o pátio de serviço aberto no centro. Essa construção é caracterizada por um telhado com ponto mais baixo do que o da anterior, e pela reprodução de um esquema urbano de distribuição dos compartimentos, com corredor interligando sucessivos dormitórios e que desemboca na sala de refeições e na cozinha.

A terceira etapa, com certeza, terá servido para fechar o pátio central, através da construção de um depósito e de uma peça que faz a ligação entre esse e a zona de produção da charqueada; e se caracteriza por um telhado com ponto mais baixo do que os anteriores. Provavelmente, durante essa intervenção de ampliação terá sido construída a varanda do pátio central, toda ela sustentada por delgados pilares metálicos.

Ester Gutierrez<sup>19</sup> fala em “uma primeira fase da construção”, na qual os pilares aparecem embutidos nas paredes, acrescentando que “os forros são de diversos tipos, seja pelo fato de terem sido executados em períodos diferentes, seja devido à finalidade de hierarquizar a função exercida em cada peça”.

Mais recentemente, já no século XX, foram construídos três banheiros que contemplavam uma necessidade de adequar a residência aos usos e costumes contemporâneos. Bem como

---

<sup>18</sup> WEIMER, 1983: 84.

<sup>19</sup> GUTIERREZ, 1993: 203.

foram introduzidos vitrais, duas chaminés (de uma lareira e de uma churrasqueira); e duas “pinhas” sobre a cumeeira do telhado.

## 6. A malha urbana

Como citado, a história das terras de Pelotas tem início no ano de 1758, quando o Coronel Tomás Luís Osório recebeu uma sesmaria de campos adjacentes ao sangradouro da Lagoa Mirim. A partir de tal doação, as terras vizinhas e originárias do município foram sucessivamente sendo subdivididas em porções menores e um considerável contingente populacional concentrou-se nos “Campos de Pelotas”. Desta maneira, foram surgindo os primeiros arraiais (pequenas povoações de caráter transitório) e com eles erguidas as primeiras capelas. Como a Igreja era diretamente ligada ao Estado, a construção e posterior oficialização de uma capela significava, além do sentido religioso, obter o reconhecimento também perante o Estado.

Em 1779, a sesmaria de Pelotas foi “vendida” pela viúva e demais herdeiros de Osório ao casal Manoel Bento da Rocha e Isabel Francisca da Silveira, ele já grande proprietário de terras na região (possuindo os rincões de Arroio Grande, São Lourenço e Corrientes).

Na mesma sesmaria, na área que seria conhecida como “Laranjal”, Isabel Francisca mandou erguer a capela de Nossa Senhora dos Prazeres. Simultaneamente, José Pinto Martins instalou aquela que seria considerada como a primeira charqueada industrial, à margem do Arroio Pelotas (em terras então pertencentes a Manoel Carvalho Souza). Aos poucos, a indústria do charque foi se afirmando na região de Pelotas, de maneira que atraiu significativo número de novos habitantes. Não tardou, em 1812, os moradores solicitaram a criação de uma freguesia.

Segundo relato dos historiadores locais, do requerimento que solicitava a criação da freguesia não constava o local da futura “sede”. O que, num primeiro momento, pode parecer estranho, fica esclarecido quando lembramos da ligação entre a Igreja e Estado, fato que não passou despercebido da historiadora Heloísa Nascimento, que diz:

Antigamente, o que havia, na fundação de cada novo núcleo populacional, era a exigência de uma determinada densidade de agrupamento humano e, uma vez constatado, a criação de uma freguesia com o erguimento de uma igreja ou capela... Esta servia de pedra fundamental, se assim se pode dizer<sup>20</sup>.

Na verdade o que ocorreu, em relação a Pelotas, foi que o primitivo templo, depois de oficializado como “capela” passou a ser ponto de referência de uma unidade eclesiástica chamada “freguesia de São Francisco de Paula”. Para a criação desta não estava decidido o local da futura igreja: se no lugar onde hoje se encontra o atual Asilo de Nossa Senhora da Conceição, se no Laranjal ou nos terrenos do capitão-mor, onde hoje está a Catedral.

Só em 1813 teve início a construção do primeiro templo de Pelotas, em terreno pertencente ao capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, local onde hoje se encontra a Catedral, doado por

<sup>20</sup> NASCIMENTO, 1989: 28.

este para a construção da capela, adro e residência do vigário; como condição para que lhe fosse permitido lotear a área circunvizinha. No mesmo, ano, Mariana Eufrásia da Silveira obteve, por concessão do governador Diogo de Souza, o terreno contíguo aos já referidos. Em troca da concessão, também foi imposta a obrigação de doação de terrenos, desta vez, para a construção de obras públicas e "servidão do povo". Assim, Mariana Eufrásia doou os terrenos para a praça da povoação (atual Praça Coronel Pedro Osório), para a nova igreja (nunca construída), para o quartel e hospital, loteando e vendendo os demais.

Por uma questão basicamente de localização, convencionou-se a chamar de "primeiro loteamento" o promovido por Antônio dos Anjos e de "segundo loteamento" o promovido por Mariana Eufrásia.

Assim, de pragmáticas operações de doações de terrenos, acompanhadas da criação de lotes privados (parcelamento), estabeleceu-se uma malha urbana ortogonal regular, formada pela repetição de quarteirões com dimensões uniformes, de ruas corredores retilíneas e paralelas entre si, e de espaços não edificados destinados à coletividade. Malha urbana que, ao longo do tempo, ganhou dimensão e significado em função das condições absolutamente planas do sítio de implantação da futura cidade.

## 7. O Primeiro Loteamento de Pelotas

Para resolver uma série de problemas de posse de terra e pagamento de lotes entre o capitão-mor e alguns moradores, a pedido daquele e por sentença do juiz José Tomás da Silva, foi mandada elaborar, em 1815, o que se pode chamar de "primeira planta da zona urbana de Pelotas"<sup>21</sup> (primeiro loteamento), obra de medição judicial realizado pelo agrimensor Maurício Ignácio da Silveira. Este profissional possuía o título de "piloto das sesmarias", tendo realizado, também, a primeira medição e demarcação de terras da Guarda do Cerrito, hoje Jaguarão, em 1814.

---

<sup>21</sup> No *Livro de Registros de Terrenos e Prédios do Município de Pelotas* (Museu da Biblioteca Pública Pelotense), existe a reprodução da medição judicial elaborada (sem data e intitulada de "Povo de Pelotas).





Trata-se da praça da Catedral ou da Matriz. Resultante da operação de localização e construção da capela de São Francisco de Paula em 1813. Prevista no mapa de 1815, apresenta forma retangular em função da ocupação de dois quarteirões da malha urbana do primeiro loteamento de Pelotas. É o local, por excelência da realização de celebrações religiosas católicas em Pelotas.



Ilustração 9. Praça José Bonifácio e as celebrações católicas de Pelotas. Fonte: <https://www.google.com.br/>

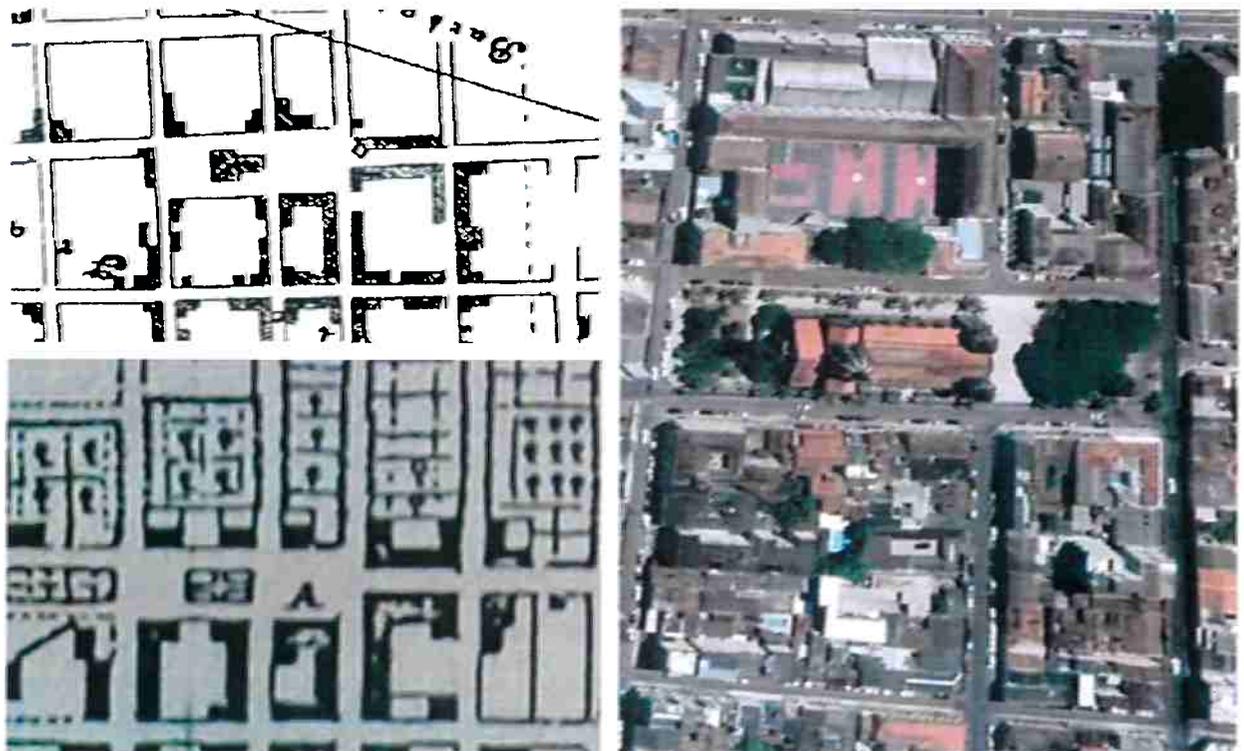


Ilustração 10. Praça José Bonifácio em 1815, 1835 e 2018.

## 7.2. A Catedral de São Francisco de Paula

Em fevereiro de 1813 deu-se começo à construção da igreja matriz e da casa para residência do vigário, no canto a nordeste da igreja, em terrenos que para esse fim foram doados pelo capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos. Junto à charqueada desse capitão-mor, no começo da hoje rua General Neto, em um rancho coberto de palha servindo de residência do vigário, foi instalado provisoriamente o altar de S. Francisco de Paula, que ali permaneceu até 23 de dezembro do mesmo ano. Achando-se nessa data já adiantadas as obras da matriz, foi para ela transladada a referida imagem<sup>23</sup>.

Como já se disse, o chamado primeiro loteamento de Pelotas se desenvolveu ao redor da capela de São Francisco de Paula, marco fundamental da arquitetura e da vida da cidade. De acordo com o estipulado pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1719), tal capela foi erguida em terreno “alto, em lugar decente, livre de umidade e desviado de lugares sórdidos e imundos”<sup>24</sup>, sobretudo, em lugar seguro e distante dos odores das charqueadas e dos movimentos de tropas de gado. Construída, também, em sítio isolado, livre de “casas particulares e de outras paredes” e realçada por um largo, a chamada praça da matriz, que por muitos anos foi apenas um grande espaço retangular, calçado e sem árvores.

A história do mais importante edifício religioso de Pelotas pode ser dividida em, pelo menos, três fases.

A *Primeira*, teve início em 1813 quando, por iniciativa do padre Felício da Costa Pereira, foi construída uma capela. Seguindo um partido retangular de forma basilical, tratava-se de um pequeno santuário com apenas uma nave (de 6,6m por 13,20m, incluindo a capela-mor), sem torres e sacristias. Possuía, em sua extremidade posterior, o altar-mor em uma espécie de abside (acabamento semicircular), e na porção anterior, a porta principal e um pequeno coro elevado. Era construído em alvenaria de tijolos e coberto com telhas de barro, provavelmente em duas águas. Curioso é perceber que o referido templo nasceu de um tipo mais primitivo do que o apresentado por Sylvio Vasconcelos<sup>25</sup>, quando montou sua linha de evolução da arquitetura religiosa brasileira, pois não possuía torre nem sacristia.

Em 1815, o Bispo Dom José Caetano da Silva Coutinho registrou que a capela não passava de “uma barranqueta de tijolo, nova e inacabada” e que para receber todo o povo seria necessário construir uma “grande igreja de pedra e cal”.

Devido a sua simplicidade, primitividade e conforme relatos de alguns historiadores locais, é possível atribuir ao próprio vigário a autoria do risco desta obra, cuja construção ele mesmo teria dirigido. Após sua conclusão e desde a instalação da imagem de São Francisco de Paula em seu altar, a primitiva capela passou a sofrer sucessivas e constantes reformas de melhoramentos e ampliação:

<sup>23</sup> CUNHA, 1914: 176.

<sup>24</sup> MARX, 1991: 26.

<sup>25</sup> VASCONCELOS, 1983: 53.

- 1813 – construção da capela (nave e altar)
- 1818 – construção da sacristia do lado norte
- 1819 – construção do consistório do lado norte
- 1820 – construção de catacumbas atrás do templo

A Segunda Fase teve início em 1826 quando, após a parcial destruição do santuário em virtude de um abalo causado por um raio, foram iniciadas as obras de um “novo” templo, eruido pelo lado de fora do primitivo:

- 1827 – reconstrução da capela original
- 1828 – conclusão do corpo da nova igreja e de seu forro
- 1828 – 1834 - construção da nova capela-mor
- 1834 – encomenda do Porto do relógio e dos sinos da torre
- 1835 – 1844 - construção do consistório do lado sul
- 1845 – 1852 - construção da torre do lado sul
- ✓ 1846 – lançamento da pedra fundamental de uma nova Catedral a ser construída na atual Praça Cel. Pedro Osório
- ✓ 1847 – 1850 – elaboração do projeto da nova Catedral, por Roberto Offer
- 1847 – construção das tribunas nas paredes do templo
- 1847 – 1848 - construção do consistório do lado norte
- 1850 – 1851 - construção da torre do lado norte
- 1852 – demolição do consistório do lado sul para a construção de outro igual ao do lado norte

Em 1847, Roberto Offer concluiu o projeto da "Nova Matriz", que deveria ter sido construída na Praça Cel. Pedro Osório e cuja pedra fundamental chegou a ser lançada pelo Imperador D. Pedro II, em 1846. No entanto, a verba destinada à execução do projeto (inclusive verbas provinciais) foi desviada e, presumivelmente, empregada na consolidação das reformas de ampliação do antigo templo de 1813, o qual, pouco a pouco, foi assumindo proporções e aspectos impressionantes para a época.

O projeto de Offer, apesar de não construído, acabou por introduzir em Pelotas - e no Rio Grande do Sul - uma arquitetura eclética baseada sobretudo na recuperação de elementos renascentistas. O que se tornaria a principal característica arquitetônica do período compreendido entre 1850 e 1900. Daquele projeto apenas a "brunelleschiana" cúpula sobre tambor octagonal foi "aproveitada", sendo executada sobre a atual Catedral, em 1947, a partir de concepção de Victorino Zani.

Em meados do século XIX, a Matriz já apresentava a fachada atual, com seu pórtico e terraço, com seu jogo de ordens superpostas (dóricas no térreo, jônicas no primeiro pavimento e

coríntias nas torres); com sua platibanda e pequeno frontão; com suas duas torres sineiras e com suas duas cúpulas características. Embora de grandes dimensões (aproximadamente 220m<sup>2</sup> e com uma capacidade para 700 fiéis), era ainda bastante primitiva: nave única com tribunas laterais, altar-mor ao fundo e as duas bases das torres, (configurando um partido em “T” invertido). As fachadas laterais, tipicamente coloniais, estavam em total desacordo com as proporções e “estilo” da principal, refletindo apenas a ocupação interior do templo. Esse era o aspecto da Matriz em 1883, quando foi retratada por Dominique Pineau e, provavelmente, apresentava a mesma condição quando da criação da diocese de Pelotas, em 15 de agosto de 1910, ou da posse do seu primeiro bispo, o paulista D. Francisco de Campos Barreto (1911 a 1920). Em 1914, o templo foi descrito por Alberto Coelho da Cunha:

Esta igreja tem aproximadamente 40m de comprimento por 20 de largura, incluídos os consistórios e mais dependências. Divide-se no comprimento em duas partes iguais: capela-mor e corpo da igreja; na sua largura em três partes: igreja propriamente dita, com 9 metros e consistórios, com 5,5m cada um. No frontispício, cujas torres sobressaindo às paredes laterais 1,5m de cada lado, dão à planta a figura de uma cruz, mede 23 metros, rematando por um peristilo, formado por dois arcos laterais e quatro colunas do estilo dórico, que assentam sobre o adro, e suportam uma plataforma guarnecida de balaústres, que enfrenta e comunica com o coro. Os consistórios são divididos em dois pavimentos: o de cima tem 6 tribunas de cada lado com sacadas para o interior e janelas para o exterior; o de baixo, na parte que corresponde à capela-mor, tem à direita a capela do Senhor dos Passos, e à esquerda o presbitério. A parte correspondente ao corpo da igreja é destinada aos andores e mais alfaias das irmandades<sup>26</sup>.

A *Terceira Fase* da Catedral teve início em 1915. Neste ano, o construtor e empreiteiro paulista Frederico Pedro Sonnesen foi encarregado do projeto de pequenas reformas no interior do templo e da construção de um prédio em anexo, de dois pavimentos, com a finalidade de servir de salão paroquial. O edifício de apoio, encontrava-se pronto quando da chegada do segundo bispo de Pelotas, o cearense D. Joaquim Ferreira de Melo (1921 a 1940).

Em 1933, o templo sofreu nova reforma, desta vez pelo “arquiteto franciscano” Frei Niceto Peters, que o ampliou para 570m<sup>2</sup> e uma capacidade de 1700 fiéis. O altar-mor foi afastado em direção aos fundos, a sacristia ocupou o pavimento térreo do salão paroquial, as bases das torres foram transformadas, as tribunas destruídas, as fachadas laterais receberam novo tratamento e as antigas janelas foram substituídas por vitrôs.

Externamente, nos mostrará fachadas de linhas austeras de estilo romano, num conjunto singelo e despretensioso, porém, no entender de um dos nossos técnicos da Municipalidade, marcante e bem movimentado, traduzindo o espírito modesto, embora culto e competente do seu autor... A planta de remodelação do nosso principal templo foi executada pelo ver. Frei Niceto Peters, que se revelou um

---

<sup>26</sup> CUNHA, 1914: 177.

especialista, de notável gosto e grande competência, tendo o mesmo se oferecido para administrar a obra<sup>27</sup>.

A Catedral só veio a assumir sua configuração atual, entre 1946 e 1948 (*Terceira Fase*). Em 1946, o arquiteto Victorino Zani apresentou ao terceiro bispo de Pelotas, o gaúcho D. Antônio Zattera (1942 a 1977) o projeto para a “remodelação e ampliação” da Catedral de Pelotas, desenhos acompanhados de uma bela perspectiva, que permitia compreender a monumentalidade da intervenção pretendida. Zani remodelou novamente as fachadas laterais, que passaram a concordar com a principal, aumentou a nave, construiu a cripta e levantou a grandiosa cúpula, cujo desenho remonta ao projeto elaborado por Roberto Offer em 1847.

O engenheiro-arquiteto Julio Delanoy foi o responsável pela execução das obras. “Formado em Paris, Delanoy imigrou para o Brasil em 1926 para desenvolver projetos complementares para o Palácio Piratini, sede do Governo do Estado, em Porto Alegre. Logo após estabeleceu-se em Pelotas onde exerceu sua profissão”<sup>28</sup>. Sobre a Catedral, registrou:

O referido projeto consta da remodelação das fachadas laterais da catedral, estilizando-a, bem assim como da remodelação interna, suprimindo as lajes de proteção dos altares. As obras novas a serem efetuadas constarão de um altar-mor em surelevação (sic) com dois pequenos altares laterais, numa largura de 22,74m por 11,43m. Atrás do altar-mor haverá duas salas, a primeira com 5,52m de largura, com escada de acesso ao primeiro andar e junto a qual fica situado um pequeno depósito e dois W.C; esta sala terá saída aos fundos sobre o pátio. A segunda sala terá 7,87m de largura por 7,46m de fundo, também com acesso ao pátio dos fundos. Entre as duas salas, haverá uma capela funerária destinada a receber os restos mortais dos Bispos de Pelotas... No pavimento superior haverá um grande salão destinado a reuniões. O altar-mor será coroado por uma cúpula que será a mais alta e formará um conjunto harmonioso com o resto do edifício<sup>29</sup>.

Para complementar os trabalhos de Zani, em 1948 e a convite bispo Zattera (com indicação do Monsenhor Angelo Giuseppe Roncalli, futuro Papa João XXIII), vieram da Itália os artistas Emílio Sessa, Aldo Locatelli e Adolfo Gardoni<sup>30</sup>, que se encarregaram da decoração interna do templo. Juntos, produziram uma obra de grande vigor técnico e simbólico. Em 19 de março de 1950, a Catedral foi oficialmente (re)inaugurada. Ainda em 1953, o bispo Zattera encomendou da Marcenaria Central, de José Gollo (Caxias de Sul), os bancos do templo.

<sup>27</sup> CUNHA, 1933: 126.

<sup>28</sup> DELANOY, 2012.

<sup>29</sup> DELANOY, 1947.

<sup>30</sup> Adolfo Gardoni chegou a Pelotas com os dois colegas, Sessa e Locatelli, mas, pouco tempo depois, retornou à Itália. Foi substituído pelo artista Attilio Pisoni.



Ilustração 11. Catedral de São Francisco de Paula (2018). Fonte: [mapio.net/pic/p-20735984/](http://mapio.net/pic/p-20735984/)

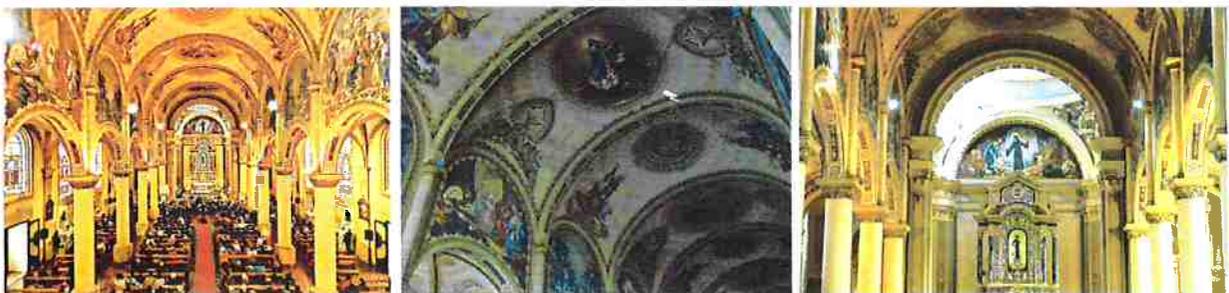


Ilustração 12. Interior da Catedral de São Francisco de Paula. Fonte: <https://www.google.com.br/>.

## 8. O Segundo Loteamento de Pelotas

Em 1825 (três anos após a suspensão do regime de sesmarias e cinco anos antes da elevação da freguesia a vila de São Francisco de Paula, foi estabelecido o Logradouro Público – área de terra junto à vila, de uso comum do povo, onde o gado pastava antes de ser comercializado. Parte desta área foi destinada à Tablada (a própria feira de gado).

Por Decreto Imperial de 1830, a freguesia de São Francisco de Paula foi elevada à categoria de *Vila* de mesmo nome e, cinco anos depois, por Decreto do Presidente da Província, a *Cidade de Pelotas*.

Da leitura das atas da câmara de vereadores dos primeiros anos de município pode-se, com grande facilidade, concluir que os principais problemas enfrentados pela vila eram relativos: à questão de segurança - necessidade urgente de se construir uma cadeia (iniciativa da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional); a questão racial - problema de controle e punição dos escravos; e, finalmente, os problemas urbanos propriamente ditos, ou seja, marcar os limites do novo município, arruar e nivelar os edifícios construídos, garantir o abastecimento de água potável, definir e localização de novas cacimbas, estipular os locais para a lavagem de roupa, erguer trapiches para despejos de detritos, construir novas pontes, indicar os locais para a circulação de tropas de gado rumo às charqueadas e redigir o Código de Posturas (de 1832). Todas essas questões estão, de uma certa maneira, relacionadas com uma maior: o levantamento da planta do município.

Para esse fim, em 1832, foi encarregado Pedro Garcia Cunha que, três meses depois, desistiu de tão importante tarefa. No mesmo ano, o engenheiro Eduardo Kretschmer foi convidado para construir uma ponte sobre o Piratini e, em 1833, para realizar estudos sobre a desobstrução do São Gonçalo. Uma vez realizados os dois serviços, foi ele contratado, como arquiteto civil da vila, para proceder o levantamento da planta, o que realizou até 1834. A última referência encontrada à Kretschmer nas atas municipais diz respeito a um pedido de aumento de salário em 1835.

Existe na Prefeitura Municipal a cópia de uma planta da cidade de Pelotas de 1835 e que confere com os limites urbanos estipulados pelo Código de Posturas de 1832. Esta cópia deve ter sido reproduzida do original elaborado por Kretschmer.

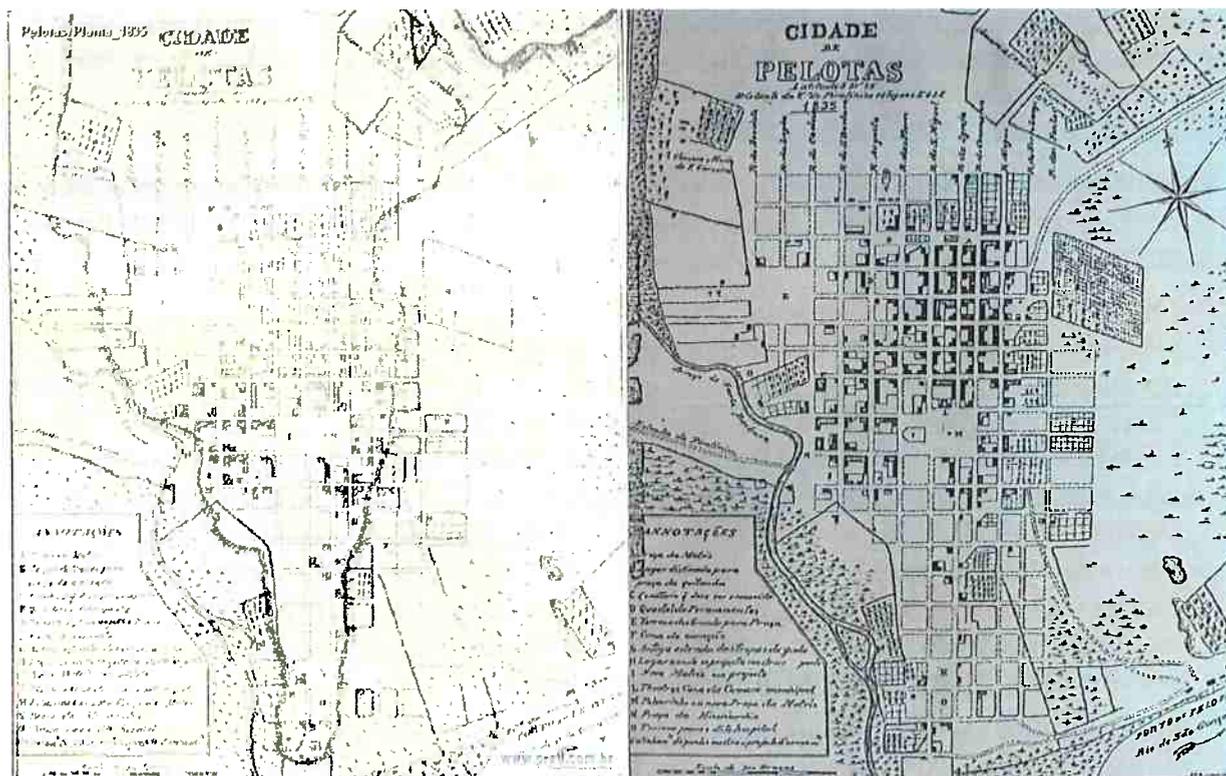


Ilustração 13. Mapa da cidade de Pelotas (1835). Duas reproduções do mesmo mapa. Na primeira consta grafado a “curva de nível” entre a porção plana e seca (a cidade) e sua porção plana e úmida (os banhados). Na segunda, é possível observar claramente o Segundo Loteamento.

O engenheiro manteve o traçado regular anteriormente estabelecido, com as doze ruas principais correndo na direção norte-sul e as dezoito secundárias — agora chamadas travessas — no Leste-Oeste. Desenhou uma quadrícula de 142 quarteirões, dos quais, 40 foram somente delimitados, livres de ocupação prévia. O que demonstra uma real atenção ao crescimento da cidade, e que, por outro lado, comprova a adequação do tipo de solução adotada — racional e regular — ao novo processo de distribuição de terras que começava a se impor no Brasil, o de compra e venda de terras, de parcelas de solo, de terrenos, de lotes.

As praças, com exceção da Matriz, surgem por meio de operações de substituição de um, dois e até quatro quadras inteiras. A planta tem como limites o arroio Santa Bárbara a oeste, a rua das Fontes (atual Almirante Barroso) a leste, o rio São Gonçalo ao sul e a "sanga ao norte" ao norte.

Conforme foi solicitado pelos vereadores, a planta apresenta a localização das praças, bem como da Matriz, da Câmara Municipal, da casa de Correção (cadeia), e do Teatro Sete de Abril, ou seja, as obras mais importantes do período.

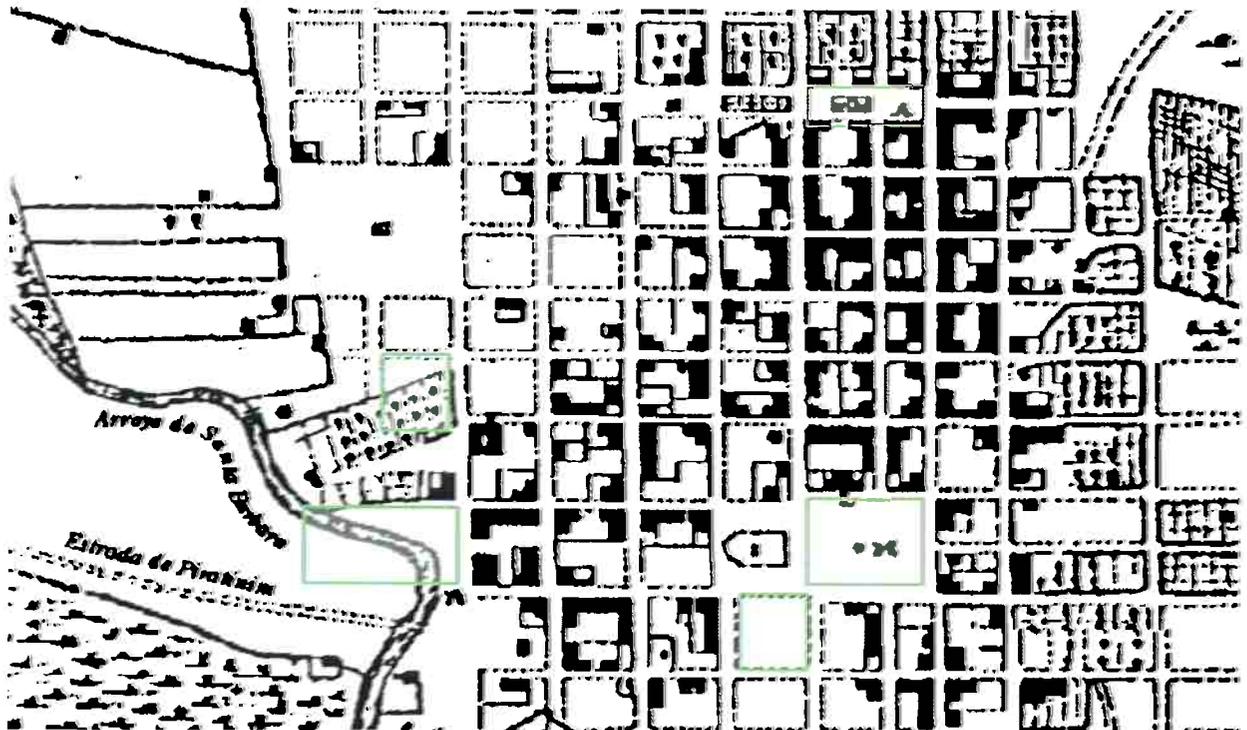


Ilustração 14. Detalhe do Mapa da cidade de Pelotas (1835). Em verde a localização das atuais praças José Bonifácio (A), Coronal Pedro Osório (M), do Mercado (vazio), Cipriano Rodrigues Barcelos (vazio cortado pelo arrio Santa Bárbara) e Piratinino de Almeida (vazio com vegetação).

Quando Kretschmer montou o mapa da cidade, Pelotas possuía 544 prédios<sup>31</sup>, todos, como não poderia deixar de ser, identificados com os códigos formais da arquitetura colonial luso-brasileira. A uniformidade dos partidos arquitetônicos correspondia à rígida padronização dos lotes, à carência de materiais e à primitividade das técnicas construtivas. Tanto os edifícios públicos quanto os privados apresentavam aspecto bastante semelhante uns aos outros, pois eram construídos com os mesmos materiais rústicos; com as mesmas paredes lisas; com os mesmos "socos"; os mesmos "cunhais"; os mesmos telhados aparentes com seus beirais (de beira-seveira, de beira e bica, de cachorro ou de cimalha); com suas portas cegas; com suas aberturas emolduradas por marcos de pedra; com suas janelas de verga ou em arco abatido, com postigo ou de guilhotina e caixilharia, de parapeito ou de púlpito (rasgadas). Prédios que variam apenas nas proporções no número de pavimentos e no uso. Alguns, devido a sua importância para a cidade, eram mais elaborados do ponto de vista formal, apresentando inovações como platibandas cegas e esguias pilastras encimadas por pequenos capitéis toscanos ou dóricos. Tal arquitetura apresentava as seguintes características gerais:

- a) Era uma arquitetura construída de pau-a-pique, adobe ou tijolo;

<sup>31</sup> OSÓRIO, 1922-b:53.

- b) Era uma arquitetura artesanal, construída en loco, dependendo diretamente das possibilidades e recursos locais;
- c) Era uma arquitetura que não buscava afirmação através da novidade ou ousadia — trabalhava com materiais simples e disponíveis, com elementos e técnicas tradicionais;
- d) Era uma arquitetura que não apresentava uma vontade manifesta de dar às obras um sentido simbólico explícito, mas apenas uma necessidade de diferenciação entre o público e o privado;
- e) Era uma arquitetura que buscava uma adequação ao entorno pré-existente;
- f) Era uma arquitetura de volumes retangulares, puros e simples, definidos pelos limites dos lotes, pelo número de pavimentos (um ou dois) e pelas possibilidades da técnica adotada;
- g) Era uma arquitetura pura e de clareza perfeita;
- h) Era uma arquitetura pesada;
- i) Era uma arquitetura “limpa”, na qual cada elemento tem uma justificativa funcional (socos, cunhais, beirais etc.) e cada fachada refletia a ocupação interior.

<b>De 1758 até 1850 destacaram-se as seguintes construções</b>		
<b>Edificação</b>	<b>Imagem antiga</b>	<b>Imagem atual (2018)</b>
<p><b>Catedral de São Francisco de Paula.</b> Capela desenhada pelo Pe. Felício da Costa Pereira (1813). Praça José Bonifácio, 15</p>		
<p><b>Residência Antônio José Torres</b> (considerada a mais antiga da cidade). Autor não identificado (c.1813). Atualmente em restauro. Rua Major Cícero de Góes Monteiro, 201</p>		

<p><b>Teatro Sete de Abril.</b>                  Projeto original de Eduardo Kretschmer (1833). Praça Coronel Pedro Osório, 160</p>		
<p><b>Residência Gonçalves Chaves.</b> Autor não identificado (séc. XIX). Rua Gonçalves Chaves, 766, esquina Voluntários da Pátria</p>		
<p><b>Residência Antônio José de Azevedo Machado,</b> Barão de Azevedo Machado. Autor não identificado (séc. XIX). Atualmente em restauro. Rua Gonçalves Chaves, 703, esquina Sete de Setembro</p>		
<p><b>Antigo Quartel General de Manoel Marques de Souza.</b> Autor não identificado (séc. XIX). Atual edifício comercial. Praça Coronel Pedro Osório esquina Felix da Cunha</p>		
<p><b>Residência Domingos Rodrigues Ribas.</b> Autor não identificado (1832/35). Atual Escola Sallis Goulart. Rua Félix da Cunha, 520</p>		

<p><b>Residência Maria P. Paiva.</b>                  Autor não identificado (séc. XIX). Desde 1948 Jockey Clube de Pelotas. Rua Sete de Setembro, 151</p>		
<p><b>Residência Miguel Barcellos,</b> Barão de Itapitocaí. Autor não identificado (séc. XIX). Atual Escola Monsenhor Queiroz. Rua Miguel Barcellos, 563</p>		
<p><b>Mercado Público.</b> Projeto original de Roberto Offer (1849). Praça Sete de Julho, s/nº.</p>		
<p><b>Residência e estabelecimento funerário.</b>                  Autor não identificado (séc. XIX). Atual Casa de Pompas Fúnebres. Praça Coronel Pedro Osório, 62 e 64</p>		

A partir de meados do século XIX as construções pelotenses começaram a apresentar os primeiros sinais de uma transformação profunda pela qual já estava passando a arquitetura brasileira desde o início do mesmo século: a substituição dos modelos e padrões coloniais por outros. Em Pelotas, passou a existir um predomínio do que denominamos de *ecletismo historicista*, no qual se buscava a adoção imitativa de formas que no passado haviam pertencido a um estilo arquitetônico único, no caso, buscando - preponderantemente - elementos do renascimento italiano e/ou identificados com a tradição clássica. Não sendo

possível falar em um neoclassicismo puro ou ortodoxo em Pelotas, considerando que o que se costuma denominar “neoclassicismo” é, na realidade, ecletismo, e que, parte desse ecletismo se desenvolveu através da utilização de elementos do renascimento italiano e de outras correntes estilísticas ou períodos da história da arte, é necessário concordar com Yves Bruand quando afirma:

No Brasil, costuma-se englobar sob o rótulo *neoclássico* todos os edifícios onde se pode notar o emprego de um vocábulo arquitetônico cuja origem distante remonta à Antiguidade greco-romana. Portanto o que se convencionou chamar de neoclassicismo, na realidade não passa de uma forma de ecletismo, onde é possível encontrar justapostos todos os estilos que utilizam, cornijas e frontões, da Renascença italiana ao Segundo Império francês, passando pelo classicismo, pelo barroco e pelo verdadeiro neoclássico de fins do século XVIII e primeira metade do XIX<sup>32</sup>.

Em Pelotas a gramática da arquitetura clássica foi adotada em todas as construções. As fachadas passaram a ser concebidas a partir de rígidos esquemas compositivos e a receber uma série bastante grande de elementos decorativos (ornamentos) derivados diretamente do mundo de tradição clássica. É a arquitetura das ordens (dórica, jônicas, coríntias, ou compostas); da base, do fuste e do capital; das colunas, das pilastras e do entablamento; da arquitrave, do friso e da cornija; da platibanda, do frontão e dos acabamentos em louça; das ânforas, das compoteiras e das estátuas.

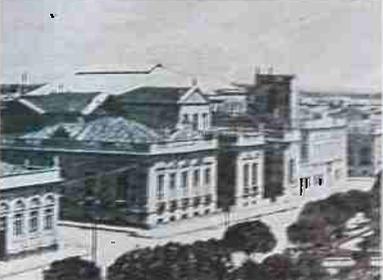
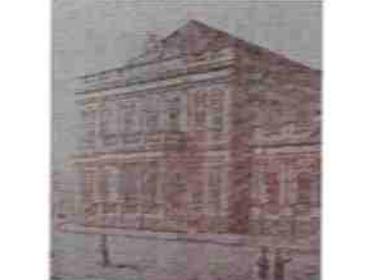
Tal arquitetura apresentava as seguintes características gerais:

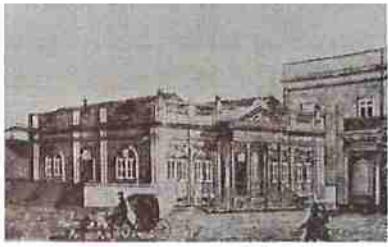
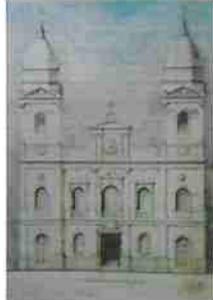
- a) Era uma arquitetura de tijolos de barro, caracterizada pela utilização constante de sistemas estruturais simples em alvenaria portante;
- b) Era uma arquitetura artesanal que, a partir da década de 70 do século XIX passou a incorporar alguns elementos industrializados, na sua maioria importados;
- c) Era uma arquitetura que buscava afirmação através da contraposição de uma linguagem nova em relação à do período anterior: trabalha com materiais simples e disponíveis, acrescidos de outros nobres e importados;
- d) Era uma arquitetura que buscava um sentido simbólico nas construções, identificado com a recuperação e utilização de formas e elementos que haviam pertencido a um estilo arquitetônico único, no caso, principalmente o renascimento italiano;
- e) Era uma arquitetura preocupada com a aparência externa e que tem necessidade de afirmação por meio de realizações de obras singulares, identificadas com a arquitetura de tradição clássica;
- f) Era uma arquitetura de volumes retangulares, bastante definidos, puros e simples, cuja plasticidade resulta da utilização de rígidos esquemas compositivos reinventados a partir da sintaxe de tradição clássica;
- g) Era uma arquitetura pura e de clareza perfeita;

<sup>32</sup> BRUAND, 1981: 33.

- h) Era uma arquitetura que deixa evidente sua relação com o solo no qual se apoia;
- i) Era uma arquitetura bastante rica em elementos decorativos derivados, em sua maioria, diretamente do mundo de tradição clássica.

De 1850 até 1900 destacaram-se as seguintes construções		
Edificação	Edificação	Imagem atual (2018)
<p><b>Santa Casa de Misericórdia.</b> Projeto original atribuído a José Vieira Pimenta (1861). Praça Piratinino de Almeida.</p>		
<p><b>Residência Felisberto Braga.</b> Projeto de José Isella (1871). Atual Clube Comercial. Rua Félix da Cunha, 663</p>		
<p><b>Residência e casa comercial Theodósio Fernandes Rocha.</b> Autor não identificado (1875). Rua Sete de Setembro, 253</p>		
<p><b>Residência Fernando Osório.</b> Autor não identificado (1876). Rua Quinze de Novembro, 471</p>		

<p><b>Residência Pinto da Rocha.</b> Projeto de José Isella (187?). Praça Coronal Pedro Osório, 105</p>		
<p><b>Residência Francisco Antunes Maciel.</b> Projeto de José Isella (1878). Praça Coronal Pedro Osório, 8</p>		
<p><b>Residência Leopoldo Antunes Maciel,</b> 2º Barão de São Luís. Projeto de José Isella (1879). Praça Coronal Pedro Osório, 6</p>		
<p><b>Residência José Vieira Viana (Casa 2).</b> Autor não identificado (séc. XIX). Aspecto atual segundo projeto de José Isella (1880). Praça Coronal Pedro Osório, 2</p>		
<p><b>Prefeitura Municipal de Pelotas.</b> Projeto de Romualdo de Abreu e Silva (1881). Praça Coronel Pedro Osório, 101</p>		

<p><b>Biblioteca Pública Pelotense.</b> Projeto de José Isella (1881/88). Ampliação de Caetano Casaretto (1911/13). Praça Coronal Pedro Osório, 103</p>		
<p><b>Escola Eliseu Maciel.</b> Projeto de Dominique Pineau (1881). Atual UFPel. Rua Lobo da Costa esquina Andrade Neves.</p>		
<p><b>Capela de São João Batista</b> (Santa Casa de Misericórdia). Projeto de José Isella (1884). Praça Piratinino de Almeida.</p>		
<p><b>Capela de São Pedro</b> (Hospital da Sociedade Portuguesa Beneficente). Projeto atribuído a José Isella (1892). Rua Andrade Neves, 915</p>		
<p><b>Residência e casa comercial Manoel Alves da Conceição,</b> Barão da Conceição. Autor não identificado (séc. XIX). Atual edifício comercial Rua Quinze de Novembro, 702</p>		

Também a partir da década de 60 do século XIX, as charqueadas rio-grandenses passaram a enfrentar a sua grande crise, pois, pressionado pelos interesses ingleses, o Império Brasileiro adotou uma série de medidas contrárias à escravidão (que na realidade atenderam mais os interesses escravagistas, retardando a abolição definitiva e necessária), e que levaram o sistema produtivo escravagista das charqueadas ao colapso. Ao mesmo tempo, a indústria saladeiril uruguaia, principal concorrente comercial da indústria gaúcha, dava um grande salto de qualidade, sendo reorganizada sob moldes de verdadeiras empresas capitalistas (especificação de tarefas, maior higiene, utilização de mão-de-obra livre e de tecnologia apropriada).

E não foi toa que, em 1884 (quatro anos antes da Lei Aurea), foi abolida oficialmente a escravidão em Pelotas, sendo que os negros permaneceram trabalhando nas charqueadas por dois a sete anos, através de "cláusulas de prestação de serviço" como forma de "indenização" pela perda do capital empregado no "ex-escravo".

Os charqueadores encontravam-se, na verdade, frente a um paradoxo: optar pela abolição da escravatura e partir para a modernização da indústria saladeiril, através da utilização de mão-de-obra livre, colocando - desta maneira - em extinção o seu maior mercado consumidor, os escravos; ou lutar pela manutenção do regime escravocrata, arcando com as consequências de uma concorrência desigual com a indústria do charque platino.

Uma vez extinta a escravidão<sup>33</sup>, os charqueadores, abolicionistas ou não, tiveram de tratar de procurar solucionar outros problemas, já crônicos, relativos à produção da carne salgada: o atraso tecnológico, os altos preços da matéria prima, as altas taxas de importação do sal, os altos preços dos fretes, entre outros. De maneira que o charque, que em 1861 representava 37,7% das exportações do Estado, em 1894, passou a 28,6%, enquanto que os principais produtos coloniais passaram de 5,4% para 32,4% em 1894<sup>34</sup>

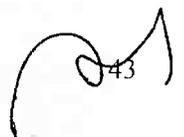
Ao mesmo tempo em que as charqueadas pelotenses e gaúchas decaíam frente ao processo de transformação marcado pelo fim da escravidão, pelas novas relações e técnicas de produção, bem como, pelas novas formas de organização do trabalho - todas diretamente identificadas com a difusão e enraizamento definitivo do capitalismo no país - Pelotas viu surgir as suas primeiras fábricas, as suas primeiras indústrias propriamente ditas<sup>35</sup>.

Ao redor de Rio Grande e Pelotas concentraram-se algumas das mais importantes indústrias "líderes", devido à proximidade com o mar e à existência de uma economia comercial mais forte do que em outras cidades e regiões gaúchas, inclusive do que em Porto Alegre. Desenvolveram-se, principalmente, indústrias ligadas à produção de têxteis, de fumo, de conservas e de couro, a maioria voltada para o mercado nacional.

<sup>33</sup> Deve-se ressaltar que, embora a busca de soluções para questões econômicas tenha influenciado na opção pela mão-de-obra livre e equacionado a questão servil, isso não ocorreu isoladamente, independente de uma consciência abolicionista já difundida no Estado.

<sup>34</sup> SINGER, 1974: 163.

<sup>35</sup> Segundo Sandra Pesavento, "pode-se afirmar que os charqueadores são tão 'industrialistas' como Carlos Lang... Uma empresa não pode deixar de ser classificada como 'indústria' apenas pelo seu menor grau de beneficiamento de matéria-prima ou pela sua reduzida utilização de tecnologia". (PEASAVENTO, 1991 a: 53 e 54).



No início do século XX, a elite rural gaúcha e os *grand-seigneurs* pelotenses passaram a representar apenas uma fração da classe dominante e a dividir seu espaço social, político e econômico com a recém formada elite industrial (grupo que se consolidou economicamente através da superação da etapa mercantilista da economia gaúcha e da afirmação de empresas eminentemente capitalistas). Ao lado de nomes como os Osório, Assumpção, Maciel, Braga, Simões Lopes, Barcellos, Silveira e Chaves, passaram a figurar os Lang, Haertel, Ritter, Rheingantz, Hadler, Wiener e Voight.

Segundo o historiador Fernando Luís Osório<sup>36</sup>, em 1910 existiam em Pelotas 1228 firmas em atividade, das quais 188 eram fábricas, 278 oficinas, 822 casas de negócio e sete charqueadas. Já em 1920 existiam apenas 5 charqueadas na cidade<sup>37</sup>.

Os novos detentores do poder se diferenciavam da camada dos senhores — chefes de famílias, possuidores de terras, de gado e ex-proprietários de escravos — a partir do momento em que se constituíam proprietários de uma “fábrica”, que dependia de determinada matéria prima e que empregava mão-de-obra assalariada. No entanto, a necessidade de auto afirmação como fração da classe dominante fez com que a ação da liderança industrial extrapolasse as fábricas e se concretizasse através da construção de uma nova cidade, com base em novos conceitos políticos, estéticos e funcionais.

Assim, a introdução de novos tipos de construções, o processo de reformulação e ampliação dos prédios das antigas instituições construídas pelos *grand-seigneurs*, e o reaparelhamento institucional, garantiram a configuração de uma cidade de fisionomia "nova": industrial, burguesa e completamente eclética. Essa transformação marca a consolidação de uma ordem urbano-industrial, em Pelotas, que passa a irradiar os padrões e valores burgueses, assim como a centralizar as operações comerciais e financeiras, além do espaço onde se concentravam as fábricas e a crescente massa operária<sup>38</sup>.

O período compreendido entre 1900 e 1930 é, tanto quantitativa quanto qualitativamente, bastante significativo para a arquitetura da cidade. As construções públicas do período caracterizaram-se pela busca de uma nítida identificação visual com a função do edifício, através das formas, dos recursos e dos atributos decorativos. Em decorrência disso, e devido à existência de uma nova ordem social, a cidade assumiu um caráter mais cosmopolita e não tanto provinciano e aristocrático. São construídos oito cinemas (Edem, Coliseu, Parisiense, Politeama, Popular, Recreio Ideal, Ponto Chic e Capitólio), três teatros (Guarany, Appolo e Avenida), um Cassino, quatro bancos (Pelotense, da Província, do Brasil e o Nacional do Comércio), um hotel de luxo (Grande Hotel), entre outros.

Ocorreu também uma grande difusão do *eclétismo*, caracterizado pela "liberdade no manejo dos estilos" e pela construção de uma arquitetura resultante da "composição intencional de elementos de repertórios estilísticos diversos", o que poderia ser exemplificado pelas novas fachadas do Teatro Sete de Abril (1916), do Mercado Público (1914) e da Funerária Moreira

---

<sup>36</sup> OSÓRIO, 1922: 225.

<sup>37</sup> MARQUES, 1990: 32.

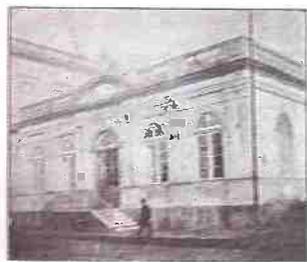
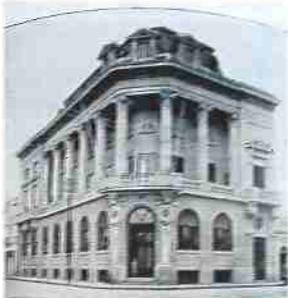
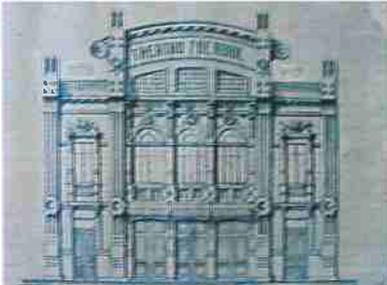
<sup>38</sup> PESAVENTO, 1991: 42.

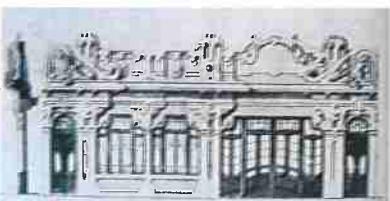
Lopes (1921) — todas construções do *Período Colonial* - ou pelo projeto do atual Clube Caixeiral (1904).

De **um modo** geral, são estas as características predominantes, então:

- a) Era uma arquitetura de tijolos de barro, caracterizada pela utilização constante de sistemas estruturais simples em alvenaria portante;
- b) Era uma arquitetura artesanal, identificado por um domínio da personalidade do projetista (ou do proprietário da obra);
- c) Era uma arquitetura inventiva, que buscava afirmação através da utilização de uma linguagem nova em contraposição à do período anterior — trabalhando com os mais diferentes materiais;
- d) Era uma arquitetura que buscava um sentido simbólico nas construções, identificado com a utilização de formas e elementos dos mais variados estilos do passado, com o objetivo de caracterização dos prédios ou da identificação visual da função do edifício;
- e) Era uma arquitetura preocupada com a aparência externa e que tem necessidade de diferenciação por meio de realizações singulares (únicas), caracterizadas pela “liberdade no manejo dos estilos” e/ou pela identificação visual da função do edifício;
- f) Era uma arquitetura de volumes retangulares, recortados e contrapostos uns aos outros, cuja plasticidade resulta de uma pesquisa formal e da capacidade criativa do construtor;
- g) Era uma arquitetura que rejeitava a pureza e nem sempre era facilmente compreensível à primeira vista;
- h) Era uma arquitetura que deixava evidente sua relação com o solo no qual se apoia;
- i) Era uma arquitetura que utilizava os mais diferentes elementos decorativos das mais variadas procedências.

<b>De 1900 até 1930 destacaram-se as seguintes construções</b>		
<b>Edificação</b>	<b>Edificação</b>	<b>Imagem atual (2018)</b>
<p><b>Clube Caixeiral.</b> Projeto de Caetano Casaretto (1902). Praça Coronel Pedro Osório, 106</p>		

<p><b>Catedral Anglicana do Redentor.</b> Projeto de John Graw Meen (1908/09). Rua Quinze de Novembro, 472</p>		
<p><b>Ampliação da Biblioteca Pública Pelotense.</b> Projeto de Caetano Casaretto (1911/13). Praça Coronel Pedro Osório, 103</p>	 <p><i>Biblioteca Pública Pelotense. Projeto de Caetano Casaretto.</i></p>	
<p><b>Ampliação do Mercado Central.</b> Projeto de Manoel de Itaquí (1911/14). Praça Sete de Setembro, s/nº.</p>		
<p><b>Banco Pelotense.</b> Projeto de Perez Monteiro e Cia. Ltda. (1913/16). Atual Banco do Rio Grande do Sul. Rua Marechal Floriano, 51</p>		
<p><b>Reforma do Teatro Sete de Abril.</b> Projeto de Peres Montero &amp; Cia. e José Tonieri (1916). Praça Coronel Pedro Osório, 160</p>		

<p><b>Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição.</b>  Diversos autores a partir de 1855. Configuração atual segundo projeto de Eduardo Molina (1915/16). Rua Gonçalves Chaves, 602</p>		
<p><b>Antigo Banco da Província.</b>  Projeto de Azevedo Moura e Oscar Gertum (1917/19).  Atual Banco Itaú. Praça Coronel Pedro Osório, 160 e 164</p>		
<p><b>Teatro Guarany.</b> Projeto de Stanislaw Szarfaki (1920/23).  Rua Lobo da Costa, 849</p>		
<p><b>Reforma da residência e estabelecimento funerário.</b>  Projeto de Perez Monteiro e Cia. Ltda. (1921/22). Atual Casa de Pompas Fúnebres.  Praça Coronel Pedro Osório, 62 e 64</p>		
<p><b>Antigo Banco Nacional do Comércio.</b> Projeto de J. H. Rudy (1926). Atual Centro de Integração do Mercosul da UFPel. Rua Andrade Neves, 1529</p>		

<p><b>Antigo Banco do Brasil.</b>          Projeto de Paulo Gertum          (1926/28). Atual propriedade          da Câmara Municipal. Praça          Coronal Pedro Osório, 677</p>		
<p><b>Igreja Evangélica de Confissão Luterana</b> ou          Comunidade Evangélica São          João. Projeto de autor não          identificado (1927). Parque          Dom Antônio Záttera, 250</p>		
<p><b>Asilo de Mendigos de Pelotas.</b> Projeto original de          José de Magalhães          (1887/92). Configuração          atual segundo projeto de          Caetano Casaretto (1928).          Parque Dom Antônio          Záttera, 338</p>		
<p><b>Antigo Grande Hotel.</b>          Projeto de Theóphilo Borges          de Barros (1928). Atual          Curso Superior de          Tecnologia em Hotelaria da          UFPel. Praça Coronal Pedro          Osório, 51</p>		

### 8.1. A Praça Coronal Pedro Osório

A praça popularmente e ainda hoje chamada de Praça do Redondo, sendo desnecessária a explicação do porque a denominaram assim<sup>39</sup>, não foi certamente a primeira das praças de Pelotas, entretanto, e por óbvias razões, logo se tornou, pelo menos em importância, a mais conhecida e frequentada<sup>40</sup>.

Trata-se da principal praça da cidade. Prevista no mapa de 1835, resulta da operação de subtração de quatro quarteirões da malha urbana do segundo loteamento de Pelotas. Sua importância deriva, simultaneamente, da presença dos principais prédios públicos – como a prefeitura, o teatro e a biblioteca (originalmente foi prevista a construção da catedral na mesma praça) e das principais residências – como as atualmente denominadas “casas 2, 6 e 8”. Ao longo de sua história, foi palco de inúmeros acontecimentos sociais e políticos. É o local, por excelência, da realização da tradicional Feira do Livro de Pelotas.



Ilustração 15. Praça Coronal Pedro Osório em dia de feira do livro e positivamente utilizada pelos cidadãos. Fonte: <https://www.google.com.br/>.

<sup>39</sup> “Redondo” em função da base circular do chafariz que marca o centro da Praça.

<sup>40</sup> MONQUELAT, 2015: 17

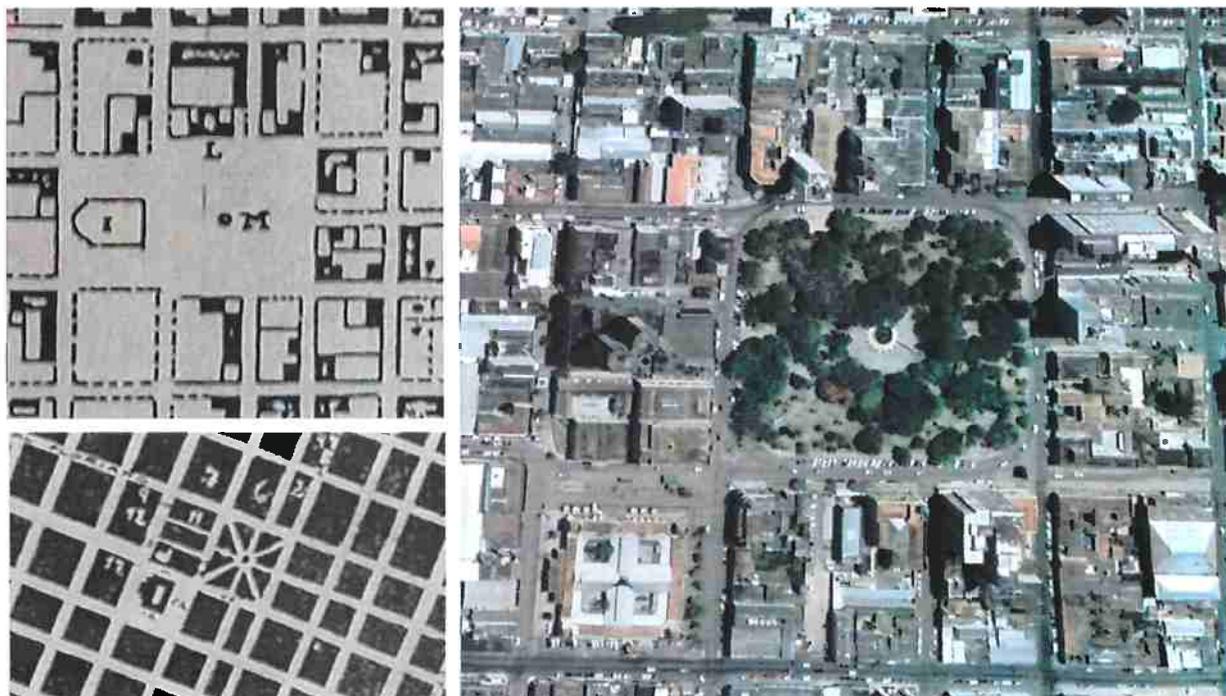


Ilustração 16. Praça Coronel Pedro Osório em 1835, 1922 e 2018. Fonte: ARS.

## 8.2. A Biblioteca Pública

A Biblioteca Pública Pelotense foi fundada em 1875 pelo jornalista Antônio Joaquim Dias. Sua sede na Praça Coronal Pedro Osório foi originalmente projetada pelo arquiteto italiano José Isella e construída por Manoel Jorge Rodrigues. Inaugurado parcialmente em 1881, e definitivamente em 1888, o imóvel sofreu grande e requintada reforma de ampliação entre 1911 e 1913. Coube ao arquiteto Caetano Casaretto projetar a obra que, a partir de 1914, passou a contar com dois pavimentos.

Caetano Casaretto projetou o imóvel como propondo um “passeio arquitetônico” ou um “roteiro de visitas”, ou seja, compondo várias opções de percursos pelo interior da biblioteca. Assim, a escala volumétrica dos diferentes espaços aumenta à medida em que, hierarquicamente, eles vão se sucedendo – característica reforçada através da fluidez visual e da integração espacial dos compartimentos. Por outro lado, a estrutura metálica do salão de leitura principal, que sustenta a circulação do pavimento superior, associada à iluminação zenital, garantiu grande beleza e leveza ao conjunto (espaço agradável e digno). Por fim, o imóvel recebeu delicadas pinturas parietais e relevos em madeira, realizados, respectivamente por Martim Liz e Jacob Guilherme Schmoll.

A partir de 1992, quando a Câmara Municipal devolveu integralmente a edificação à Biblioteca, o imóvel vem sofrendo ações de preservação, mantendo sua integridade e características originais.



Ilustração 17. Biblioteca Pública Pelotense: fachada principal, hall e escadaria. Fonte: ARS.



Ilustração 18. Segundo pavimento da Biblioteca Pública Pelotense: salão nobre, claraboia e circulação. Fonte: ARS.



Ilustração 19. Biblioteca Pública Pelotense, teto do hall e salão de leitura. Fonte: ARS.

### 8.3. A Praça Sete de Julho

Trata-se da praça do Mercado. Não prevista no mapa de 1835, resulta da operação de ocupação integral de um quarteirão da malha urbana do segundo loteamento de Pelotas. Neste quarteirão foi erguido o Mercado Central e suas áreas adjacentes foram tratadas como largos, dando origem ao que se denominou de praça Sete de Julho. Sua importância deriva das atividades comerciais que ocorrem no mercado e a partir dele. É o local, por excelência da realização da já tradicional Feira da Pulga (Feira de Antiguidades) de Pelotas.



Ilustração 20. Praça Sete de Setembro em dias de realização da Feira das Pulgas. Fonte: <https://www.google.com.br/>

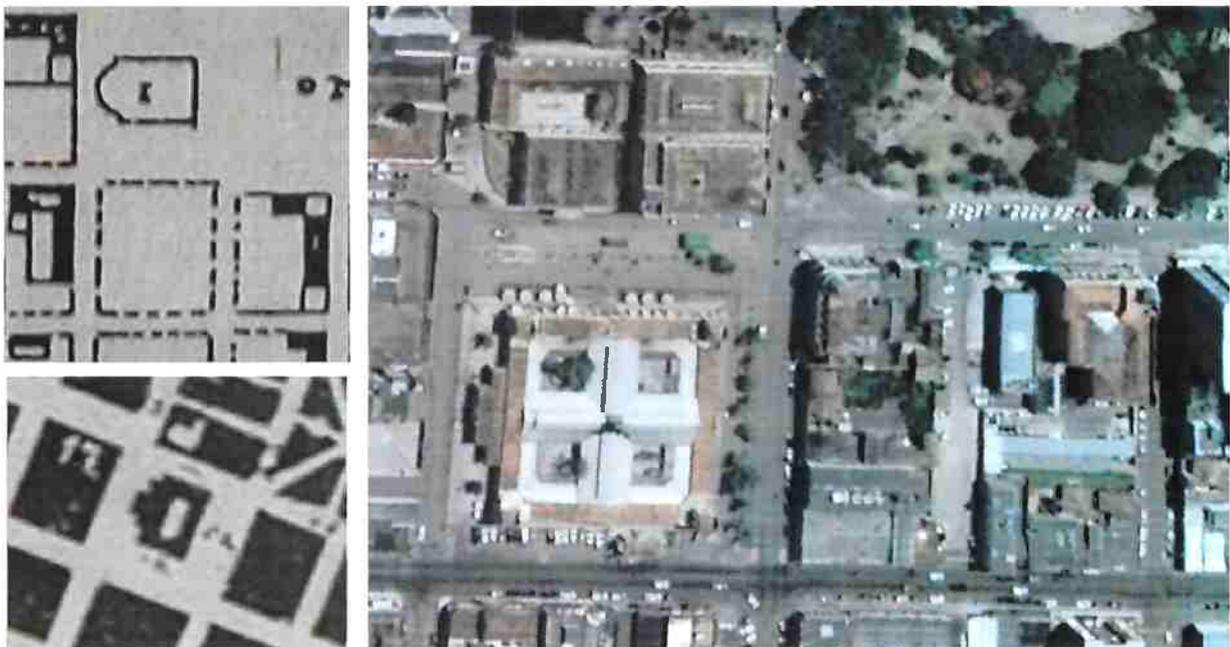


Ilustração 21. Praça em 1835, 1922 e 2018. Fonte: ARS.

#### 8.4. O Mercado Central

Em 11 de novembro de 1846, a Câmara Municipal recebeu e aprovou a “planta” da Praça do Mercado, elaborada pelo Sr. Rafael Mendes Carvalho. O desenho estava acompanhado de um ofício bastante esclarecedor:

Senhores. Encarregado por vós para apresentar uma ideia, ou plano para a praça de mercado que a Câmara Municipal desta Cidade pretende aqui erigir, eu simples

curioso, em meu ramo, fiz em minha débil imaginação um esforço e estudo quanto pude obter. Peço, Senhores, desculpar os erros, que nela encontrardes...<sup>41</sup>

Um ano depois, a mesma Câmara aprovou um segundo projeto, desta vez de autoria do arquiteto (até então residente no Uruguai), Roberto Offer. Profissional de sólida formação e conhecimento e que estava trabalhando para as irmandades do Santíssimo Sacramento e do Padroeiro São Francisco de Paula, no sentido de projetar a nova Catedral de Pelotas.

O Mercado foi construído, segundo informações da Coleção de Atas da Câmara Municipal, de 1849 a 1850. “Pelo seu custo exorbitante, a Câmara não dispunha de meios necessários para efetivar o projeto em sua plenitude. Dessa forma, a proposta sofreu algumas alterações, sendo a modificação mais significativa a eliminação de um avarandado externo, que provavelmente fazia parte do projeto de Offer”<sup>42</sup>. Devido às constantes dificuldades financeiras, a obra foi dividida em quatro partes: primeiro foi construída a cisterna (1849), sob responsabilidade de José Vieira Pimenta; segundo, as alas leste e sul (1849); terceiro a ala norte (1850); e, finalmente, a ala oeste (1850) — todas sob responsabilidade de Theodolino Farinha.

Muito pouco se sabe a respeito desta construção, a não ser que possuía 56 quartos (peças para aluguel) e que era “vasta e muito elegante, considerada uma primazia para a cidade quando comparada com o mercado da capital da província”. Segundo os documentos de época, tratava-se de um edifício de “abóbada e sotéa” (sotéia), ou seja, uma construção com tetos côncavos e com cobertura plana, geralmente ladrilhada, como um terraço. Um prédio de alvenaria e de um pavimento, caracterizado por sua forma quadrangular (62,5 x 62,5m) e pelo pátio central que delimitava. Os quartos foram dispostos — lado a lado — e possuíam aberturas, respectivamente, para o exterior (através de portas e janelas em arco pleno emolduradas por meias-colunas da ordem toscana) e para o pátio central (através de portas com verga reta, protegidas por um avarandado em arcos plenos). Assim, o espaço construído estava destinado aos comerciantes fixos, enquanto o interior do pátio, aos ambulantes. Os acessos para a área central da edificação ocorriam nas esquinas — cortadas a 45º em relação às demais fachadas — e estavam marcados por frontões triangulares e enquadrados por pilastras duplas. Na parte central do pátio, foi construída uma torre (equivalendo, aproximadamente, a quatro pavimentos). A construção era arrematada por uma pequena cúpula e por um relógio que marcava as horas da vida local.

Se, quando de sua inauguração, o Mercado era considerado “vasto, elegante e uma primazia”, em 1914, a opinião pública já era outra: “o mercado antigo era irregular, achatado, sem arte nem comodidade, só se destacando pela pesada solidez de sua construção, característica de todas as obras de antanho.”<sup>43</sup> É que de 1911 a 1914, a antiga edificação sofreu uma grande e radical reforma, que modificou totalmente sua fisionomia, embora tenha respeitado parte da estrutura original.

<sup>41</sup> Documento de 10 de outubro de 1846, copiado por Henrique Carlos de Moraes e arquivado no Museu da Biblioteca Pública Pelotense.

<sup>42</sup> SILVEIRA e SOUTO, 1994: 66.

<sup>43</sup> *Almanaque de Pelotas*, 1914: 222.

A cidade recebeu com grande entusiasmo o novo Mercado: “hoje, embora aproveitando a carcaça, mostra ele uma sóbria elegância, com seus quatro torreões adornados e a sua alterosa torre metálica central, de 30m de altura.”<sup>44</sup> As obras obedeceram a um projeto elaborado por Manuel A. B. de Itaquy, arquiteto formado na primeira turma da Escola de Engenharia do RS. As alas existentes foram mantidas (sofrendo uma radical transformação nas suas fachadas), os acessos foram modificados, as esquinas retrabalhadas, o pátio central valorizado e a torre original destruída. O pátio foi cortado, em cruz, por dois eixos de simetria que dividiram o espaço em quatro porções iguais e marcaram o local dos novos acessos principais. Ainda no pátio, sobre os eixos, foi edificada uma “varanda” de estrutura de ferro, que passou a ligar o corpo principal da edificação (os “quartos” já existentes) à grande torre metálica com relógio (situada no cruzamento dos eixos, substituindo a original).

“...O que há de notável nesse edifício é a torre em ferro, situada no centro da cruz. Sua forma lembra de um farol marítimo, mas também poderia ter sido uma torre de observação de bombeiros, usual no século passado.”<sup>45</sup> Toda a estrutura metálica, torre e varandas, vieram da Alemanha — *Suneburge* (sic) —, e foram montadas pela firma porto-alegrense Lima & Martins, sob direção dos senhores Fernando Martins e Eugênio Thomaz Cupertino.

A torre apresenta uma base quadrada (4,60 x 4,60), apoiada em quadro pilares metálicos. Desenvolve-se em cinco níveis, atingindo 23m de altura (excluindo a ornamentação e o para-raios). No pavimento térreo dá-se o cruzamento dos eixos, assim, as varandas são interrompidas e a torre é anunciada apenas pela presença dos quatro pilares treliçados. O primeiro pavimento corresponde às empenas das varandas, é todo revestido de chapas metálicas e iluminado por 12 vitrais, dispostos em conjuntos de três. O terceiro pavimento equivale ao mirante, espaço aberto e protegido por guarda-corpos metálicos. É caracterizado pela presença da escada helicoidal (que permite o acesso aos demais níveis) e pela inclinação que a estrutura portante passa a apresentar (característica que reporta ao desenho da Torre Eiffel). O quarto pavimento volta a ser fechado, é o do relógio — com mostradores para as quatro orientações — e com uma pequena galeria externa, que permite a sua manutenção. Tal compartimento é ventilado por um sistema de venezianas fixas. O último pavimento reproduz um farol, com seu acabamento em cúpula, todo envidraçado e com base circular (1,40 de diâmetro). Originalmente, a torre era arrematada por uma escultura de Mercúrio (Deus do comércio). Figura que, após abalada em decorrência de um vendaval, foi substituída por um para-raios.

Mesmo com toda a simplicidade e regularidade do edifício, a grande torre conferiu-lhe um aspecto de “imponência” e de “força” que, por muito tempo, não só chamava a atenção para o prédio, como orgulhava a população: “à noite, o aspecto do Mercado é atraente, com farta iluminação da torre e das varandas por poderosos focos, o grande relógio também iluminado, sob o zimbório, onde flameja um farol.”<sup>46</sup> A torre era chamada de a “Torre Eiffel de Pelotas”.

<sup>44</sup> *Almanaque de Pelotas*, 1914: 222.

<sup>45</sup> SILVA, 1986: 189.

<sup>46</sup> *Almanaque de Pelotas*, 1914: 223.

As varandas metálicas possuíam pé direito bastante elevado (aproximadamente 9m) e cobertura em duas águas, com um lanternim sobreposto. Apoiavam-se num sistema de 74 pilares metálicos, distribuídos em conjuntos de quatro (dois internos e dois externos) ao longo dos eixos de simetria. Cada pilar — de perfil circular e bastante delgado — era arrematado por uma “cabeça ornamental” (pequeno capitel) e por dois consolos, que recebiam os componentes horizontais. Entre os pilares, no sentido transversal, desenvolviam-se as tesouras que garantiam a declividade da cobertura; e no sentido longitudinal, quatro séries de vigas. As vigas e as tesouras, correspondentes ao lanternim, eram preenchidas com vitrais, assim como as empenas da cobertura.

Todas essas riquezas foram destruídas pelo fogo [04/09/1969], quando [este] atingiu as varandas da torre e as tesouras — ligadas por vigorosas vigas de ferro abertas em ogivas em caixilhos de chumbo, onde achavam-se presas as placas coloridas. O arcabouço central que apoiava-se em 74 colunas de ferro ruiu e com ele os 120 vitrais das tesouras e os 350 vitrais das ogivas laterais<sup>47</sup>.

As fachadas do Mercado, a partir da reforma assinada por Manoel de Itaquí, passaram a apresentar o aspecto atual, totalmente eclético. Os eixos de simetria, ao cruzarem a parte central do pátio, dividiram as fachadas ao meio. Sobre o eixo foram localizados os novos pontos de acesso, não mais encimados por frontões triangulares, mas agora ostentando o nome da edificação e uma série de ornamentos. Nas extremidades, a construção recebeu quatro pequenas torres de dois pavimentos. Sobre elas, novos elementos decorativos.

Além de diferenciar-se de todas as demais construções da cidade, o Mercado passou a servir de ponto de referência e de localização para a população. A escolha do “tipo pátio” e a ligação direta dos “quartos” com as vias públicas, permitiu uma clara identificação entre os objetivos da obra e os habitantes da cidade, que passaram a ter um contato direto com cada um dos serviços oferecidos pelo Mercado.

A decoração de todo o prédio sofreu uma gradação, que vai da simples marcação de fachadas, através de pilastras — que separam um “quarto” do outro — até o rebuscado trabalho que salienta os acessos principais (pórticos), que realça as quatro torres e garante ao conjunto uma grande beleza e unidade.

Nas torres, todos os motivos decorativos dizem respeito aos produtos comercializados no local. Desta maneira, foram abandonadas as tradicionais ânforas, as folhas de acanto, e as conchas e substituídas por grandes fruteiras com arranjos de flores e frutas tropicais.

O edifício foi restaurado pelo Programa Monumenta.

---

<sup>47</sup> MORAIS, 1969.



Ilustração 22. Mercado Central de Pelotas e o melhor da tradição culinária da cidade. Fonte: <https://www.google.com.br/>.

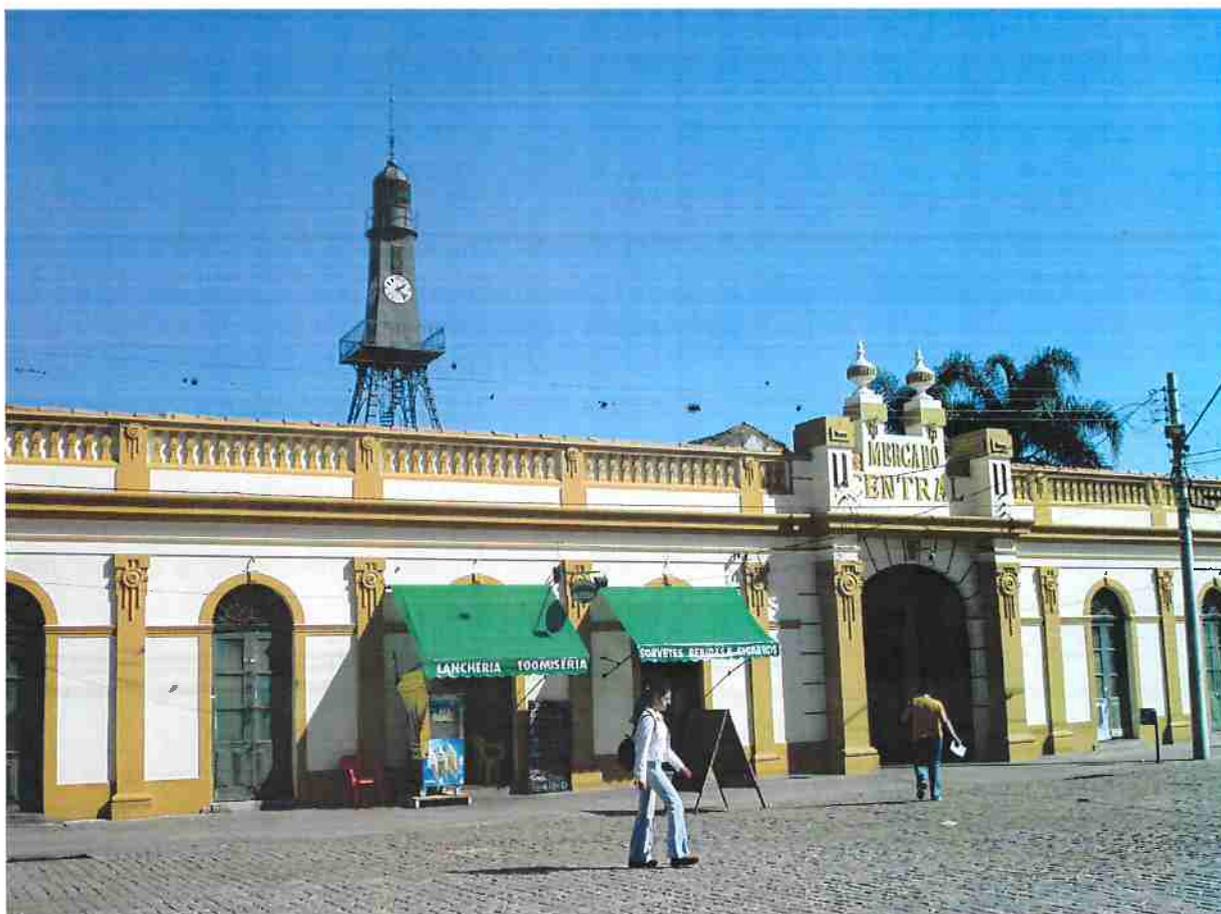


Ilustração 23. Mercado Central de Pelotas. Fonte: ARS.

## 9. O Bairro do Areal

A partir das duas últimas décadas do século XIX, a cidade de Pelotas passou a crescer em mais de uma direção, assumindo o seu caráter radial e definindo seus três principais bairros populares: o Areal, o Fragata e as Três Vendas. Cada um estruturado a partir de uma grande

avenida, respectivamente, a Av. Domingos de Almeida (antiga estrada de Cima), a Av. Duque de Caxias (antiga estrada do Piratini e Av. 20 de Setembro) e a Av. Fernando Osório (estrada do Retiro e/ou das Três Vendas).

O bairro Areal é o mais identificado com o período das charqueadas; suas avenidas principais nasceram dos antigos caminhos (de “Cima” e de “Baixo”) que conduziãam ao núcleo charqueador e, como comprovou Ester Gutierrez<sup>48</sup>, até mesmo seu desenho fundiário está relacionado com o das antigas charqueadas. A ocupação do bairro ocorreu a partir do núcleo populacional Dunas e se desenvolveu através de loteamentos pontuais, efetivando-se, apenas, na década de 50. Nele foi erguida a chamada Chácara da Baronesa.

### 9.1. A Chácara da Baronesa

Situadas na periferia das vilas e cidades, as chácaras representavam uma opção de moradias para as famílias abastadas, pois reuniam o que havia de melhor entre a vida rural e a urbana na época.

Em 1863, o Coronel Aníbal Antunes Maciel adquiriu, de Vicente Aurélio Prates, uma chácara com a intenção de presenteá-la a seu filho Aníbal Antunes Maciel, por ocasião do casamento deste com Amélia Hartley de Brito. O casamento ocorreu em 1864.

O jovem casal transferiu-se do Rio de Janeiro para Pelotas e, durante treze anos em que durou o matrimônio, tratou de melhorar as condições de vida na chácara. A residência então existente foi ampliada e denominada de “solar”, adquirindo o seu aspecto atual: uma construção de base quadrada, com pátio central, e encimada por uma camarinha.

Do lado esquerdo do solar, e interligado a este por uma varanda decorada com lambrequins, foi edificado o salão de festas (no local tradicionalmente reservado à capela) e, nos fundos, foi construída a magnífica torre de banhos.

---

<sup>48</sup> GUTIERREZ, 1993.



Ilustração 24. Residência principal da Chácara da Baronesa. Fonte: [www.pelotas13horas.com.br/](http://www.pelotas13horas.com.br/)



Ilustração 25. Torre de banhos. Fonte: ARS.

Contornando todo o conjunto, foram cultivados vários jardins:

- a. Um ao gosto inglês, pitoresco (finalizado em 1883), marcado pela sinuosidade de seus caminhos e elementos, como o curso d'água, ilhas, pontes, Castilho para coelhos e pombas e uma gruta;
- b. Um ao gosto francês (provavelmente erguido quando da primeira reforma do solar), marcado pela rigidez e simetria do desenho dos canteiros, chafariz e elementos decorativos;
- c. Um bosque com árvores de porte, na sua maioria eucaliptos, com lago e ilha.



Ilustração 26. Implantação da Chácara da Baronesa, onde é possível perceber o jardim pitoresco ou inglês, o jardim francês e o bosque. Fonte: Ester J. B. Gutierrez e ARS.

Em 1884, Aníbal Antunes Maciel foi agraciado com o título de Barão dos Três Serros. Faleceu três anos depois aos 49 anos. A baronesa permaneceu mais alguns anos em Pelotas, transferindo-se definitivamente para o Rio de Janeiro em 1899.

Em 1982, após três anos de restauração coordenada pelos arquitetos Gilberto Yunes e Marta Amaral, o solar passou a sediar o Museu Municipal Parque da Baronesa.

59

## 10. O Bairro do Fragata

De antiga via de acesso à região da campanha e de escoamento da produção colonial, o Fragata firmou-se como o maior bairro da cidade. A ponte de pedra (1850-1867), a praça das carretas e as barracas de couro (atuais 20 de Setembro e Cipriano Rodrigues Barcelos), o cemitério da Misericórdia (1856), o Parque Pelotense (1883 – Souza Soares), a linha de bondes (1884), a Companhia de Iluminação, o Quartel do 9ºRI e a construção das primeiras “vilas proletárias” (Vila Gotuzzo, Vila São Francisco, Vila Gastal, Vila do Prado, todas da década de 1920), garantiram sua efetiva ocupação e desenvolvimento.

### 10.1 A Praça Cipriano Rodrigues Barcelos

Trata-se da praça das carretas ou “dos enforcados”. Não prevista no mapa de 1835, resulta da operação de ocupação integral de um quarteirão da malha urbana do segundo loteamento de Pelotas. O Jornal do Comércio em sua edição de 31 de março de 1876 reproduziu parte do relatório da Câmara Municipal em que se afirmava: “sendo esta cidade muito escassa de praças públicas (...) seria muito conveniente que lhe concedêsseis para uma praça o terreno aquém do arroio Santa Bárbara, cuja planta já se enviou...”<sup>49</sup> A praça só veio a ser estabelecida em 1880 e, um ano depois, foram iniciados os trabalhos de retificação e canalização de parte do arroio. Local de comércio e de chegada das carretas com produtos do interior, desde muito cedo o seu entorno configurou-se como espaço de trocas e de afluxo popular. Na sua porção canalizada, recentemente foi erguido o pavilhão, de péssima arquitetura, que abriga parte do comércio popular da cidade, a “feira dos importados...”



Ilustração 27. Três momentos da atual Praça Cipriano Rodrigues Barcelos. Fonte: <https://www.google.com.br/>.

<sup>49</sup> MONQUELAT, 2015: 265.



Ilustração 28. Praça Cipriano Rodrigues Barcelos em 1835, 1922 e 2018. Fonte: ARS.

## 11. O abastecimento de água de Pelotas (Século XIX)

No dia 22 de abril de 1871, o Decreto Imperial nº 859, do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas autorizou o Sr. Hygino Côrrea Durão a abastecer com água potável a cidade de Pelotas. De posse do decreto, Durão, apresentou-se no Governo da Província em três de maio de 1871, solicitando a assinatura de um contrato de abastecimento de água para a cidade. O presidente da província, Francisco Xavier Pinto Lima, contratou o Sr. Hygino Corrêa Durão em 10 de maio de 1871, considerando a “realização de uma das mais urgentes necessidades daquela importante cidade”<sup>50</sup>.

Hygino Côrrea Durão foi um negociante e capitalista da cidade de Rio Grande constantemente envolvido com a execução de obras para o Estado. O historiador Abeillard Barreto o considerava “um dos maiores homens de empresa do Rio Grande do Sul”<sup>51</sup>. O arquiteto Günter Weimer<sup>52</sup> informa que Durão esteve relacionado com a construção de portos, pontes, estradas de ferro, além da sua atuação nas companhias hidráulicas de Pelotas e Rio Grande.

Os principais pontos do contrato estabelecido com Durão previam:

- Art. 1º O contraente deveria canalizar o Arroio Moreira, desde a cachoeira até o interior da cidade de Pelotas. Construir uma represa e os tanques de depósitos necessários para conter três mil metros cúbicos de água, e na cidade um ou mais reservatórios com igual capacidade. A água deveria estar límpida antes de entrar no encanamento.

<sup>50</sup> SILVEIRA, 2009: 147.

<sup>51</sup> BARRETO, 1973: 543.

<sup>52</sup> WEIMER, 2006.

- Art. 2º O contraente era obrigado a colocar quatro chafarizes, possuindo quatro torneiras, com candelabros para o serviço diário e noturno. Os chafarizes deveriam ser de ferro, em tudo iguais aos da capital.
- Art. 8º O contraente daria começo às obras dentro de oito meses, e a canalização geral das águas e a construção dos chafarizes ficariam prontas e funcionariam dentro de 30 meses, a contar da data de assinatura do contrato e a sua aprovação pelo governo.
- Art. 22º Em todos os direitos e obrigações deste contrato poderia o contratador, substituir-se por uma companhia que a incorporasse<sup>53</sup>.

Conforme esclareceu Aline Montagna da Silveira:

A contratação de licitantes para a implantação de obras públicas foi um fato recorrente no período, assim como a incorporação das companhias e a transferência dos contratos para empresas privadas. Essas transações consistiam em práticas comuns na época, como se percebe na implantação das Hidráulicas Porto-Alegrense, Pelotense e Rio-Grandense (esta última também incorporada por Hygino Durão, em parceria com João Frick). A facilidade e o conhecimento dos trâmites dos processos de licitação junto à presidência da Província deveriam contribuir para a permanência dos licitantes (empreiteiros) em cargos das empresas incorporadas. É o que se nota nas hidráulicas de Pelotas e Rio Grande, onde Hygino Durão e João Frick assinaram os contratos para executar o abastecimento de água encanadas e ambos permaneceram como gerentes das empresas incorporadas<sup>54</sup>.

Segundo previsto no artigo 22º, Durão poderia vender, ceder ou transferir os direitos adquiridos para a implantação do sistema de água potável encanada para quem tivesse o capital necessário para a prestação do serviço.

Em Pelotas, a venda realizou-se no dia 18 de novembro de 1871 para os seguintes capitalistas: Coronel João Simões Lopes, Antônio José de Azevedo Machado Filho e Adriano José de Mello. Fundou-se então a *Companhia Hidráulica Pelotense*.

A escritura, lavrada na ocasião, previa que Durão era obrigado a executar por empreitada o projeto geral das obras para o fornecimento de água para a cidade de Pelotas. Dessa forma ele tornou-se o gerente e diretor financeiro da Companhia.

Em janeiro 1872, Durão, já como gerente das companhias hidráulicas de Pelotas e de Rio Grande, viajou à Europa, lá permanecendo por mais de cinco meses. Foi um período de contato com fornecedores e engenheiros, de elaboração de projetos e de aquisição dos componentes e equipamentos. Ainda em 1872, “a gerência da Companhia Hidráulica Pelotense anunciava aos acionistas da empresa que aguardava a chegada dos catálogos com os

---

<sup>53</sup> SANEP, 2012.

<sup>54</sup> SILVEIRA, 2009: 150.

modelos para os chafarizes oriundos das fundições dos senhores *Durenne* de Paris”<sup>55</sup>. Trata-se da importante fundição francesa de Antoine Durenne (1822-1895).

As primeiras plantas e detalhes da execução do projeto de canalizações e distribuição de água, os respectivos orçamentos e relatórios vieram dos senhores R. B. Bell & D. Miller, engenheiros de uma firma da municipalidade de Glasgow, na Escócia, sendo depois submetidos à aprovação do governo da Província. O presidente, Jerônimo Martiniano Figueiredo de Mello, aprovou os projetos de Pelotas e de Rio Grande.<sup>56</sup>

Segundo levantado por Abeillard Barreto<sup>57</sup>, *R. B. Bell* tratava-se do engenheiro inglês Robert Bruce Bell (1823-1883), antigo presidente do *Institute of Civil Engineering* da Escócia.

As caixas d’água foram compradas da empresa *Hanna, Donald & Wilson, Makers, Abbey Works*, localizada na cidade de Paisley, Escócia, provavelmente em 1872, uma vez que começou a ser instalada na “Hidráulica” de Rio Grande já em 1873. Por sua vez, a caixa d’água de Pelotas só chegou em 1875.

Aline Montagna da Silveira informa que “no momento da solicitação de isenção de impostos de importação, as quantidades de materiais para os dois reservatórios referiam-se a 350 toneladas de ferro em colunas, chapas, travessões e parafusos”<sup>58</sup>.

O material para a construção dos dois reservatórios foi embarcado em Glasgow e diretamente desembarcado em Rio Grande. No caso do pelotense, tudo foi transportado em barcos de menor calado via Lagoa dos Patos. Do porto de Pelotas até a Praça da Santa Casa, a Companhia Ferro Carril, estendeu trilhos. Em maio de 1875, começou a ser erguido no Largo da Caridade, hoje Praça Piratinino de Almeida, e as obras foram concluídas em setembro do mesmo ano.

O jornalista Antônio Joaquim Dias, no dia 13 de julho de 1875, publicou um artigo no *Correio Mercantil*, relatando o empreendimento de Hygino Correa Durão, diretor da Companhia Hidráulica Pelotense, na construção do R1 (Reservatório 1):

No largo da Santa Casa de Misericórdia, ergue-se altivo e majestoso o edifício de ferro destinado a reservatório d’água da Companhia Hidráulica Pelotense. É uma obra imponente, um monumento de arte e de subido valor, que veio restabelecer completamente a reputação, até agora um tanto enfraquecida, do contratador dos trabalhos Sr. H. Correa Durão. Não está de todo concluída essa magnífica obra, porque faltam ainda algumas chapas, que se esperam brevemente, mas pode-se desde já avaliar da sua incontestável e grande importância. Nunca ninguém se persuadiu que o empresário da Hidráulica Pelotense cumprisse tão satisfatoriamente a condição do seu contrato que se referia à construção do depósito d’água, nem tampouco jamais passou pela ideia de alguém que fizesse

<sup>55</sup> SILVEIRA, 2009: 159.

<sup>56</sup> SANEP, 2012.

<sup>57</sup> BARRETO, 1973: 121.

<sup>58</sup> SILVEIRA, 2009: 174.

uma obra tão gigantesca e admirável. Hoje, ante os fatos, é de rigorosa justiça restituir-lhe os créditos que se haviam posto em dúvida e um dever imprescindível encarecer o seu procedimento. Nós, que fomos sempre os primeiros a censurá-lo quando de censura o considerávamos merecedor, queremos também ser os primeiros, por desengano de consciência e por amor a verdade, a tecer-lhe os louvores de que se tornou digno pela maneira honrosa e mesmo superior a toda a expectativa por que desempenhou aquela parte do seu contrato. Fazemos justiça.<sup>59</sup>

Cumprindo com que fora estabelecido no contrato de 1871, quatro chafariz foram adquiridos para Pelotas, todos provenientes das Fundições Durenne, de Paris. Em 1873, a Câmara Municipal definiu onde seriam instalados:

- a) O “chafariz das Nereidas” na praça D. Pedro II, atual Coronel Pedro Osório, funcionando a partir de 1874;
- b) O “chafariz” na praça da Matriz, atual José Bonifácio, funcionando a partir de 1874 (“em princípio do séc. XX. o chafariz foi retirado do local e nunca mais foi visto”<sup>60</sup>);
- c) O “chafariz das crianças” ou “das meninas” na praça Domingos Rodrigues (no Porto), funcionando a partir de 1874 (em 1981, o chafariz foi transferido, pelo prefeito municipal, para o cruzamento das ruas Andrade Neves e Sete de Setembro);
- d) O “chafariz das crianças” ou “dos cupidos” no cruzamento das ruas Gomes carneiro e Quinze de Novembro, funcionando a partir de 1876 (“posteriormente, o mesmo foi transferido para a atual Praça Cipriano Barcelos. Em 1995, a prefeitura tentou transferir o chafariz para a praia do Laranjal, mas houve reação contrária da opinião pública”<sup>61</sup>).

### 11.1. A Praça Piratinino de Almeida

Trata-se da praça da Santa Casa ou da Caixa d’Água”. Não prevista no mapa de 1835, resulta da operação de ocupação integral de um quarteirão da malha urbana do segundo loteamento de Pelotas. Na sua porção central, na década de 1870, foi instalada a famosa caixa d’água metálica. Em função da presença do hospital e do próprio reservatório, a praça sempre manteve um caráter de “silêncio e tranquilidade”, predominando o lazer passivo.

---

<sup>59</sup> SANEP. Museu. Disponível em: [www.pelotas.rs.gov.br/sanep/museu/comp\\_hidraulica.html](http://www.pelotas.rs.gov.br/sanep/museu/comp_hidraulica.html). Acesso em: 06/07/2012.

<sup>60</sup> ALVES, 2009: 178.

<sup>61</sup> ALVES, 2009: 178.



Ilustração 29. Praça Piratinino de Almeida. Fonte: <https://www.google.com.br/>.



Ilustração 30. Praça Piratinino de Almeida em 1835, 1922 e 2018. Fonte: ARS.

## 11.2. Os Chafarizes

Do conjunto de quatro chafarizes, restaram três. O pesquisador José Francisco Alves, na obra *Fontes d'art no Rio Grande do Sul* (2009) descreve e detalha cada uma das fontes. Abaixo reproduzimos as informações coletadas pelo autor:



Ilustração 31. Os três chafarizes segundo inventário realizado por José Francisco Alves (2009).



Ilustração 32. Os três chafarizes em 2018. Fonte: ARS.

## 12. O Saneamento de Pelotas (Século XX)

Segundo o levantamento pelo pesquisador Paulo Soares: “Pelotas foi a primeira cidade do Rio Grande do Sul que construiu serviços completos e satisfatórios de abastecimento de água e esgoto”. A frase, do sanitarista Saturnino de Brito, ilustra a importância que a questão da higiene e do saneamento alcançou na cidade na primeira metade do século XX. Em 1910 o município contava com 62 mil habitantes e a urbe com mais de 36 mil. O crescimento urbano impulsionou as discussões sobre a higiene e o saneamento, dando ênfase às questões de habitação operária, dos arroios e do traçado quadriculado da cidade, que dificultaria a “circulação e purificação do ar”. A rede de esgotos entrou em operação em 1914. A extensão projetada para os coletores era de 41,7 km e a das canalizações 51,1 km. O esgoto atenderia a área com maior densidade de ocupação, com 4.738 imóveis conectados à rede. O projeto contemplava também zonas de expansão para o Porto e a várzea do arroio Santa Bárbara. O lançamento dos resíduos era realizado *in natura* no Canal de São Gonçalo através de dois emissários, um próximo ao Porto, e outro próximo à foz do Santa Bárbara. A expansão da rede de esgotos se deu, primeiramente, rumo aos bairros da Luz (zona norte) e Várzea (zona leste), num total de 196 hectares. A construção da rede supunha a conexão das casas à rede principal, o que nem sempre era realizado pelos proprietários. Na década de 1920 as preocupações continuavam. O Código de Construções pretendia que trabalhadores e operários tivessem uma vida com “todas as condições higiênicas”. Competiria à Intendência e à legislação municipal “pôr termo às construções antigas” que “traziam a infelicidade aos lares” em vez de serem “abrigo para a organização de famílias sadias”. O poder público esforçou-se em promover a “moradia salubre”, permitindo a construção de “casas baratas regulamentadas”, visando normalizar a cidade do ponto de vista “higiênico, social e arquitetônico”. O Relatório da Intendência de 1922 também se referia à questão das águas, afirmando que Pelotas não poderia permanecer com “um lençol tão extenso de águas paradas ou terrenos encharcados em

suas cercanias durante boa parte do ano”. O poder público atuava para melhorar as condições dos arroios, prolongando avenidas e construindo canais de drenagem para as águas. Justificava sua ação pelo crescimento da população e pela necessidade de “atender as exigências da higiene pública”. No estudo *Saneamento de Pelotas* (1927) Saturnino de Brito solicitou a regulamentação da servidão ou utilização do Santa Bárbara. A solução, segundo o informe, somente se daria com a canalização do curso d’água e a drenagem dos “terrenos inúteis” de sua “planície”, que poderiam ser comercializados pela municipalidade. Para Saturnino de Brito, o grande número de obras de saneamento incompletas, ou que não acompanhavam o crescimento da população urbana, eram as responsáveis pela persistência dos problemas de salubridade locais. O Relatório Sanitário publicado pelo prefeito Augusto Simões Lopes no Diário Popular em 1925, identificou os principais problemas: a falta de esgoto sanitário em boa parte do núcleo urbano, a falta de saneamento das águas da chuva ou paradas e a presença de indústrias (matadouros, curtumes) que lançavam seus resíduos diretamente nos cursos d’água. Para combater esses problemas, Saturnino de Brito considerava necessário reforçar as medidas de polícia sanitária, a realização de obras de expansão da rede de esgoto e de abastecimento de água potável, o tratamento dos materiais fecais e seu lançamento em um ponto mais distante da cidade, assim como a total limpeza e drenagem dos pântanos. Sua maior preocupação relacionava-se com a situação do arroio Santa Bárbara, dado seu estado de contaminação. O engenheiro observou que a cidade crescia de costas para o arroio, transformando-o em “uma verdadeira cloaca urbana”. Foi proposta a interrupção imediata da poluição e a reserva de uma faixa de 20 metros de largura entre seu leito e as edificações, incluindo as avenidas marginais que deveriam ser construídas. As propostas de Saturnino não foram realizadas e a questão do Santa Bárbara só foi “solucionada” algumas décadas depois. Em 1947 foi realizado o segundo plano de saneamento de Pelotas. Pretendia resolver o problema da falta de água nas diversas vilas que margeavam a cidade. As zonas urbana e suburbana possuíam mais de 11 mil casas, mas pouco mais de 7 mil estavam conectadas à rede de água e a população havia ultrapassado os 60 mil habitantes, segundo o Censo de 1940. Esse rápido crescimento populacional exigia novas medidas de saneamento. Assim, o segundo plano contemplou as vilas surgidas após 1925, nos bairros Fragata, Areal e Três Vendas, as quais já concentravam importante população. Também foi planejada a expansão da rede de esgotos e a divisão da cidade em dois setores, cujo divisor era o Arroio Santa Bárbara. A rede de abastecimento de água recebeu mais 55 km de extensão, enquanto que a rede de esgotos foi ampliada em 16 km. Projetou também novas avenidas (Contorno) e parques na zona da Várzea e nos bairros Três Vendas e Fragata, além de correções e ampliações do traçado urbano. Por sua abrangência, poderia, inclusive, ser considerado um primeiro “plano diretor” para a cidade. O projeto foi aprovado em um momento de crítica aos problemas sanitários existentes em “uma cidade moderna como Pelotas”. Evidentemente, não solucionou esses problemas, especialmente na questão da habitação popular, pois “vilas” e “pátios” continuavam existindo. Contudo, as discussões e ações no saneamento de Pelotas evidenciam a vontade de suas elites de modernizar a forma urbana da cidade, conservando o seu traçado fundacional e refletindo, ainda que com certo atraso, os debates urbanísticos realizados nos grandes centros brasileiros e mundiais”<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> SOARES, s/data (*Dicionário de História de Pelotas*).

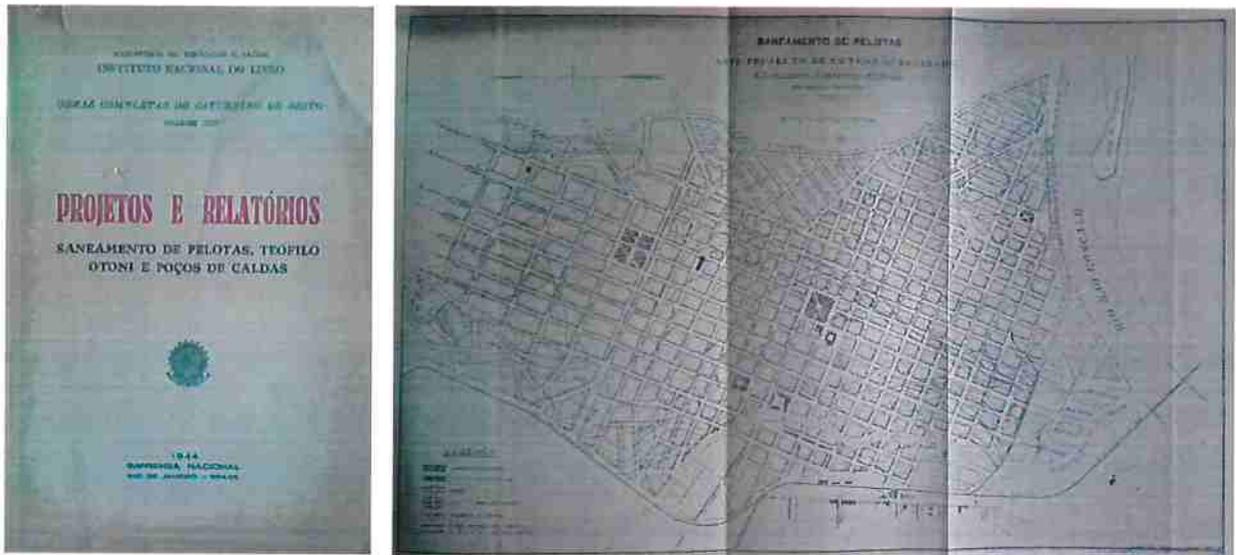


Ilustração 33. *Saneamento de Pelotas*, por Saturnino de Brito, 1927. Fonte: ARS.

### 12.1. O Canaleta

Segundo estudado por Janaina Silva Xavier, “Em 1927, o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito apontou em seus estudos a existência de uma sanga na Rua General Argolo que resultava em frequente inundação, alagando a rua em “torrentoso esgotamento”. Diante do problema, sugeriu: “Preferimos os canaletes abertos às galerias, quando se tenham de esgotar águas pluviais volumosas. Podem constituir, quando bem tratados, elementos decorativos das ruas, com as pequenas pontes, passadiços e jardineiras [...] Fazemos então um canaleta.” A obra começou a ser realizada em abril de 1928, mas avançou lentamente, devido à dificuldade de continuar os trabalhos na estação chuvosa e à insuficiência de pessoal. Por isso, em 30 de junho desse ano, apenas 170 metros do canaleta estavam prontos. A ideia causou descontentamento e reclamações na imprensa local: alegava-se que uma galeria subterrânea seria mais conveniente e que, por ser plana a rua, o canaleta praticamente não teria declive. Saturnino rebateu as críticas, afirmando que as galerias subterrâneas ocasionavam obstruções e que a inclinação do canaleta era suficiente para manter o escoamento necessário. Posteriormente, uma vez concluída a obra, foram feitas medições durante os períodos de precipitação, comprovando-se a sua eficácia na drenagem. O canaleta começava, de início, na Rua Marechal Deodoro esquina Padre Felício, dobrando perpendicularmente na Rua Argolo até desaguar no Canal do Pepino. No ano de 1970, o trecho da Marechal Deodoro começou a ser fechado, permanecendo apenas o da Argolo a partir da esquina com a Rua Andrade Neves. Tem 1,60 metro de altura por 2,10 metros de largura e o seu contorno é preenchido por floreiras em cimento, decoradas com folhas de acanto e tulipas”<sup>63</sup>.

<sup>63</sup> XAVIER, s/data (*Dicionário de História de Pelotas*).



Ilustração 34. Canaleta da rua General Argolo, segundo projeto de saturnino de Brito de 1927.  
Fonte: ARS.

## 12.2 O Parque Dom Antônio Zattera

Trata-se da praça do asilo ou dos “macacos”. Não prevista no mapa de 1835, resulta da operação de ocupação integral de dois quarteirão da malha urbana de Pelotas. O atual Parque Dom Antônio Zattera teve início em 1875, sob a denominação de Praça General Câmara; ainda como praça, recebeu em 1893 o nome de Júlio de Castilhos, até que, poucos anos atrás, foi classificada como parque pela Câmara Municipal, substituindo-se também o nome do primeiro governador do Estado pelo do quarto bispo de Pelotas. Em função de sua ocupação, o parque sempre foi dividido em duas áreas, ou quadras. A primeira, fronteira ao Asilo, assumiu caráter de lazer passivo e cívico (Semana da Pátria e 20 de Setembro). A segunda, ao lado do estádio do E. C. Pelotas, assumiu um caráter de lazer ativo, com a instalação de brinquedos para as crianças, um “mine-zoo” famoso por seus macacos (já desativado) e uma área para a prática do *skate*. Recentemente, o Parque tem servido como uma grande área de encontro da cidade.



Ilustração 35. Parque Dom Antônio Zattera em dias de feira livre e de festejos das semanas Farroupilha e da Pátria. Fonte: <https://www.google.com.br/>.



Ilustração 36. Parque Dom Antônio Zattera em 1835, 1922 e 2018. Fonte: ARS.

### Justificativa do tombamento

Considerando a narrativa apresentada no item II, quer nos parecer que o “conjunto histórico de Pelotas” (subdividido em setores de proteção e eixos estruturantes) é, simultaneamente, fruto e testemunho único do ciclo econômico e cultural do charque, que ocorreu no Rio Grande do Sul, aproximadamente de 1800 a 1900. Tal atividade, exemplificada pela Charqueada São João (1810), foi suficientemente significativa, a ponto de ter propiciado o surgimento e o crescimento urbano da Freguesia de São Francisco de Paula (1812), Vila de São Francisco de Paula (1830), atual cidade de Pelotas (1835) – fato constatado no desenho urbano ortogonal-regular dos seus chamados Primeiro e Segundo loteamentos. Da mesma forma, a riqueza do charque permitiu o desenvolvimento de uma arquitetura eclética de alta qualidade, com manifestações significativas que chegaram às duas primeiras décadas do séc. XX. Em seu tempo, a qualidade urbana e arquitetônica de Pelotas foi complementada e potencializada com ações pioneiras de embelezamento, abastecimento e saneamento urbanos, o que pode ser constatado pelo desenho das praças públicas, pelo conjunto de caixa d’água e chafarizes do séc. XIX e pelo urbanismo sanitário do início do séc. XX. Toda essa riqueza oriundo do sal e da salga, fez ainda prosperar outros bens, como a tradição doceira – e que em excelente momento o Iphan decidiu registrar como Patrimônio Cultural do Brasil. Mário Osório Magalhães, incansável estudioso das tradições de pelotenses explicou a relação entre o sal e o açúcar, ou entre o material e o imaterial que ambos simbolizam:

Até as primeiras décadas do século XX, Pelotas foi identificada, no Brasil, como a cidade do charque, uma vez que esse alimento, sobretudo durante o século XIX, foi produzido quase que com exclusividade nas charqueadas pelotenses. Era exportado, a partir de Rio Grande e de São José do Norte, para todas as regiões

71

brasileiras, com o objetivo principal de abastecer a sua numerosa população escrava. Com o passar do tempo — e a interrupção da atividade saladeiril —, essa identificação foi sendo substituída por outra, não vinculada precisamente a um alimento, mas a uma especialidade gastronômica: com crescente intensidade, tem-se atribuído ao município o título de “capital nacional do doce”. Sabe-se que a região Nordeste do Brasil é a área por excelência do açúcar e que não são menos famosos os doces do Nordeste; a região Sul, por sua vez, jamais produziu açúcar de forma significativa. Não obstante, a tradição do doce em Pelotas praticamente coincidiu, no tempo, com a implantação das primeiras charqueadas. Segundo o antropólogo pernambucano Gilberto Freyre, explica-se essa tradição a partir do intercâmbio charque-açúcar. Os navios que levavam o charque para o Nordeste traziam, de torna-viagem, grandes quantidades de açúcar, transformados, no interior dos casarões pelotenses, em doces finos, confeccionados geralmente à base de ovos, conforme a melhor tradição portuguesa. Associaram-se, na realidade, três fatores, que nada esclarecem por si mesmos, mas tão-somente quando se entrelaçam: os primeiros charqueadores eram portugueses, ou descendentes de portugueses — transportaram da metrópole a predileção por essa iguaria, que transmitiram aos filhos; enriquecidos, esses industriais exercitaram o requinte social — promoveram festas, banquetes, bailes e saraus, em que esse doces eram servidos; na sua condição de charqueadores, tiveram facilidade para importar do Nordeste o açúcar, matéria-prima básica, na ocasião muito cara e inacessível à grande maioria dos brasileiros. Esse doce fino, adaptado ao paladar local, é responsável pela singularidade do doce pelotense — o doce de bandeja — em comparação com o doce nordestino — doce de tabuleiro, predominantemente. Já nas proximidades do século XX, estabeleceram-se numa das áreas do município — a Serra dos Tapes — as primeiras colônias de imigrantes: primeiro uma colônia francesa, seguida, entre outras, das alemãs e das italianas — estas mais presentes em toda metade norte do Rio Grande do Sul. O cultivo de frutas de clima temperado, que o solo da região favorecia, permitiu que se acrescentassem aos chamados doces finos os doces de massa (pessegadas, goiabadas, marmeladas), as geleias, as compotas, as passas, os cristalizados. Enfim, sobre uma tradição que já existia construiu-se outra, compondo os elementos capazes de justificar que Pelotas seja identificada hoje, no Brasil, como a capital nacional do doce.

É essa riqueza cultural, material e imaterial, que se deseja preservar. Para tanto, do ponto de vista material, foram identificados os valores histórico, urbanístico e artístico refletidos nos seguintes atributos:

- a) Regularidade do desenho e do traçado urbano da área central da cidade;
- b) Diferenciação entre as larguras das vias e dimensões dos quarteirões, fato que permite a identificação dos primeiros momentos da evolução urbana da cidade (primeiro e segundo loteamentos);
- c) Presença de ruas corredores caracterizadas por arquitetura com volumetrias e linguagens heterogenias, sem recuos frontais, onde há predomínio da linguagem arquitetônica eclética;

- d) Presença de largos e praças públicos diretamente relacionados com a implantação dos principais equipamentos, igualmente públicos, da cidade (praça da catedral, praça da prefeitura, praça do mercado, praça da Santa Casa, praça do asilo);
- e) Presença de praças públicas – marcadas pela intensa massa de vegetação – com caráter de parques urbanos, que servem como locais, por excelência, de realização de eventos culturais, cívicos, recreativos e religiosos;
- f) Presença, no espaço público, de equipamentos de abastecimento de água do século XIX (caixa d'água e chafarizes) e de esgotamento pluvial representativo do urbanismo sanitário do início século XX (canaleta);
- g) Presença marcante de uma arquitetura representativa de, pelo menos, dois momentos de desenvolvimento econômico: o do ciclo do charque (1800 a 1900) e do início da industrialização (1900 a 1930);
- h) Presença, na área central da cidade, de exemplares da arquitetura colonial luso-brasileira e da arquitetura eclética com grande qualidade, especialmente no que diz respeito às composições de fachada e emprego de elementos decorativos;
- i) Presença, na área central da cidade, de exemplares da arquitetura que se destacam pela qualidade dos elementos complementares e de acabamento, e que dizem respeito ao urbano, como ferragens, gradis, marquises de ferro e, principalmente, dos ladrilhos hidráulicos que, como tapetes, recobrem os passeios públicos;
- j) Presença, fora da área central da cidade, de sítios testemunhos do processo histórico pelo qual passou a cidade, como a Charqueada São João e a Chácara da Baronesa, ambos com excepcionais valores históricos e artísticos.

### **Poligonais de tombamento e entorno propostas**

---

- Considerando as características peculiares de Pelotas, que validam sua pretensão à Patrimônio Nacional, em parte expressas na narrativa histórica desenvolvida ao longo do item II do presente Parecer;
- Considerando que o município de Pelotas dispõe de legislação e de mecanismos especialmente voltados para a preservação do seu rico Patrimônio;
- Considerando a existência de ZPPC, Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural incorporadas ao Plano Diretor da cidade; e
- Considerando que o conjunto de valores positivos atribuídos ao bem contrasta diretamente com “valores negativos” igualmente identificados (como a péssima qualidade da arquitetura contemporânea, como a altura excessiva de algumas edificações, como a quantidade de lotes-garagem existentes no “centro histórico”, como a péssima qualidade de passeios públicos e mobiliário urbano, etc.);

Optamos por estabelecer **sete Setores de Proteção**:



1. **Setor de Proteção da Praça José Bonifácio;**
2. **Setor de Proteção da Praça Coronel Pedro Osório;**
3. **Setor de Proteção da Praça Piratinino de Almeida;**
4. **Setor de Proteção da Praça Cipriano Rodrigues Barcelos;**
5. **Setor de Proteção do Parque Dom Antônio Zátera;**
6. **Setor de Proteção da Chácara da Baronesa;**
7. **Setor de Proteção da Charqueada São João.**

Optamos, também, por estabelecer **seis Eixos Estruturantes** (eixos viários que conectam os espaços públicos que estruturam e caracterizam morfologicamente o território):

1. **Eixo Estruturante da rua Marechal Floriano**, liga a Setor de Proteção da Praça Coronel Pedro Osório à Setor de Proteção da Praça Cipriano Barcelos;
2. **Eixo Estruturante da rua Santos Dumont**, liga a Setor de Proteção da Praça Cipriano Barcelos à Setor de Proteção da Praça Piratinino de Almeida;
3. **Eixo Estruturante da rua Quinze de Novembro**, liga a torre da Catedral Anglicana à Setor de Proteção do Parque Dom Antônio Zátera, cortando a Setor de Proteção da Praça Coronel Pedro Osório e tangenciando a Setor de Proteção da Praça José Bonifácio;
4. **Eixo Estruturante da rua Anchieta**, liga a cúpula do antigo Grande Hotel (na Setor de Proteção da Praça Coronel Pedro Osório) às cúpulas da Catedral (na Setor de Proteção da Praça José Bonifácio);
5. **Eixo Estruturante da rua Felix da Cunha**, liga a Setor de Proteção da Praça Coronel Pedro Osório à Setor de Proteção da Praça José Bonifácio;
6. **Eixo Estruturante da rua Gonçalves Chaves**, liga a Setor de Proteção da Praça Coronel Pedro Osório à Setor de Proteção da Praça José Bonifácio.

Para cada Setor de Proteção foi definido:

- A poligonal de tombamento;
- A lista de bens cuja a preservação arquitetônica ou paisagística será “integral” (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel);
- A lista de bens cuja a preservação arquitetônica será “parcial” (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria);
- Os demais bens (não listados) serão automaticamente considerados como de “renovação” (intervenção destinada à construção de nova edificação que contribua para qualificar o Setor de Proteção).

Para cada Eixo Estruturante foi definido:

- A lista de bens cuja a preservação arquitetônica será “parcial” (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria).

Abaixo, indicamos os **Setores de Proteção** tomando como base o mapa de localização das “Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural” do Plano Diretor de Pelotas (2008).

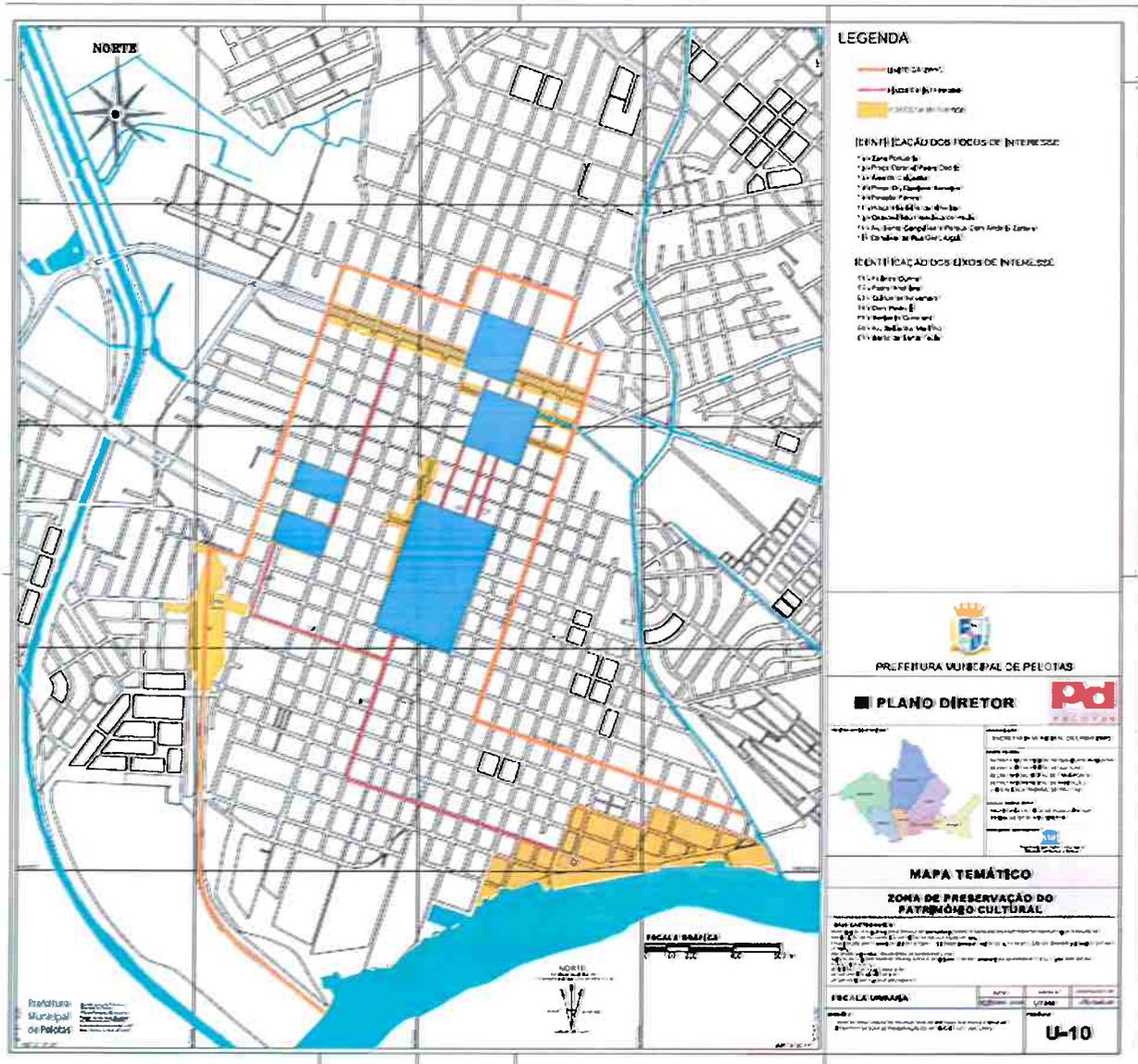


Ilustração 37. Em azul das Setores de Proteção (Iphan); e em laranja e vermelho, os “Focos de Interesse”, as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural, ZPPC, e os “Eixos de Interesse” (Prefeitura Municipal). Fonte: PMP e ARS.

Abaixo, indicamos as Setores de Proteção e os **Eixos Estruturantes** tomando como base o mapa de localização das “Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural” do Plano Diretor de Pelotas (2008).

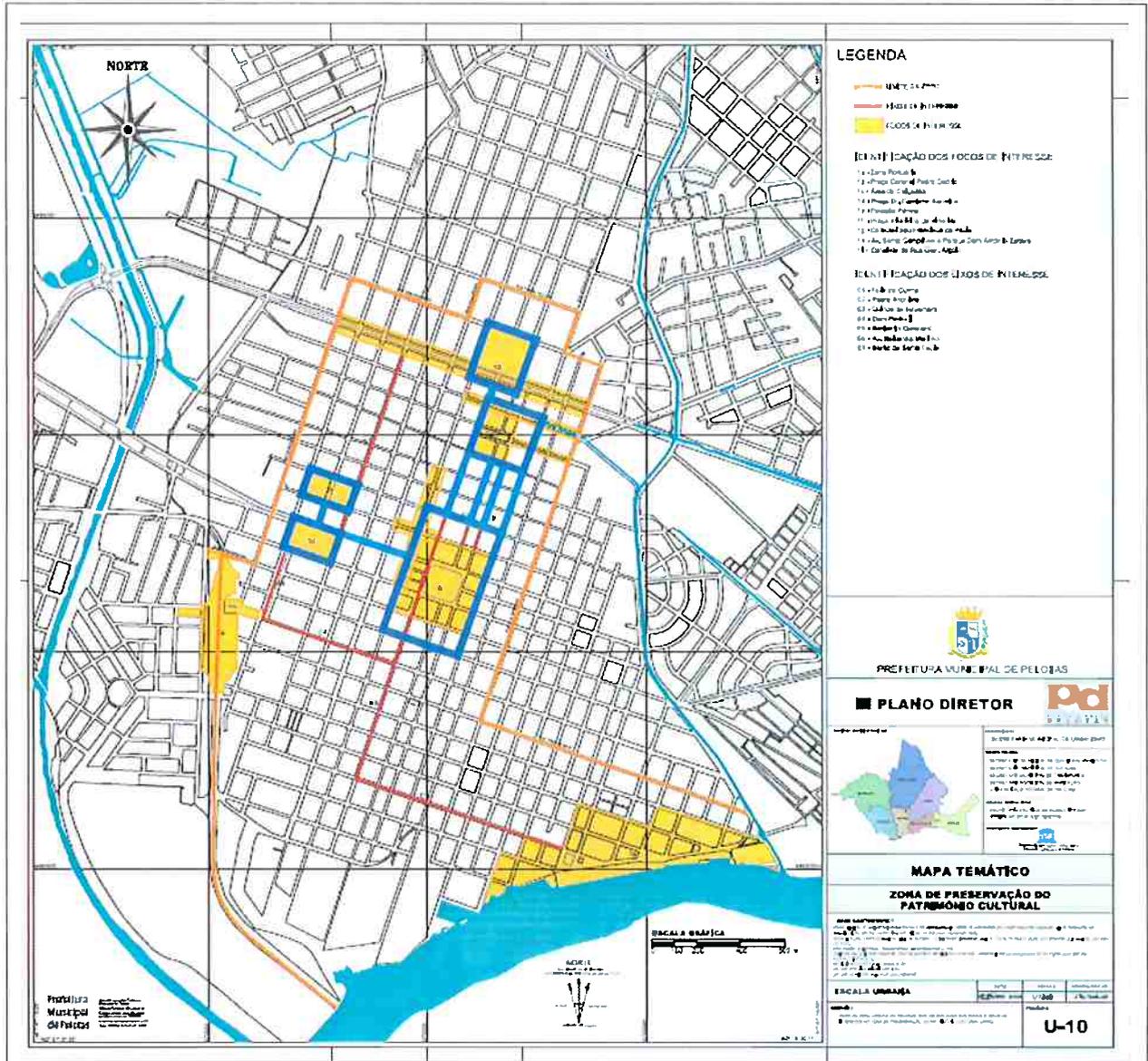


Ilustração 38. Em azul das Setores de Proteção e os Eixos Estruturantes (Iphan); e em laranja e vermelho, os “Focos de Interesse”, as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural, ZPPC, e os “Eixos de Interesse” (Prefeitura Municipal). Fonte: PMP e ARS.

Abaixo, delimitamos as **Setores de Proteção** tomando como base o mapa de localização das “Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural, imóveis tombados e inventariados”. A lista com os imóveis inventariados pelo município pode ser consultada no endereço:

[http://www.pelotas.rs.gov.br/politica\\_urbana\\_ambiental/patrimonio\\_cultural/patrimonio\\_cultural.pdf](http://www.pelotas.rs.gov.br/politica_urbana_ambiental/patrimonio_cultural/patrimonio_cultural.pdf).

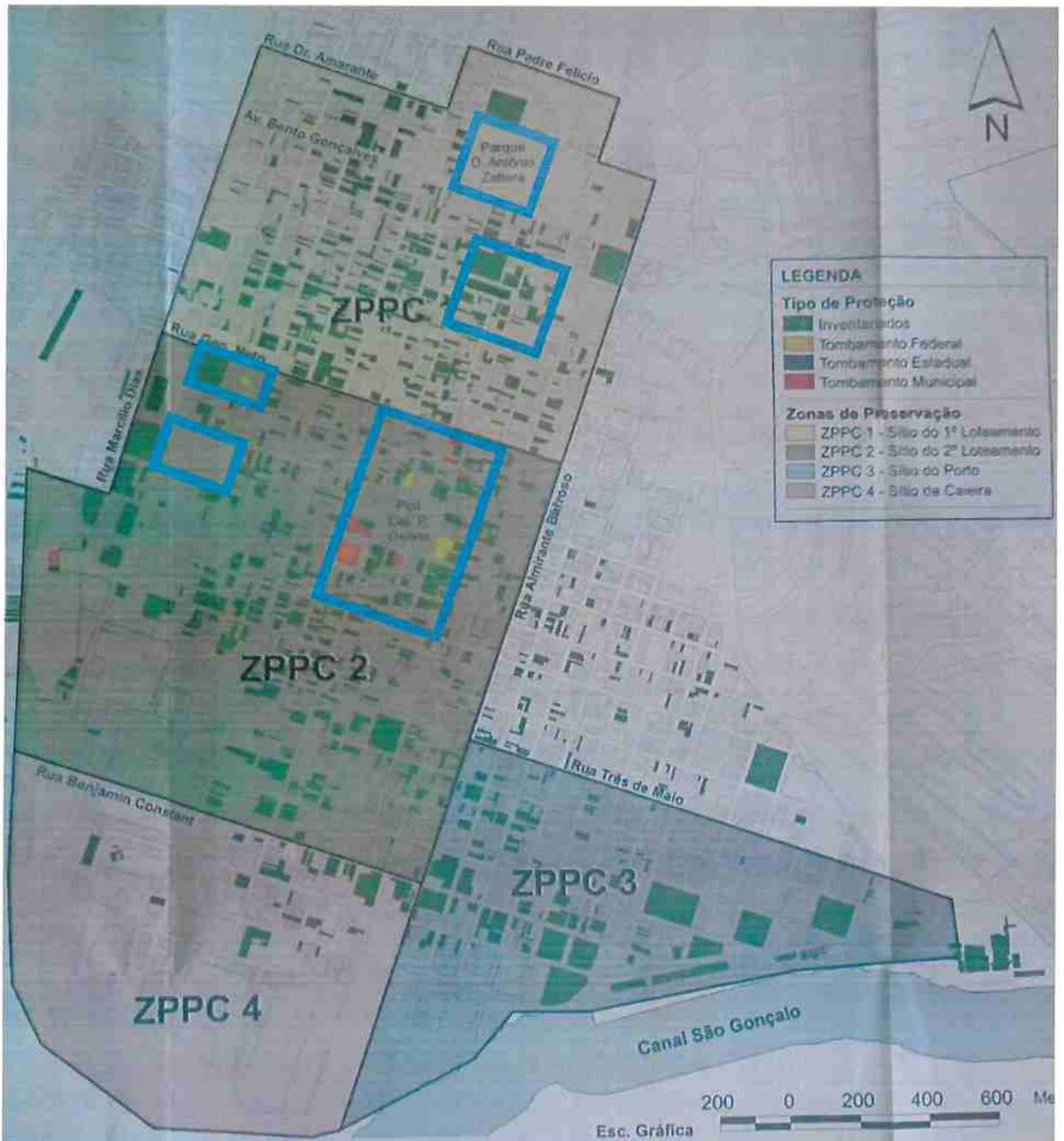


Ilustração 39. Em azul das Setores de Proteção e os Eixos Estruturantes (Iphan). Fonte: PMP e ARS.

## I. Diretrizes para gestão

---

### Setor de Proteção da Praça José Bonifácio

Constitui a **Setor de Proteção da Praça José Bonifácio**, a área delimitada pela poligonal de quatro lados formado pelo cruzamento dos segmentos das ruas General Argolo (Norte), Major Cícero de Góes Monteiro (Sul), Félix da Cunha (Leste) e Quinze de Novembro (Oeste). Serão considerados para a preservação integral ou parcial os bens contidos na referida área e os localizados em ambas as faces das ruas citadas.



Ilustração 40. Setor de Proteção da Praça José Bonifácio.

<b>Diretrizes para a preservação e gestão da Setor de Proteção da Praça José Bonifácio</b>		
<b>Edificação</b>	<b>Nível de Preservação</b>	<b>Imagem atual (2018)</b>
<b>Praça José Bonifácio</b>	<b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características paisagísticas do bem)	
<b>Catedral de São Francisco de Paula. Praça José Bonifácio, 15</b>	<b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas do bem)	
<b>Vegetação (Praça José Bonifácio)</b>	<b>Recomenda-se:</b> (1) manter as qualidades físicas e químicas do solo; (2) manter constantes os volumes, cores e texturas dos vegetais; (3) defender a vegetação contra organismos nocivos	
<b>Comunicação visual (Praça José Bonifácio)</b>	<b>Recomenda-se:</b> a adoção de material padronizado para todos as Setores de Proteção da cidade	

<p><b>Casa Canônica (Bispado). Praça José Bonifácio, 104</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Antiga residência Iolanda Pereira. Praça José Bonifácio, 1</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Residência. Praça José Bonifácio, 3</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Residência. Praça José Bonifácio, 9</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Residência. Rua Padre Anchieta, 820</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	

<p><b>Colégio Gonzaga. Praça José Bonifácio, 166, esquina Quinze de Novembro</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Colégio Gonzaga. Praça José Bonifácio, s/nº, esquina Padre Anchieta</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Antiga residência Miguel Barcellos. Rua Miguel Barcellos, 563</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Canalete. Rua General Argolo, s.nº.</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas, decorativas e paisagísticas externas do bem)</p>	
<p><b>Residência Antônio José Torres. Rua Major Cícero de Góes Monteiro, 201</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	 <p>*Em restauro</p>

### Setor de Proteção da Praça Coronel Pedro Osório

Constitui a **Setor de Proteção da Praça Coronel Pedro Osório**, a área delimitada pela poligonal de quatro lados formado pelo cruzamento dos segmentos das ruas General Neto (Norte), General Teles (Sul), Gonçalves Chaves (Leste) e Andrade Neves (Oeste). Serão considerados para a preservação integral ou parcial os bens contidos na referida área e os localizados em ambas as faces das ruas citadas.

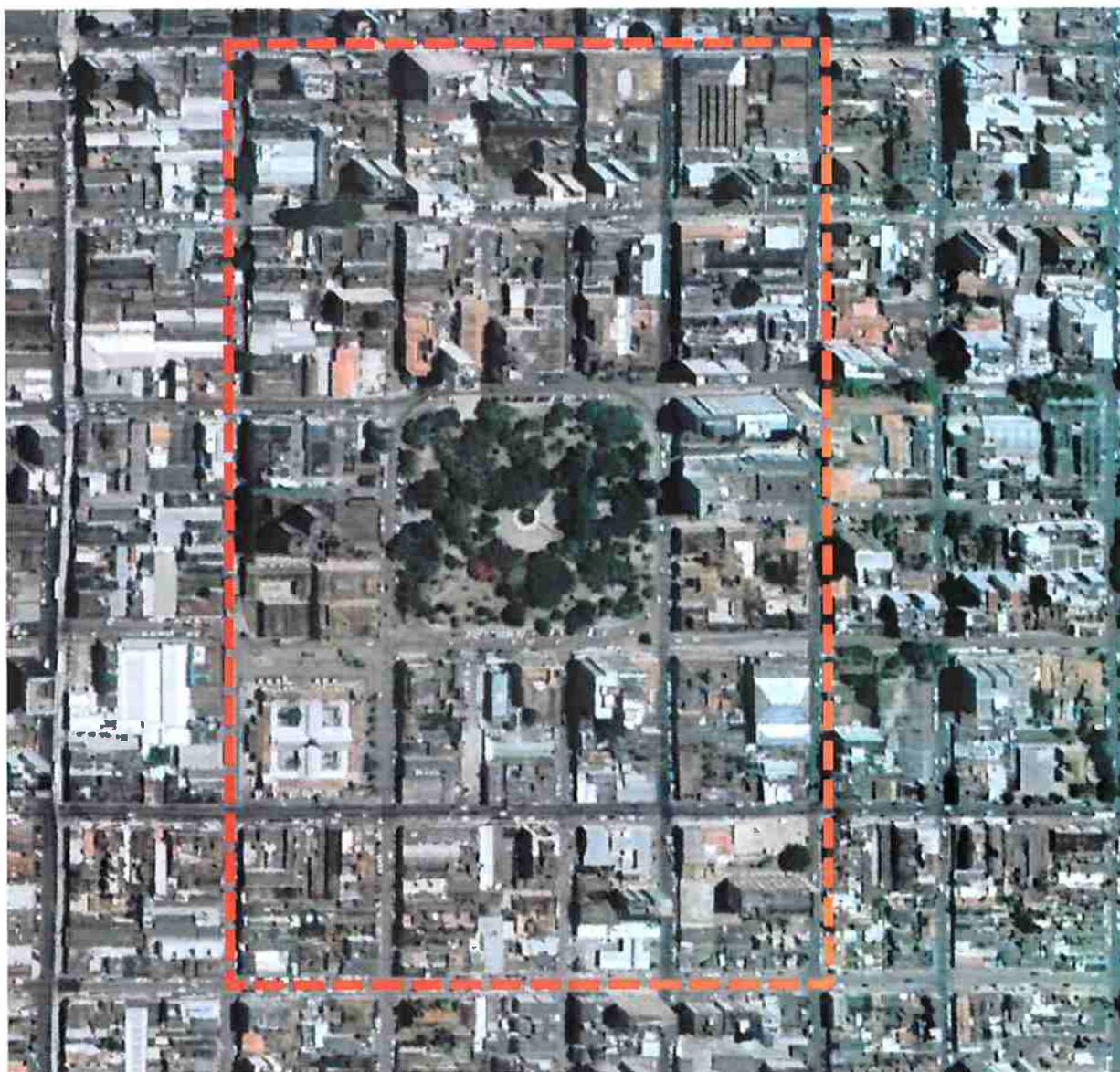


Ilustração 41. Setor de Proteção da Praça Coronel Pedro Osório

<b>Diretrizes para a preservação e gestão da Setor de Proteção da Praça Coronel Pedro Osório</b>		
<b>Edificação</b>	<b>Nível de Preservação</b>	<b>Imagem atual (2018)</b>
<b>Praça Coronel Pedro Osório</b>	<b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características paisagísticas).	
<b>Lago, ilha e pontes (Praça Coronel Pedro Osório)</b>	<b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características paisagísticas).	
<b>Antigo sanitário da ilha (Praça Coronel Pedro Osório)</b>	<b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)	
<b>Chafariz “das Nereidas” (Praça Coronel Pedro Osório)</b>	<b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas, decorativas e paisagísticas do bem).	

<p><b>Quiosque da Guarda Municipal (Praça Coronel Pedro Osório)</b></p>	<p><b>Renovação</b> (intervenção destinada à construção de nova solução que contribua para qualificar a Setor de Proteção)</p>	
<p><b>Vegetação (Praça Coronel Pedro Osório)</b></p>	<p><b>Recomenda-se:</b> (1) manter as qualidades físicas e químicas do solo; (2) manter constantes os volumes, cores e texturas dos vegetais; (3) defender a vegetação contra organismos nocivos</p>	
<p><b>Comunicação visual (Praça Coronel Pedro Osório)</b></p>	<p><b>Recomenda-se:</b> a adoção de material padronizado para todos as Setores de Proteção da cidade</p>	
<p><b>Teatro Sete de Abril. Praça Coronel Pedro Osório, 160</b></p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel). <b>Tombamento Federal. Inscrição 438-A (1972)</b></p>	
<p><b>Residência José Vieira Viana (Casa 2). Praça Coronel Pedro Osório, 2</b></p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel). <b>Tombamento Federal. Inscrição 527 (1977)</b></p>	

<p><b>Residência Leopoldo Antunes Maciel (Casa 6). Praça Coronal Pedro Osório, 6</b></p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel). <b>Tombamento Federal. Inscrição 527 (1977)</b></p>	
<p><b>Residência Francisco Antunes Maciel (Casa 8). Praça Coronal Pedro Osório, 8</b></p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel). <b>Tombamento Federal. Inscrição 527 (1977)</b></p>	
<p><b>Biblioteca Pública Pelotense. Praça Coronal Pedro Osório, 103</b></p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel). A proteção não inclui o acervo da Biblioteca.</p>	
<p><b>Residências geminadas. Praça Coronal Pedro Osório 1 e 3</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Antigo Grande Hotel. Praça Coronal Pedro Osório, 51</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	

*[Handwritten signature]* 5

<p><b>Fachada. Coronel Pedro Osório, 59</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas da fachada da antiga residência)</p>	
<p><b>Estacionamento. Coronel Pedro Osório, 59</b></p>	<p><b>Renovação</b> (intervenção destinada à construção de nova solução que contribua para qualificar a Setor de Proteção)</p>	
<p><b>Antigos imóveis residenciais. Coronel Pedro Osório, 61 e 63</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Antigo Banco do Brasil. Praça Coronel Pedro Osório, 67</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Prefeitura Municipal de Pelotas. Praça Coronel Pedro Osório, 101</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	

<p><b>Antigo Banco da Província. Praça Coronel Pedro Osório, 160 e 164</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Clube Caixeiral. Praça Coronel Pedro Osório, 106</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Residência Pinto da Rocha. Praça Coronel Pedro Osório, 105</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Antigo Quartel General de Manoel Marques de Souza. Praça Coronel Pedro Osório esquina Felix da Cunha</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Casa de Pompas Fúnebres. Praça Coronel Pedro Osório, 62 e 64</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	

 87

<p><b>Fachada. Coronel Pedro Osório, s.nº (ao lado do edifício, 56)</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas da fachada da antiga residência)</p>	
<p><b>Estacionamento. Coronel Pedro Osório, s.nº (ao lado do edifício, 56)</b></p>	<p><b>Renovação</b> (intervenção destinada à construção de nova solução que contribua para qualificar a Setor de Proteção)</p>	
<p><b>Antiga residência. Felix da Cunha, 570</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Teatro Guarany. Rua Lobo da Costa, 849</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Residência. Rua Lobo da Costa, 866</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	

<p><b>Residência. Rua Lobo da Costa, 787</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Residência. Rua Gonçalves Chaves, 551</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Residência. Rua Gonçalves Chaves, 557/559</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição. Rua Gonçalves Chaves, 602</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Chafariz “das meninas”. Cruzamento das ruas Andrade Neves e Sete de Setembro</b></p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas, decorativas e paisagísticas do bem).</p>	

<p><b>Antigo Banco Pelotense. Rua Marechal Floriano, 51</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Antigo Banco Nacional do Comércio. Rua Andrade Neves, 1529</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Mercado Central. Praça Sete de Setembro, s/nº.</b></p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel).</p>	
<p><b>Escola Eliseu Maciel. Rua Lobo da Costa esquina Andrade Neves.</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Residência Domingos Rodrigues Ribas. Autor não identificado (1832/35). Atual Escola Sallis Goulart. Rua Félix da Cunha, 520</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	

<p><b>Residência Maria P. Paiva.</b> Rua Sete de Setembro, 151</p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Conservatório de Música da UFPel. Rua Félix da Cunha esquina Sete de Setembro</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Residência e casa comercial Theodósio Fernandes Rocha. Rua Sete de Setembro, 253</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Residência Felisberto Braga. Atual Clube Comercial. Rua Félix da Cunha, 663</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Residência Antônio José de Azevedo Machado. Rua Gonçalves Chaves, 703, esquina Sete de Setembro</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	 <p>*Em restauro</p>



### Setor de Proteção da Praça Piratinino de Almeida

Constitui a **Setor de Proteção da Praça Piratinino de Almeida**, a área delimitada pela poligonal de quatro lados formado pelo cruzamento dos segmentos das ruas General Neto (Norte), Sete de Setembro (Sul), Barão de Santa Tecla (Leste) e Professor Araújo (Oeste). Serão considerados para a preservação integral ou parcial os bens contidos na referida área e os localizados em ambas as faces das ruas citadas.



Ilustração 42. Setor de Proteção da Praça Piratinino de Almeida

<b>Diretrizes para a preservação e gestão da Setor de Proteção da Praça Piratinino de Almeida</b>		
<b>Edificação</b>	<b>Nível de Preservação</b>	<b>Imagem atual (2018)</b>
<b>Praça Piratinino de Almeida</b>	<b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características paisagísticas do bem)	

<p><b>Caixa d'Água (Praça Piratinino de Almeida)</b></p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas, decorativas e paisagísticas do bem). <b>Tombamento Federal. Inscrição 561 (1984)</b></p>	
<p><b>Ponto de taxi (Praça Piratinino de Almeida)</b></p>	<p><b>Renovação</b> (intervenção destinada à construção de nova solução que contribua para qualificar a Setor de Proteção)</p>	
<p><b>Vegetação (Praça Piratinino de Almeida)</b></p>	<p><b>Recomenda-se:</b> (1) manter as qualidades físicas e químicas do solo; (2) manter constantes os volumes, cores e texturas dos vegetais; (3) defender a vegetação contra organismos nocivos</p>	
<p><b>Comunicação visual (Praça Piratinino de Almeida)</b></p>	<p><b>Recomenda-se:</b> a adoção de material padronizado para todos as Setores de Proteção da cidade</p>	
<p><b>Santa Casa de Misericórdia. Praça Piratinino de Almeida, 53</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	

### Setor de Proteção da Praça Cipriano Rodrigues Barcelos

Constitui a **Setor de Proteção da Praça Cipriano Rodrigues Barcelos**, a área delimitada pela poligonal de quatro lados formado pelo cruzamento dos segmentos das ruas Marechal Floriano (Norte), Lobo da Costa (Sul), Barão de Santa Tecla (Leste) e Professor Araújo (Oeste). Serão considerados para a preservação integral ou parcial os bens contidos na referida área e os localizados em ambas as faces das ruas citadas.



Ilustração 43. Setor de Proteção da Praça Cipriano Barcelos

<b>Diretrizes para a preservação e gestão da Setor de Proteção da Praça Cipriano Barcelos</b>		
<b>Edificação</b>	<b>Nível de Preservação</b>	<b>Imagem atual (2018)</b>

<p><b>Praça Cipriano Barcelos</b></p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características paisagísticas).</p>	
<p><b>Chafariz “dos cupidos” (Praça Cipriano Barcelos)</b></p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas, decorativas e paisagísticas do bem).</p>	
<p><b>Ponto de taxi (Praça Cipriano Barcelos)</b></p>	<p><b>Renovação</b> (intervenção destinada à construção de nova solução que contribua para qualificar a Setor de Proteção)</p>	
<p><b>Pavilhão de comércio popular (Praça Cipriano Barcelos)</b></p>	<p><b>Renovação</b> (intervenção destinada à construção de nova solução que contribua para qualificar a Setor de Proteção)</p>	
<p><b>Vegetação (Praça Cipriano Barcelos)</b></p>	<p><b>Recomenda-se:</b> (1) manter as qualidades físicas e químicas do solo; (2) manter constantes os volumes, cores e texturas dos vegetais; (3) defender a vegetação contra organismos nocivos</p>	

<p><b>Comunicação visual (Praça Cipriano Barcelos)</b></p>	<p><b>Recomenda-se:</b> a adoção de material padronizado para todos as Setores de Proteção da cidade</p>	
<p><b>Escola de Belas Artes. Rua Marechal Floriano, 179</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Residência. Rua Barão de Santa Tecla, 392</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Residência. Rua Marechal Floriano esquina Barão de Santa Tecla</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	

**Setor de Proteção do Parque Dom Antônio Zátera**

Constitui a **Setor de Proteção do Parque Dom Antônio Zátera**, a área delimitada pela poligonal de quatro lados formado pelo cruzamento dos segmentos das ruas Dr. Amarante (Norte), Avenida Bento Gonçalves (Sul), Padre Anchieta (Leste) e Andrade Neves (Oeste).

Serão considerados para a preservação integral ou parcial os bens contidos na referida área e os localizados em ambas as faces das ruas citadas.



Ilustração 44. Setor de Proteção do Parque Dom Antônio Zátera

<b>Diretrizes para a preservação e gestão da Setor de Proteção do Parque Dom Antônio Zátera</b>		
<b>Edificação</b>	<b>Nível de Preservação</b>	<b>Imagem atual (2018)</b>

<p><b>Parque Dom Antônio Zátera</b></p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características paisagísticas do bem).</p>	
<p><b>Sanitário Público 1 (Parque Dom Antônio Zátera)</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Sanitário Público 2 (Parque Dom Antônio Zátera)</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Fonte (Parque Dom Antônio Zátera)</b></p>	<p><b>Renovação</b> (intervenção destinada à construção de nova solução que contribua para qualificar a Setor de Proteção)</p>	
<p><b>Vegetação (Parque Dom Antônio Zátera)</b></p>	<p><b>Recomenda-se:</b> (1) manter as qualidades físicas e químicas do solo; (2) manter constantes os volumes, cores e texturas dos vegetais; (3) defender a vegetação contra organismos nocivos</p>	

<p><b>Comunicação visual (Parque Dom Antônio Záttera)</b></p>	<p><b>Recomenda-se:</b> a adoção de material padronizado para todos as Setores de Proteção da cidade</p>	
<p><b>Asilo de Mendigos de Pelotas. Parque Dom Antônio Záttera, 338</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Parque Dom Antônio Záttera, 250</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Residência. Parque Dom Antônio Záttera, 248</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Conjunto de cinco residências de um pavimento. Parque Dom Antônio Záttera</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	



### Setor de Proteção da Chácara da Baronesa

Constitui a **Setor de Proteção da Chácara da Baronesa**, a área delimitada pela poligonal irregular de quatro lados formado pelo cruzamento dos segmentos das ruas Avenida Domingos de Almeida (Norte), Mena Barreto (Sul), Avenida São Francisco de Paula (Leste) e Alcides Torres Dinis (Oeste). Serão considerados para a preservação integral ou parcial os bens contidos na referida área e os localizados em ambas as faces das ruas citadas.



Ilustração 45. Setor de Proteção da Chácara da Baronesa

<b>Diretrizes para a preservação e gestão da Setor de Proteção da Chácara da Baronesa</b>		
<b>Edificação</b>	<b>Nível de Preservação</b>	<b>Imagem atual (2018)</b>

<p><b>Parque da Chácara da Baronesa</b> (incluindo o jardim romântico, o jardim francês e o bosque)</p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características paisagísticas do bem).</p>	
<p><b>Residência (solar)</b></p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel). A proteção não inclui o acervo do museu.</p>	
<p><b>Torre da banheira (caixa d'água)</b></p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel)</p>	
<p><b>Acessos, caminhos, muros e pisos</b></p>	<p><b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas, decorativas e paisagísticas existentes)</p>	
<p><b>Residência pitoresca</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	



<p><b>Castelinho (jardim romântico)</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à consolidação das características dos remanescentes)</p>	
<p><b>Gruta (jardim romântico)</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à consolidação das características dos remanescentes)</p>	
<p><b>Pontes em rocaille (jardim romântico)</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à manutenção e consolidação das características dos remanescentes)</p>	
<p><b>Jardim francês e fonte</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à manutenção e consolidação das características dos remanescentes)</p>	
<p><b>Vegetação e cursos d'água</b></p>	<p><b>Recomenda-se:</b> (1) manter as qualidades físicas e químicas do solo; (2) manter constantes os volumes, cores e texturas dos vegetais; (3) defender a vegetação contra organismos nocivos; (4) garantir a limpeza e circulação d'água</p>	

<p><b>Comunicação visual</b></p>	<p><b>Recomenda-se:</b> a adoção de material padronizado para todos as Setores de Proteção da cidade</p>	
----------------------------------	--	---

**Setor de Proteção da Charqueada São João**

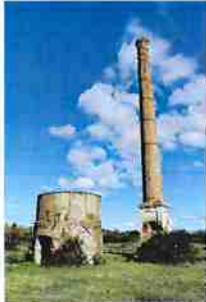
Constitui a **Setor de Proteção da Charqueada São João**, a área delimitada pela poligonal irregular formado pelo cruzamento dos segmentos da rua Augusto Saint Hilaire (Norte), pelo Arroio Pelotas (Sul), pelo curso d'água (Leste) e pelos fundos de lotes edificadas da rua Augusto Saint Hilaire/Vila da Palha (Oeste). Serão considerados para a preservação integral ou parcial os bens contidos na referida área e os localizados em ambas as faces das ruas citadas.



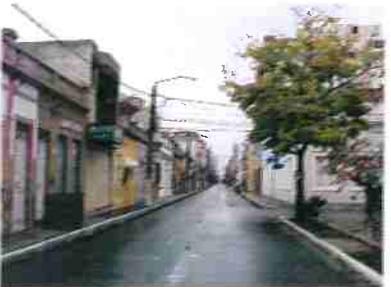
Ilustração 46. Setor de Proteção da Charqueada São João

**Diretrizes para a preservação e gestão da Setor de Proteção da Charqueada São João**

03

Edificação	Nível de Preservação	Imagem atual (2018)
<b>Sede e residência</b>	<b>Integral</b> (intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel). A proteção não inclui o acervo da charqueada.	
<b>Edificação reconhecida como antiga Senzala</b>	<b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)	
<b>Estruturas fabris: Caixa d'água e Chaminé</b>	<b>Parcial</b> (intervenção destinada à consolidação das características dos remanescentes)	
<b>Demais estruturas fabris</b>	<b>Recomenda-se:</b> (1) a ampliação dos estudos arqueológicos; (2) o cadastro dos sítios arqueológicos já estudados junto ao Iphan	
<b>Edificações contemporâneas</b>	<b>Renovação</b> (intervenção destinada à construção de nova edificação que contribua para qualificar a Setor de Proteção)	

<p><b>Vegetação e cursos d'água</b></p>	<p><b>Recomenda-se:</b> (1) a preservação das espécies nativas e das matas ciliares; (2) a manutenção das antigas áreas de produção do charque sem vegetação de grande porte</p>	
---	--	---

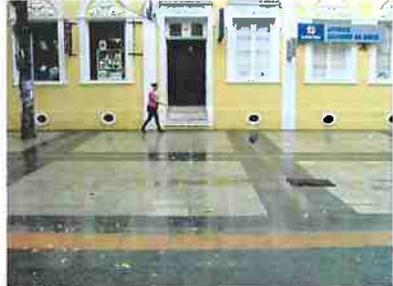
<p><b>Diretrizes para a preservação e gestão dos Eixos Estruturantes</b></p>		
<p><b>Edificação</b></p>	<p><b>Nível de Preservação</b></p>	<p><b>Imagem atual (2018)</b></p>
<p><b>Eixo Estruturante da rua Gonçalves Chaves</b></p>	<p><b>Parcial</b> (as novas edificações não poderão diminuir ou impedir a visibilidade da Residência Gonçalves Chaves, 766; e deverão respeitar o alinhamento existente)</p>	
<p><b>Residência Gonçalves Chaves. Rua Gonçalves Chaves, 766, esquina Voluntários da Pátria</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria).</p>	
<p><b>Eixo Estruturante da rua Felix da Cunha</b></p>	<p><b>Parcial</b> (as novas edificações deverão respeitar a horizontalidade do conjunto; respeitar o alinhamento existente e contribuir para qualificar o Eixo)</p>	



<p><b>Eixo Estruturante da rua Anchieta</b></p>	<p><b>Parcial</b> (as novas edificações deverão respeitar a horizontalidade do conjunto; respeitar o alinhamento existente e contribuir para qualificar o Eixo)</p>	
<p><b>Eixo Estruturante da rua Quinze de Novembro</b></p>	<p><b>Parcial</b> (as novas edificações deverão respeitar a horizontalidade do conjunto; respeitar o alinhamento existente; e contribuir para qualificar o Eixo, garantindo as visuais das cúpulas do Grande Hotel e da Catedral)</p>	
<p><b>Residência e casa comercial Manoel Alves da Conceição. Rua Quinze de Novembro, 702</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Catedral Anglicana do Redentor. Rua Quinze de Novembro, 472</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	

<p><b>Residência Fernando Osório. Rua Quinze de Novembro, 471</b></p>	<p><b>Parcial</b> (intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel – fachada e volumetria)</p>	
<p><b>Eixo Estruturante da rua Santos Dumont</b></p>	<p><b>Parcial</b> (as novas edificações deverão respeitar a horizontalidade do conjunto; respeitar o alinhamento existente; e contribuir para qualificar o Eixo, garantindo as visuais das torres da Santa Casa)</p>	
<p><b>Eixo Estruturante da rua Marechal Floriano</b></p>	<p><b>Parcial</b> (as novas edificações deverão respeitar a horizontalidade do conjunto, respeitar o alinhamento existente e contribuir para qualificar o Eixo)</p>	

<p><b>Diretrizes gerais para preservação e gestão das Setores de Proteção e Eixos Estruturantes</b></p>		
<p><b>Edificação</b></p>	<p><b>Qualquer Nível de Preservação</b></p>	<p><b>Imagem atual (2018)</b></p>
<p><b>Pisos e passeios públicos</b></p>	<p>Sempre que não for possível preservar o revestimento original, os passeios e calçadas públicos serão revestidos de ladrilhos hidráulicos, de maneira a compor tapetes correspondentes à testada do lote</p>	

		
<p><b>Elementos de acabamento e proteção em ferro</b></p>	<p>Preservar os elementos de acabamento em ferro, como grades, gradis, guarda-corpos, bandeiras, marquises incorporados à arquitetura da cidade.</p>	
		
<p><b>Fachadas ativas x fachadas passivas</b></p>	<p>Ficam proibidas as fachadas sem aberturas ativas para o espaço público</p>	
		

## II. Conclusões e encaminhamentos

**Recomendamos a aprovação da proposta de tombamento do bem, agora intitulado, “Conjunto Histórico de Pelotas”** que foi subdividido em Setores de Proteção e eixos estruturantes, mas compõem um mesmo bem, em substituição ao nome originalmente sugerido, “centro histórico da cidade de Pelotas”, uma vez que os valores identificados extrapolam o que se poderia compreender como “centro histórico”, abrangendo bens localizados no sítio charqueador pelotense e no bairro do Fragata, conforme valores identificados a seguir:

**Valor Histórico:** por ser, simultaneamente, fruto e testemunho único do processo econômico e cultural do charque, que ocorreu no Rio Grande do Sul, aproximadamente de 1800 a 1900.

**Valor Urbanístico:** Pela qualidade urbana e arquitetônica complementada e potencializada com ações pioneiras de embelezamento, abastecimento e saneamento urbanos, constatado pelo desenho das praças públicas, pelo conjunto de caixa d’água e chafarizes do séc. XIX e pelo urbanismo sanitarista do início do séc. XX.

**Valor Artístico:** pela qualidade da arquitetura colonial luso-brasileira e da arquitetura eclética, especialmente no que diz respeito às composições de fachada e emprego de elementos decorativos. Assim como pela qualidade dos elementos complementares e de acabamento, que dizem respeito ao urbano.

A partir dos valores apontados, identificamos os respectivos atributos que interessam preservar, conforme a tabela abaixo:

Atributos	Valores
Regularidade do desenho e do traçado urbano da área central da cidade	Histórico Urbanístico
Diferenciação entre as larguras das vias e dimensões dos quarteirões, fato que permite a identificação dos primeiros momentos da evolução urbana da cidade (primeiro e segundo loteamentos)	Histórico Urbanístico
Presença de ruas corredores caracterizadas por arquitetura com volumetrias e linguagens heterogenias, sem recuos frontais, onde há predomínio da linguagem arquitetônica eclética	Histórico Belas Artes Urbanístico
Presença de largos e praças públicos diretamente relacionados com a implantação dos principais equipamentos, igualmente públicos, da cidade (praça da catedral, praça da prefeitura, praça do	Histórico Belas Artes Urbanístico



mercado, praça da Santa Casa, praça do asilo)	
Presença de praças públicas – marcadas pela intensa massa de vegetação – com caráter de parques urbanos, que servem como locais, por excelência, de realização de eventos culturais, cívicos, recreativos e religiosos	Histórico Urbanístico
Presença, no espaço público, de equipamentos de abastecimento de água do século XIX (caixa d'água e chafarizes) e de esgotamento pluvial representativo do urbanismo sanitarista do início século XX (canalete)	Histórico Belas Artes Urbanístico
Presença marcante de uma arquitetura representativa de, pelo menos, dois momentos de desenvolvimento econômico: o do ciclo do charque (1800 a 1900) e do início da industrialização (1900 a 1930)	Histórico Belas Artes
Presença, na área central da cidade, de exemplares da arquitetura colonial luso-brasileira e da arquitetura eclética com grande qualidade, especialmente no que diz respeito às composições de fachada e emprego de elementos decorativos	Histórico Belas Artes
Presença, na área central da cidade, de exemplares da arquitetura que se destacam pela qualidade dos elementos complementares e de acabamento, e que dizem respeito ao urbano, como ferragens, gradis, marquises de ferro e, principalmente, dos ladrilhos hidráulicos que, como tapetes, recobrem os passeios públicos	Histórico Belas Artes
Presença, fora da área central da cidade, de sítios testemunhos do processo histórico pelo qual passou a cidade, como a Charqueada São João e a Chácara da Baronesa, ambos com excepcionais valores históricos e artísticos.	Histórico Belas Artes

Dessa forma, em função dos valores e da narrativa adotada, caso aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, sugerimos a seguinte indicação para inscrição nos Livros do Tombo: **Livro do Tombo Histórico e Livro do Tombo de Belas Artes.**

Considerando o sistema municipal de patrimônio cultural estabelecido pelo Plano Diretor de Pelotas, julgamos desnecessária a delimitação de poligonal(ais) de entorno do “**Conjunto Histórico de Pelotas**”, uma vez que o bem protegido pelo Iphan está totalmente inserido nas “Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural”, que após análise verificou-se assegurar a preservação da vizinhança e ambiência da coisa tombada, nos termos do Decreto-Lei 25/1937.

Especificamente em relação ao Processo nº 1.433-T-98, que trata das “ruínas da ponte dos arcos”, Pelotas/RS, informamos que o mesmo foi estudado no contexto do “sítio charqueador pelotense”, não sendo identificados valores individuais que justificassem um tombamento isolado federal.

Por fim, sugerimos, o envio do processo à Procuradoria Federal para análise, manifestação e edição das minutas de notificação, conforme estabelecido na Portaria IPHAN nº 11, de 11 de setembro de 1986.

É o Parecer,



Andrey Rosenthal Schlee

Diretor

DEPAM/ IPHAN

